



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

HAROLDO SILVA BARBOSA

**TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE EM
CANDEIAS/BA: ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E LUTA
(1980-2018)**

Salvador
2022

HAROLDO SILVA BARBOSA

**TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE EM
CANDEIAS/BA: ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E LUTA
(1980-2018)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora. Prof.^a Dr.^a Marta Lícia Teles Brito de Jesus

Salvador
2022

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Barbosa, Haroldo Silva.

Trajatória do movimento docente em Candeias/BA : organização, mobilização e luta (1980-2018) / Haroldo Silva Barbosa. - 2022.

155 f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Lícia Teles Brito de Jesus.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2022.

1. Movimentação do pessoal docente - Candeias (BA). 2. Rede Municipal de Ensino - Candeias (BA). 3. Participação do professor. 4. Associação de professores. 5. Sindicato de professores. I. Jesus, Marta Lícia Teles Brito de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 371.14 - 23. ed.

HAROLDO SILVA BARBOSA

**TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE EM
CANDEIAS/BA: ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E
LUTA (1980-2018)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação

Aprovado em: 04 de Março de 2022

Banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Lícia Teles Brito de Jesus

Prof. Dr. Alex de Souza Ivo

Prof. Dr. Rodrigo da Silva Pereira

AGRADECIMENTOS

Na vida nunca estamos sozinhos, qualquer que seja a caminhada sempre vamos encontrar pessoas, algumas até ficaram pelo caminho, outras conseguiram avançar e retornarão para ajudar os que mais precisam. Devo continuar minha caminhada e aprender com os erros e jamais esquecer que as barreiras superadas hoje serão os alicerces de uma jornada que não se encerra.

Agradeço, em primeiro lugar, a minha família, ponto de partida e equilíbrio em tudo o que faço. A minha mãe, Elizete Silva Barbosa, uma mulher de muita fé que encontrou, nas adversidades da vida, força e coragem para educar quatro filhos. Ao meu pai, Haroldo Alves Barbosa, que sempre procurou dar aos filhos o que não teve na infância, amor, carinho e atenção. Agradeço aos meus irmãos, Nelma, Décio e Elaine, pois pude ver em seus olhos que uma conquista minha era traduzida em nossa.

Também quero agradecer ao meu cunhado Marcos Vinicius e cunhada Inês e aos meus sobrinhos, Gabriel Barbosa, Nicolas Almeida e Marcos Almeida, pelo respeito ao longo dessa jornada.

A minha mais nova família, a minha sogra Neuza Maria, tenho certeza que ganhei uma segunda mãe, a minha cunhada Leidiane Souza e seu companheiro Jonas Edson que sempre estiveram dispostos a me ajudar. A Vilania Cardeal e Josenilton Oliveira e suas famílias maravilhosas, às quais tenho muito carinho, Jaine e Sofia, e a meu cunhado Vilton Cardeal e sua esposa Ane Andrade e meu sobrinho João e Tia Linda.

Agradeço a minha prima Eliana Nascimento uma pessoa prestativa e atenciosa que sempre encontra uma palavra de conforto e incentivo para ajudar aqueles que mais precisam, minha eterna gratidão. E a todos os primos, primas e tios da nossa família que moram no Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus. A vida para cada um de nós nunca foi fácil.

A minha orientadora, Professora Doutora Marta Lícia Teles Brito de Jesus, que me acompanhou e acompanha há algum tempo. Quero que saiba que devo minha trajetória intelectual a você. Nessa jornada, o seu trabalho foi além das orientações, você foi amiga, professora, crítica, dedicada e, nos momentos que pensei em desistir, sempre encontrei uma luz no fim do túnel. Obrigado pela acolhida como orientadora que soube me conduzir e apontar-me os caminhos da pesquisa.

Aos Professores da Linha Políticas e Gestão da Educação, em especial ao Professor Rodrigo da Silva Pereira, por seu suporte teórico e observações pertinentes, além de me ter

ensinado, por meio da sua capacidade intelectual, por isso agradeço pelas críticas e pelas observações.

Registro também, meus sinceros agradecimentos ao Professor Alex de Souza Ivo, com quem tive a oportunidade de compartilhar uma experiência de estágio e, mais uma vez, os caminhos da vida nos aproximaram. Através das suas críticas observações e dos livros disponibilizados, pude produzir leituras e reflexões importantes.

Aos colegas da pós-graduação do mestrado e doutorado, que sempre foram prestativos e dispostos a ajudar, por isso minha gratidão à Micaela Balsamo de Mello, Catarina Cerqueira de Freitas Santos, Silvia Kelly Nascimento Ferreira, Pedro Henrique Silva Santos Machado, Caio Vinicius.

Ao Pré-acadêmico de acesso à Pós-graduação Abdias Nascimento, registro meus mais profundos e sinceros agradecimentos, grupo coordenado pela Prof^ª. Dr^ª. Climene Laura de Camargo e Prof^ª. Dr^ª Nadirlene Pereira Gomes e aos bolsistas, professores e colegas de turma, onde juntos conseguimos nos aprimorar para ingressar no mestrado e quem sabe voar mais alto. Aqui conheci muita gente boa e espero reencontrá-los em breve.

Aos colegas professores, professoras e funcionários da Escola Municipal Papa Paulo VI e Julieta Viana que sempre tiveram carinho e atenção pelo meu trabalho e que nos momentos da tempestade na escola encontravam alegria e disposição para o trabalho.

A todos os sujeitos da pesquisa: Prof.^a. Ediele Araújo, Prof.^a. Adeilda Souza, Prof. Joel Câmara, Prof. Magno Santana, Prof. Luiz Cezar Miranda, Prof. Hamilton Assis, Prof. Jair Cardoso, Prof.^a Claudia Pimentel, Prof.^a Maria Bandeira e a Assistente Administrativa Senhora Maria de Lourdes, meu muito obrigado; por meio de vocês eu aprendi muito, pois, além de contribuírem para a minha pesquisa, contribuíram para meu crescimento profissional, acadêmico e sindical. Vocês são imprescindíveis para a educação pública de Candeias.

Não poderia deixar de agradecer a outros professores e professoras que foram inspiração e me ajudaram a crescer como pessoa: Paulo de Jesus, Juvenal Carvalho, Marta Rodrigues, Nadja. Sem o trabalho cuidadoso e competente deles não teria sonhado em chegar mais longe.

Agradeço aos amigos e amigas que encontrei no Subúrbio Ferroviário de Salvador Maria das Candeias, Edivane Faleiro, Rosilene Souza, Daniela Miranda, Luís Henrique Sant'ana, Raimilton Carvalho e Carlos Lisboa. Todos muitos dispostos a construir um caminho intelectual. Além disso, no subúrbio, encontrei diferentes lugares e instituições importantes na minha formação profissional e acadêmica, por esse motivo agradeço ao Centro de Cultura, Orientação e Estudos Quilombos, pré-vestibular onde tudo começou; ao Centro Desportivo e

Profissional – CEDEP; ao Movimento de Cultura Popular do Subúrbio; e à Associação de Moradores de Plataforma – AMPLA. Instituições onde as experiências vividas me levaram mais longe.

Quero agradecer, especialmente, aos casais Luciano e Fernanda, Roberto e Silva, Joelson e Meire, Jorge e Ana que sempre acolheram não só a mim, mas também a minha família, os nossos encontros são repletos de risos e uma boa conversa.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos de infância Ivan, Robson, Erico, Luiz Eduardo, Plínio, Fred Rogério, Robson Silva, Marquinhos, pois as memórias da nossa infância me trazem boas recordações até hoje. Vocês sempre terão lugar especial na minha vida.

Agradeço aos companheiros e companheiras da Secretaria Municipal de Educação de Candeias que me receberam com carinho e atenção e, mesmo diante da dinâmica frenética da SEDUC, me ajudaram com algumas informações da rede.

Gostaria de agradecer de forma especial à Conceição, ao Nido e as suas filhas Flávia, Rita; Paula e netas Rafaela e Nicole, pela ajuda fundamental no cuidado com meu filho para que eu pudesse me dedicar ao trabalho, sem sua presença afetuosa e seus préstimos cotidianos eu não teria conseguido.

Agradeço a todos aqueles que, em algum momento, partilharam das minhas angústias, minhas insônias, meus desesperos, minhas alegrias e, agora, da minha vitória. Vocês também estão representados neste trabalho. Meu muito obrigado!

Por último e não menos importante, jamais posso esquecer de Liziane de Souza Borges, esposa, companheira, amiga, sincera. Com ela, muitas vezes levei para a cama a ansiedade e os conflitos, a tristeza e os desejos de todo o processo de construção desse trabalho e, como resposta, sempre encontrei o amor. Finalmente, lembro do meu filho, o pequeno Heitor Borges Barbosa, um sorriso, um choro ou suspiro é capaz de alterar qualquer produção acadêmica. Amo vocês dois!

A Força de um professor

Um guerreiro sem espada
sem faca, foice ou facão
armado só de amor
segurando um giz na mão
o livro é o escudo
que lhe protege de tudo
que possa lhe causar dor,
por isso eu tenho dito.

Tenha fé acredite na força do professor.

Braúlio Bressa

RESUMO

Esta dissertação registra os resultados de uma investigação sobre a trajetória do movimento docente na rede municipal de Candeias/Ba, entre os anos de 1980 e 2018. O nosso olhar voltou-se, principalmente, para a participação dos professores em três associações criadas, em diferentes contextos, ao longo do período estudado. A pesquisa teve como principal objetivo: analisar, à luz das categorias participação, associação e sindicato, o envolvimento dos professores na luta pela criação e funcionamento das associações e como objetivos específicos: identificar os fatores que contribuíram para a criação e funcionamento das associações e de que maneira elas contribuíram para a organização dos professores; refletir sobre as possíveis repercussões do movimento docente no cenário político local e na luta pela melhoria das condições de trabalho, carreira, salários. A base empírica do estudo se alicerçou em fontes orais e escritas, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com lideranças do movimento docente, bem como na identificação de matérias jornalísticas, boletins informativos e informações obtidas no arquivo pessoal dos entrevistados. O referencial teórico baseou-se principalmente nas formulações de Gonh, (1997, 2012, 2015, 2019), Bordenave, (1994), Orión (1988), Martin-Baró (1985), Chauí (1989), Freitas (1991) e Viera (2016). Esses autores nos apresentaram diferentes conceitos de participação, além dos estudos Jesus (2007), Cruz (2015), Silva (2013), Rêses (2008) e Candido (2003), Luz (2008), Gindin (2013), Cruz (2008), Godinho (2018), além das teses e dissertações de Almeida (2015), Silva (2013), Araújo Filho (2015) e Guimarães Neto (2018) que nos permitiram também compreender a natureza conceitual, assim como as aproximações e os distanciamentos entre as associações e os sindicatos. No decorrer do trabalho, procuramos analisar o cenário político local e as influências dos acontecimentos mobilizadores da organização da categoria docente no estado e em nível nacional, além de identificar as principais ações realizadas pelo movimento docente, as motivações, as alianças, os percalços, os embates e as diferentes estratégias utilizadas pelos professores, na organização de eventos, realização de greves, passeatas, etc. Como resultado, partir das análises apresentadas, descrevemos as principais ações políticas dos professores de Candeias/Ba, suas conquistas em relação à melhoria das suas condições de trabalho, carreira e salário e a luta em manter-se organizados por meio da representação da categoria em associações. Além disso, identificamos também as repercussões do protagonismo dos professores nas disputas pela direção do sindicato dos servidores municipais da cidade.

Palavras-chave: Educação Municipal; Movimento Docente; Participação; Associação; Sindicato.

ABSTRACT

This dissertation records the results of an investigation into the trajectory of the teaching movement in the municipal network of Candeias/Ba, between the years 1980 and 2018. Our focus was mainly on the participation of teachers in three associations created in different contexts throughout the period studied. The main objective of the research was: to analyze, in the light of the categories participation, association and union, the involvement of teachers in the struggle for the creation and functioning of associations and as specific objectives: to identify the factors that contributed to the creation and functioning of the associations and that way they contributed to the organization of teachers; to reflect on the possible repercussions of the teaching movement in the local political scenario and in the struggle for the improvement of working conditions, career, salaries. The empirical basis of the study was based on oral and written sources, through semi-structured interviews with leaders of the teaching movement, as well as the identification of journalistic materials, newsletters and information obtained from the interviewees' personal file. The theoretical framework was mainly based on the formulations of Gonh, (1997, 2012, 2015, 2019), Bordenave, (1994), Orión (1988), Martin-Baró (1985), Chaui (1989), Freitas (1991) and Viera (2016). These authors presented us with different concepts of participation, in addition to the studies Jesus (2007), Cruz (2015), Silva (2013), Rêses (2008) and Candido (2003), Luz (2008), Gindin (2013), Cruz (2008), Godinho (2018), in addition to the theses and dissertations of Almeida (2015), Silva (2013), Araújo Filho (2015) and Guimarães Neto (2018) also allowed us to understand the conceptual nature and approximations and distances between associations and unions. In the course of the work, we sought to analyze the local political scenario, and the influences of the mobilizing events of the organization of the teaching category in the state and at the national level, in addition to identifying the main actions carried out by the teaching movement, the motivations, the alliances, the mishaps, the clashes and the different strategies used by the teachers, in the organization of events, carrying out strikes, marches, etc. As a result, from the analysis presented, we describe the main political actions of the teachers of Candeias/Ba, their achievements in relation to the improvement of their working conditions, career and salary and the struggle to stay organized through the representation of the category in associations. In addition, we also identified the repercussions of the role of teachers in disputes over the direction of the union of municipal servants in the city.

Keywords: Municipal Education; Teaching Movement; Participation; Association; Union.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AC – Atividade Complementar
- APLB/BA – Associação de Professores Licenciados da Bahia
- APC – Associação de Professores de Candeias
- APESNOESP – Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo
- ASPEC – Associação dos Profissionais em Educação de Candeias
- ASPECAN – Associação de Professores de Candeias
- AVIMUCAN – Associação dos Vigilantes e Guardas Municipais de Candeias
- BNCC – Base Nacional Curricular Comum
- CTB - Confederação dos Trabalhadores do Brasil
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CFP – Centro de Formação de professores -
- CEFETBAHIA - Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico
- CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- CPPB – Confederação dos Professores Primários do Brasil
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DOE/BA - Diário Oficial do Estado da Bahia
- DIOR – Diretoria de Organização Escolar
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- FACED – Faculdade de Educação
- FFCH – Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas da
- FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica
- FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- IBICT – Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Médio
- IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia Instituto Federal da Bahia

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSPER – Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa

IPEIA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MBL – Movimento Brasil Livre

MOVA/SE – Movimento de Valorização dos Servidores Municipais

NEC – Núcleo de Estudos Candeenses

NEER – Núcleo de Educação Étnico-Racial

PAI – Programa de Atenção Integral

PAR – Plano de Ações Articulado

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PIB – Produto Interno Bruto

PF – Polícia Federal

PME – Plano Municipal de Educação

PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PROGESTÃO – Programa de Capacitação a Distância de Gestores

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PSE – Programa Saúde na Escola

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

REDA – Regime Especial de Direito Administrativo

RMS – Região Metropolitana de Salvador

SEDUC – Secretaria Municipal de Educação de Candeias

SESI – Serviço Social da Indústria

SITICCAN – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial de Candeia

SISEMC – Sindicato dos Servidores Municipais de Candeias

SINPEEM – Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo

SUPP – Sociedade Unificadora de Professores Primários

UFBA – Universidade Federal da Bahia

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 PIB Municipal Candeias e participação dos setores produtivos 2015-2018.....	31
Tabela 2 Tabela 03- Profissionais do Magistério Público de Candeias	38
Tabela 3 Profissionais do Magistério Público de Candeias Ensino Fundamental anos finais .	39
Tabela 4 Quadro Distorção Idade Serie (2019)	41
Tabela 5 Taxas de transição.....	41
Tabela 6 IDEB do 5º Ano da Rede Municipal de Candeias	42
Tabela 7 IDEB do 9º Ano da Rede Municipal	42
Tabela 8 Piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica..	44
Tabela 9 Pesquisas sobre associativismo e sindicato nas Redes Municipais	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Território de Identidade do Estado da Bahia.....	27
Figura 2 Mapa da Cidade de Candeias	29

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 Perfil dos entrevistados	21
---	----

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 População de Candeias 1940 - 2019.....	30
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. CANDEIAS UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR E DOS DESAFIOS EDUCACIONAIS	27
3. PARTICIPAÇÃO, ASSOCIAÇÃO E SINDICATO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE O MOVIMENTO DOCENTE	46
3.2 Associativismo e Sindicalismo docente.....	56
4. TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE DA REDE MUNICIPAL DE CANDEIAS/BA	68
4.1 Associação de Professores de Candeias (APC)	69
4.1.1 Estatuto do Magistério Público do Município de Candeias.....	75
4.1.2 O Congresso de Professores de Candeias	78
4.1.3 A greve dos professores da rede municipal de Candeias de 1988	79
4.2 O Sindicato dos Servidores Municipais de Candeias (SISEMC)	87
4.3 Associação dos Profissionais em Educação de Candeias (ASPEC)	104
4.4 Associação dos Profissionais em Educação de Candeias (ASPECAN)	114
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS.....	125
APÊNDICE.....	136
ANEXOS.....	138

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar os diversos aspectos históricos, políticos, econômicos e educacionais que permearam o movimento docente na rede municipal de educação de Candeias/BA, entre 1980 e 2018, na Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Tal empreitada visa compreender a luta dos professores da rede municipal de Candeias/BA, por meio da organização em associações docentes, em diferentes contextos, a partir da década de 1980 do século passado, período que indica as primeiras movimentações direcionadas à criação de instituições que pudessem representar os docentes em prol da melhoria de suas condições de trabalho e da qualidade das escolas públicas da qual fazem parte.

Nessa linha, o estudo integra o campo da luta atual do movimento docente, na perspectiva denominada, por Vanessa Amorim Dantas (2016), de História Social da Educação ou História dos Trabalhadores em Educação, procurando investigar as aprendizagens, os conhecimentos e a construção de saberes próprias da história da organização dos professores em sindicatos e associações.

Reconstruir a trajetória do movimento docente em um município da região metropolitana de Salvador foi uma tarefa complexa, uma vez que não há como conhecê-la sem lançar o olhar sobre os diferentes aspectos que estão, direta ou indiretamente, ligados à formação, ao crescimento demográfico, ao desenvolvimento industrial e às relações políticas que configuraram a cidade de Candeias.

Conforme será analisado no decorrer da dissertação, foram criadas três associações em tempos distintos, com diferentes professores na organização e bandeiras de lutas que se complementaram ou esvaziaram-se ao longo dos anos por diversos fatores.

A primeira organização, Associação de Professores de Candeias (APC), foi criada com objetivo de estruturar a luta dos professores da rede municipal da cidade e pode ser associada a gênese do movimento docente local. Fundada em 27 de novembro de 1986, ainda no contexto dos reflexos da Ditadura Militar (1964 a 1985) e do período em que a cidade foi enquadrada como Área de Segurança Nacional (1972 a 1985), quando a organização sindical dos trabalhadores não era proibida no Brasil, teve suas ações interrompidas em 1990, após as repercussões de uma greve geral dos trabalhadores em educação.

A segunda organização nasceu com o objetivo de agrupar todos os profissionais da educação, que atuavam na cidade, independente do seu local de residência ou rede em que atuavam nas escolas (públicas ou particulares), ela foi denominada Associação dos Profissionais em Educação de Candeias (ASPEC) e funcionou por apenas dois anos. Ela surgiu em 05 novembro de 2010 e encerrou suas atividades em 2012. Esta associação está ligada ao período demarcado por um intenso debate no campo da educação municipal em decorrência das lutas pela aprovação do Plano de Cargos e Salários do Magistério.

A terceira associação iniciou suas atividades em 31 de outubro de 2017 e encontra-se ativa. Ela é denominada Associação dos Profissionais em Educação de Candeias (ASPECAN). No decorrer da investigação, identificou-se o fato da associação ainda não ter sido registrada. O registro oficial ocorreu somente em 23 de março de 2021.

Tal como já foi sinalizado, pretende-se investigar a trajetória de luta dos professores na organização da categoria em torno das associações docentes de Candeias e a ampliação do movimento docente no município, considerando que, ao longo da história recente, é possível conhecer as principais ações desenvolvidas pelas três associações: APC, ASPEC e a recente ASPECAN.

As primeiras aproximações e os motivos que levaram à construção desta pesquisa podem ser resumidas durante o início da minha atuação profissional no campo da Pedagogia. Em 2015, depois de formado em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia e passado por outras experiências profissionais, como estágio em sala de aula em projetos sociais. Iniciei a jornada como Coordenador Pedagógico, vinculado ao Serviço Social da Indústria (SESI), na área de Responsabilidade Social, executando o “Programa de Criança”, financiado pela Petrobrás em São Francisco do Conde, município próximo à Candeias. Nesse período, por atuar em um setor estratégico do SESI, tive a oportunidade de conhecer o Plano Municipal de Candeias (PME) e o das demais cidades da região metropolitana de Salvador, pois a leitura e análise desses planos eram fundamentais para o planejamento das ações e projetos desenvolvidos pela instituição.

As atividades educativas realizadas pelo SESI em parceria com a Petrobras foram interrompidas em 2016, devido à crise política que se instalou no Brasil, fruto das ações da “Operação Lava Jato”. Uma polêmica iniciativa de combate à corrupção conduzida pela Polícia Federal (PF) com o objetivo questionável de investigar um possível esquema de desvio de dinheiro público entre empresários e políticos na Petrobras, criada em março de 2014, em um momento delicado, que, segundo Daniel Trajano Cara (2016), quando novos personagens da

direita ultraliberal, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Revoltados *On-line* ganharam as ruas de várias cidades do país e ampliaram a rede de militância, contando com o apoio de boa parte da grande mídia, empresários, partidos e políticos de oposição, criando as bases para o que pode ser considerado um cenário propício para o golpe contra a então presidenta Dilma Rousseff, que perdeu seu cargo dois anos depois.

Nesse mesmo tempo, a busca por um emprego mais estável representava um sonho antigo, foi quando, em meados de 2016, após aprovação em concurso público, ingresso na condição de coordenador pedagógico efetivo na Rede Municipal de Educação de Candeias. Após curto período acumulando as duas funções, desliguei-me do SESI e iniciei a minha imersão profissional, de forma mais apurada, nas questões educacionais da cidade.

Ainda em fase inicial de trabalho, mas já atuando como coordenador, participei de dois núcleos, organizados pela Secretaria de Educação de Candeias (SEDUC), que funcionaram entre 2016 e 2018: o Núcleo de Estudos Candeenses (NEC) e o Núcleo de Educação Étnico-Racial (NEER).

O primeiro surge com o objetivo de estimular, propiciar e potencializar estudos e reflexão relativos à História, Geografia e Cultura de Candeias, entre outras áreas de conhecimento, além de reunir pesquisadores locais para discutir os problemas da cidade e buscar soluções coletivamente. O segundo propõe articular ações e pesquisas pedagógicas, de caráter interdisciplinar, fortalecendo a valorização da cultura e o reconhecimento da diversidade étnico-racial brasileira, em prol do combate à discriminação racial. As ações de tais núcleos foram reorganizadas e mantêm atividades formativas voltadas aos professores, até os dias atuais, direcionadas à Atividade Complementar (AC) e seminários temáticos.

Naquela época, os encontros de formação e as discussões promovidas pelos Núcleos aconteceram no Centro de Formação de Professores (CFP). Os momentos formativos promoveram encontros entre gerações de professores da rede municipal de educação. Os docentes aprovados no último concurso público, realizado em 2016, em sua maioria, recém-formados, tiveram a possibilidade de trocar experiência com os professores mais antigos, alguns deles com quase 30 anos ou mais de experiência no serviço público ou em sala de aula.

As múltiplas experiências partilhadas me permitiram conhecer melhor a cidade e parte do contexto de organização dos professores ao ponto de construir um olhar mais comprometido com a pesquisa na área de educação ligada aos dilemas específicos da educação municipal, a participação e a implicação dos professores com a escola pública, as greves dos profissionais da educação, as condições de trabalho, a valorização profissional.

A partir do contato inicial com essas memórias, não foi difícil dar atenção para o papel dos professores na luta pela educação e, conseqüentemente, perceber como estes profissionais se organizaram politicamente. O desejo de ouvir mais os docentes só aumentava nas visitas às escolas, nos encontros formativos desenvolvidos pela SEDUC, nas reuniões de planejamento pedagógico.

As primeiras hipóteses sugeriram que a luta dos professores em Candeias teve uma considerável influência do surgimento de uma nova classe de trabalhadores: os petroleiros em 1952. De acordo com os estudos apresentados por Ivo e Santos (2008), as primeiras reuniões para discutir uma possível organização sindical dessa categoria tiveram seus primeiros registros a partir daquele ano. As mudanças na estrutura da cidade também são fruto dessa relação com a exploração do petróleo. Ainda nesse caminho, outras indagações apontaram que muitos dos servidores públicos, em especial os docentes, tiveram ou têm contato direto com homens e mulheres que trabalharam na construção da Refinaria de Mataripe e estiveram à frente das primeiras organizações sindicais da região. Além disso, no decorrer da investigação, observou-se a importância de direcionar a pesquisa para a exploração, mais demorada, a respeito do protagonismo da organização peculiar dos trabalhadores em educação no Brasil e na Bahia.

Assim, a articulação docente e o número de associações de professores em Candeias indicam trocas de experiências sobre as questões inerentes à profissão, momentos de tensão entre a gestão municipal e os servidores públicos e direcionam para a construção de um projeto político que deu vazão às percepções coletivas do mundo do trabalho no campo educacional, conforme poderá ser identificado.

Diante desse contexto, foi possível tecer alguns questionamentos iniciais, a serem problematizados ao longo da pesquisa: Os reflexos da luta sindical com a indústria do petróleo tiveram influência na organização docente em Candeias? Quais os atores e cenários políticos estiveram envolvidos na criação e atuação das associações? De que maneira o movimento docente de Candeias interagiu com outras associações e sindicatos de professores, a exemplo da APLB-Ba? Como os professores participaram do movimento?

Partimos de uma pesquisa na área de educação com foco na luta e participação dos professores da rede municipal. A partir desse olhar, indagamos que quaisquer ações políticas que visam a organização de trabalhadores são fortemente influenciadas pelas relações forjadas no contexto local, no espaço laboral, no dia a dia, em permanente articulação com o campo de luta e organização dos trabalhadores em geral, e dos trabalhadores em educação, em particular.

As principais estratégias utilizadas para dar conta da pesquisa qualitativa desenvolveu-se de realização de entrevistas e pesquisa bibliográfica e documental.

A partir das conversas com alguns atores sobre a investigação, criou-se uma listagem de contato com nome e uma minibiografia de 25 pessoas, entre professores, ex-professores, lideranças sindicais, ex-secretários de educação, que, de alguma forma, tiveram ou têm relação com o movimento docente. A técnica utilizada para identificação das pessoas a serem entrevistadas seguiu os passos do *snowball sampling*, conhecida como bola de neve é uma amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais na qual os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que, por sua vez, indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto do estudo ou ponto de saturação (Baldin e Munhoz, 2011).

No total, após a identificação, entre os convidados a colaborar com a pesquisa, foram entrevistados 13 participantes. A seguir, apresenta-se uma síntese do perfil dos entrevistados.

Quadro 1 Perfil dos entrevistados

Nº	Nome	Idade	Formação	Minibiografia	Observação
01	Adeilda Santos Souza	55 anos	Professora de História	Participou da criação da APC. Foi membro da segunda diretoria da associação, atuou também da criação da ASPEC e ASPECAN. Participou da elaboração do Plano de Carreira do Magistério. Professora da rede municipal de Candeias aposentada, foi exonerada, após denunciar nos meios de comunicação as péssimas condições da educação municipal na cidade, em 1998, e reintegrada 12 anos depois. Atualmente, é professora de História do Estado, lotada em uma escola em Candeias.	Entrevista realizada em 12/06/2020
02	Alfredo de Souza Filho	Não informada	Professor de Educação Física	Primeiro presidente da APC, teve um breve período a frente da associação, afastou-se da presidência, após aprovação no concurso da Petrobras. Anos depois foi aprovado no concurso	Entrevista realizada em 13/06/2020.

				para professor de Educação Física em Candeias, atividade que exerce até os dias atuais.	
03	Ane Carine Conceição Rosas	37 anos	Professora Educação Infantil	Pedagoga, Professora da Educação Infantil, aprovada no concurso público de 2016, atualmente faz parte da diretoria da ASPECAN.	Entrevista realizada em 11/01/2021
04	Edilene Araújo dos Santos	Não informado	Professora de Geografia	Articulou a criação da ASPECAN e atualmente é diretora administrativa da associação. Participou da elaboração do Plano Municipal de Educação de Candeias. Também foi exonerada, após denunciar nos meios de comunicação as péssimas condições da educação municipal na cidade, em 1998, e reintegrada 12 anos depois. Atualmente tem se dedicado às discussões e ação da ASPECAN em relação ao rateio do precatório de Candeias.	Entrevista realizada em 19/10/2019
05	Juscelino Santos	49 anos	Vigilante	Participou da primeira manifestação dos vigilantes que deu origem a criação da Associação de Vigilantes de Candeias (AVIMUCAN). Participou também ativamente das ações que levaram a mudança de diretoria no sindicato. Atualmente é o presidente do sindicato desde 2010	Entrevista realizada 08/06/2020
06	Magno Souza de Santana	Não informado	Professor de Matemática	Ex-vice presidente do sindicato dos servidores de Candeias. Participou da articulação e criação da ASPECAN. Foi representante dos professores na comissão da educação e participou do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação.	Entrevista realizada em 08/12/2020
07	Jair dos Santos Cardoso	55 anos	Professor de História e Advogado	Historiador, Advogado, Mestre em Crítica Cultural. Foi o primeiro presidente do Conselho Municipal de Educação em 1986, teve participação na articulação do Congresso	Entrevista realizada em 08/12/2020

				Municipal de Educação, em parceria com a APC. Advogou em defesa das professoras da Edilene, Adeilda e Margarida quando elas foram exoneradas. Foi vereador entre 2001 e 2004. É escritor e autor de livros sobre a história de Candeias. Secretário de Educação, entre 2016 e 2018.	
08	Hamilton Ferreira de Assis	41 anos	Professor de Ciências Sociais	Foi Presidente da ASPEC. Durante sua gestão, a associação docente consegue eleger uma nova diretoria do sindicato dos servidores de candeias, articulou também a participação de um professor na comissão do sindicato que passa a representar os docentes.	Entrevista realizada em 19/02/2021
09	Luiz Cezar dos Santos Miranda	53 anos	Mestre em Ciências Sociais Professor de Sociologia IFBA/Valença Sociologia	Teve papel importante na aproximação do movimento docente com outros sindicatos, no período de 1996 a 2000. Foi um dos responsáveis pela produção e distribuição do informativo sindical MOVA-SE.	Entrevista realizada em 21/12/2020
10	Joel de Santana Câmara	60 anos	Advogado, professor, especialista com tendências em Direito do Estado	Presidente da APC em 1987, após a saída do primeiro presidente. Em 1988, foi um dos líderes da greve dos docentes que levou ao cancelamento do ano letivo. Atualmente, é advogado do sindicato dos servidores de Candeias, atuando nas questões jurídicas e trabalha como na APLB.	Entrevista realizada em 16/01/2021
11	Marta Cilene Santos Silva Marinho	52 anos	Agente Comunitária de Saúde e Endemias de Candeias	Teve atuação destacada na articulação no processo de mudança na diretoria do sindicato dos servidores de Candeias. Participa das articulações entre os agentes de saúde e os docentes.	Entrevista realizada 08/06/2020
12	Claudia Pimentel Cavalcante Evangelista	51 anos	Professora de Ensino Religioso rede municipal de Candeias	Trabalhou como diretora escolar, passou um período na Coordenação do Departamento de Organização Escolar (DIOR). É ex-presidente do sindicato dos servidores de candeias.	Entrevista realizada 29/06/2021

			Pedagoga, formada em Direito		
13	Maria das Graças de Castro Bandeias	66 anos	Professora de Educação Física	Trabalhou como diretora escolar. Fez parte da primeira diretoria do sindicato dos servidores de candeias. Atuou na articulação com a CUT.	Entrevista realizada 03/08/2021
14	Maria de Lourdes de Santana Pinheiro	64 anos	Agente Administrativo (atualmente Auxiliar de Secretaria)	Trabalha na Escola Municipal Papa Paulo VI, até os dias de hoje. Presidiu o sindicato na terceira gestão, o período em que assumiu a direção não foi informado.	Entrevista realizada 12/08/2021

Fonte: elaboração do autor.

A escolha pelo modelo de entrevista semiestruturada permitiu maior flexibilidade no processo de coleta dos dados e, metodologicamente, foi considerada adequada, visto que foi possível ouvir com tranquilidade temas inicialmente não previstos no roteiro, mas abordados pelos/as entrevistados/as. E, em diferentes situações os entrevistados lideraram e assumiram o protagonismo e a participação na liderança das associações e no sindicato. É importante destacar que a maioria deles são cidadãos candeenses, sua militância com as causas sociais teve início a partir das Comunidades Eclesiais de Base, movimento que nasce no seio da Igreja Católica e formou várias lideranças em todo o Brasil entre os anos de 1970 até final dos anos de 1990.

No que diz respeito à pesquisa documental, a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados autênticos de fontes de primeira e segunda mão, no período de estudo. Um dos maiores desafios dessa pesquisa foi encontrar informações seguras sobre a composição da força de trabalho docente municipal. Tal dificuldade reside na ausência quase que total de dados em quantidade e qualidade confiáveis, uma vez que, por diferentes motivos, o acesso tanto às fontes guardadas pelo município, sindicato e associações é bastante complicado.

No caso de Candeias, o município hoje não dispõe de um arquivo municipal adequado, seguro e com profissionais qualificados para cuidar do acervo documental da cidade, as inúmeras investidas em localizar o espaço nos levou a rua Desembargado Teixeira de Freitas S/N, Bairro, Pitanga – Candeias, quando chegamos o local estava fechado e todos os documentos foram transferidos para a prefeitura sob responsabilidade da Secretaria de Gestão Pública, encaminhamos um ofício, ligamos diversas vezes e depois de mais de um mês

aguardando a liberação desistimos de tal empreitada pois não fomos atendidos. No caso das associações, os problemas na guarda e conservação dos seus acervos reside na própria organização que não tem um espaço adequado para arquivar documentos, parte do material adquiridos compõem em sua maioria o acervo pessoal de lideranças, professores e pesquisadores que se apoderam desses documentos, tomando para si o que é de natureza coletiva, alguns desses atores tem até a disponibilidade de receber um pesquisador e disponibilizar o que possui, outros não.

Em relação à pesquisa bibliográfica, foi realizado um levantamento no banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT), banco digital de dissertações e teses e das leituras e orientações que foram construídas ao longo do percurso teórico e metodológico, bem como a conta e análise dos dados empíricos sobre o funcionamento das associações docentes.

O acesso às informações do banco de dados foi o ponto de partida para esse levantamento. No período de abril a junho de 2019, com os seguintes descritores: educação e sindicalismo, para que fosse realizado um levantamento de trabalhos que apresentassem o estado da arte de pesquisas com foco na educação e sindicalismo na esfera municipal. Durante as buscas, foi possível identificar 241 produções, dentre teses e dissertações, as quais foram catalogadas em um banco de dados para definir os trabalhos que seriam lidos integralmente. Vale lembrar que, o material pesquisado compõe uma parte do referencial teórico sobre educação e movimento docente e será utilizado ao longo de todo o trabalho para sustentar, confrontar e ampliar as análises da trajetória de luta dos professores em Candeias.

Além disso, outras referências nos ajudaram inicialmente a pensar a luta dos professores sob diferentes lentes são: a dissertação de mestrado “Uma História em Verde, Amarelo e Negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964)”, de autoria do historiador Alex de Souza Ivo. Este trabalho discute a trajetória de luta dos petroleiros baianos principalmente, para as relações de trabalho e as hierarquias e tensões sociais nelas existentes e nos ajuda a explorar uma das hipóteses do trabalho, na qual pretendemos observar as repercussões da luta e organização dos petroleiros em Candeias e o surgimento da organização do movimento docente e suas possíveis implicações.

O trabalho *Ouro Negro: gênero, trabalho e prostituição (1960-1985)*, de Daniela Nunes Nascimento. Esta pesquisa mostra as mudanças socioeconômicas, urbanas e políticas com a instalação da primeira indústria de petróleo do Brasil, a Refinaria de Mataripe/Landulpho Alves, e do surgimento de novos atores sociais que migraram para a região, trabalhadores que

podem também ter colaborado para uma atmosfera diferente em Candeias, e pode ajudar a contar a história do movimento docente e idas e vindas das associações criadas, extintas e recriadas. O período da década de 80 estudado pela autora é muito próximo da criação da primeira associação docente e abre uma discussão para entender o contexto local naquela época.

Importante também foi a leitura do livro *Candeias: História da Terra do Petróleo* de Jair Cardoso dos Santos, de caráter memorialístico, utilizado como uma das fontes documentais para pesquisa. A obra conta a história de Candeias com certa dose de emoção, ao mesmo tempo em que aponta para situações reais, principalmente na dinâmica da educação. Essas foram algumas das bibliografias consultadas para compreender e refletir sobre o contexto de Candeias. Todos os trabalhos destacam fatos e acontecimentos relacionados aos trabalhadores da cidade e nos aproximam do contexto histórico e social necessário para a compreensão do lugar em que o objeto de pesquisa está situado. Esse referencial específico sobre Candeias aproxima a relação da educação com o petróleo e seus desdobramentos.

Recontar a história das Associações dos Professores de Candeias apontou para a necessidade de uma imersão nos aspectos fundamentais que configuram um olhar sobre o papel dos professores na defesa de melhores condições de trabalho e da escola pública, neste contexto particular, sendo esta a principal intenção desta dissertação de mestrado, cujo o título apresentado é “**Trajectoria do Movimento Docente em Candeias/ba: organização, mobilização e luta (1980 – 2018)**”.

As análises apresentadas no decorrer da dissertação procuraram focalizar as categorias de análise definidas ao longo das leituras, orientações e entrevistas, a saber: **Participação, Associativismo e Sindicalismo**. Tais categorias orientaram todas as etapas da investigação, desde o momento de aproximação do estudo. Portanto, este trabalho visa apresentar uma contribuição singular na educação municipal candeense, tomando por base a trajetória de luta dos professores que se organizaram em associações para expressar suas reivindicações e organizar seus interesses e necessidades.

Dessa forma, apresenta-se a organização desta dissertação em quatro seções. A primeira seção consta desta introdução, que tem como finalidade apresentar a temática, revelando a minha experiência pessoal e profissional e como fui construindo a aproximação com meu objeto de estudo, bem como os objetivos da investigação e os passos que foram seguidos para dar conta da pesquisa.

Na segunda seção, contamos de forma sucinta uma caracterização do lugar em que a pesquisa foi realizada na cidade de Candeias, os principais desafios relacionados à legislação

da educação local e a organização da rede de ensino. Concentramos nossa atenção na definição do território, a partir dos seus distritos, povoados, bairros e comunidades. Dentro desse percurso, procura-se destacar alguns indicadores importantes, tais como, o Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDH), o Produto Interno Bruto e os dados educacionais considerados importantes para a delimitação do estudo.

Na terceira seção, apresenta-se a história do movimento docente no Brasil e na Bahia, os principais resultados do levantamento bibliográfico realizado no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o qual nos levou a construir um banco de dados das produções acadêmicas encontradas e a compreender as categoriais de análise: participação, associação e sindicato, bem como as diferentes formas de interação entre estes conceitos, tomando por base o olhar direcionado à organização dos professores nas redes municipais de educação.

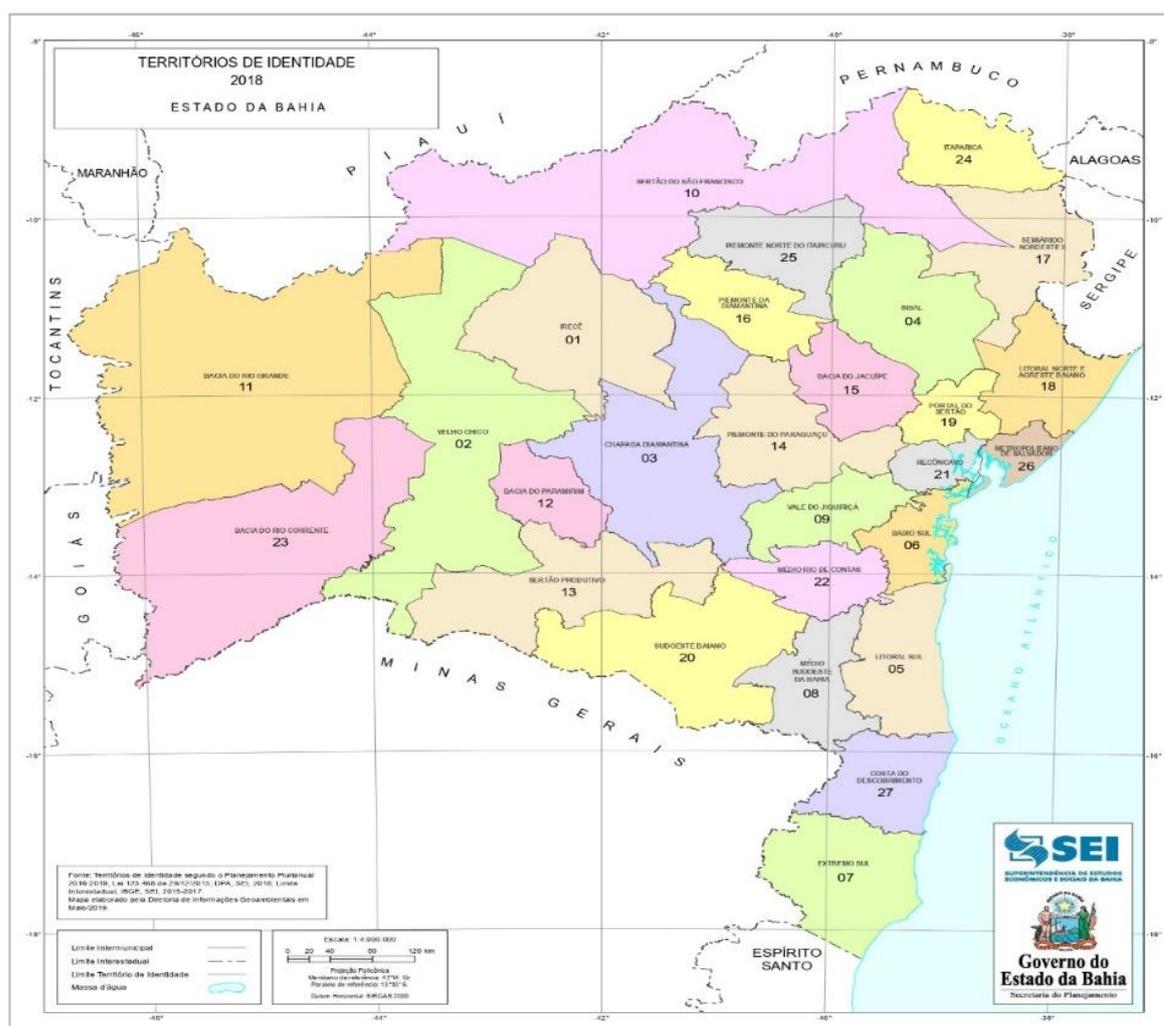
Na quarta seção, apresenta-se as considerações acerca dos aprendizados proporcionados pela investigação acerca da trajetória do movimento docente na rede municipal de Candeias, os principais fatos e acontecimentos que marcaram as três associações investigadas, com destaque para a luta empreendida em cada período, a partir do depoimento dos/as entrevistados/as.

Por fim, concluímos a dissertação discutindo os resultados alcançados pelo movimento e a participação dos professores de Candeias na busca pela sua organização e formas de luta pela melhoria das condições de trabalho e qualidade das escolas em que atuam.

2. CANDEIAS UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR E DOS DESAFIOS EDUCACIONAIS

Candeias é uma cidade que faz parte da Região Metropolitana de Salvador (RMS), localizada a 46 km da capital do estado. Teve sua emancipação do Município de Salvador/BA instituída pela Lei Estadual 1.028, em 14 de agosto de 1958. Está situada na região que compreende a Baía de Todos os Santos. Segundo dados da Secretaria de Planejamento da Bahia (2018), a cidade integra os 13 municípios que compreendem o **Território Metropolitano de Salvador** compostos pelas cidades: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Vera Cruz.

Figura 1 Território de Identidade do Estado da Bahia



Fonte: (SEPLAN/Ba – Acesso em 22/01/2020)

Atualmente, o município de Candeias é composto pelos seguintes bairros e distritos¹: Areia, Bairro da Paz, Centro, Dom Avelar, Distrito Industrial, Malembá, Nova Brasília, Nova Candeias, Ouro Negro, Santo Antônio, Sarandi, Santa Clara, Triangulo, Urbis I, Urbis II e dos distritos: Cabotô, Caroba, Menino Jesus, Passagens dos Teixeiras, Passé, Pitanga, Madeira, Sanca, Colônia, Canta Galo, Pindoba, Mamão, Pasto de Fora, Rosário, Caractinga, Saldanha, Massuim, Beta, Cedro, Mangabeira, Boca da Mata, Vila Feliz.

A cidade tornou-se nacionalmente conhecida pela natureza industrial desenvolvida, a partir da descoberta de petróleo comercial em 1941. Segundo Epifania (2008), o poço encontrado no campo de Candeias foi de alto valor comercial, juntamente com o poço no campo de Itaparica, em 1942, e uma importante reserva de gás no campo de Aratu, viabilizando, assim, a produtividade da atividade petrolífera no Estado da Bahia. De acordo com Nascimento (2014), no cenário nacional, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, durante a chamada Revolução de 1930, as medidas enérgicas tomadas foram favoráveis a industrialização do Brasil. O presidente entendia a necessidade de iniciar o projeto industrial no país, que o levasse a produtor, exportador de produtos e matérias-primas e defendia que saísse das raízes do modelo agrário e avançasse para o industrial. Reforça essa tese, segundo Ivo (2008), a campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo diretamente relacionada à reorientação dos rumos do Conselho Nacional do Petróleo, iniciada, ainda em 1943, e que teve seu auge no governo do General Eurico Gaspar Dutra.

O clima político no Brasil, da década de 1950, era propício ao nacionalismo, e os parlamentares pressionados pelos setores populares, movimentos sociais organizados e dos movimentos sociais pela educação discordavam da preponderância do capital internacional, inclusive nas questões relacionadas ao petróleo, pois o interesse estrangeiro não era o mesmo que as necessidades da população brasileira. Tudo isso, delineou um cenário de luta na escolha do projeto nacionalista que poderia estimular a industrialização do país e que o Estado utilizasse sua estrutura governamental para canalizar os recursos necessários aos investimentos.

Assim, em 3 de outubro de 1953, dia do 23º aniversário da Revolução de 1930, uma data de forte conotação simbólica para o getulismo, o presidente assinou a lei que criou a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás – empresa que, por vários motivos, marcará a história política recente do país. A sua criação representou, segundo Sulamis Dain, o fim do primeiro ciclo de investimentos, e o fato mais marcante dessa era de intervenção do Estado no setor produtivo, através da criação de companhias atuantes em setores estratégicos da produção industrial. A Petrobrás figurou, junto com a Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores e a

¹ Para consultar informações sobre os bairros e distritos de Candeias consultar. Fonte Jair Cardoso dos Santos. **Candeias Histórias de Fé e Trabalho. Salvador. Quarteto, 2020, p. 210-246.**

Companhia Mineradora Vale do Rio Doce, como uma empresa estatal de primeira geração. (IVO. 2008, p. 37.)

A descoberta do petróleo em solo brasileiro e a criação da Petrobras décadas depois, encerra um ciclo do debate nacional em torno do modelo agrário versus industrial e inaugura a viabilidade da execução de um projeto de modernização nacional, tendo por base o monopólio estatal da pesquisa, lavra, refino e transporte do petróleo no Brasil.

Em 1950, a Landulpho Alves foi a primeira refinaria estatal construída no país. De acordo com os dados do Boletim Informativo da Bahia, em dezembro de 2020, a unidade tem capacidade para processar 323 mil barris de petróleo por dia. Isso corresponde a 14% da produção diária do Brasil. Foi vendida ao fundo de investimentos Mubadala, dos Emirados Árabes Unidos, no valor de R\$ 10,1 bilhões de reais, em novembro de 2021. A política do desinvestimento e das privatizações, proposta pelo governo federal no setor petrolífero e em outras áreas do estado da Bahia poderá apresentar prejuízos irreparáveis a Região Nordeste tais como monopólio do preço dos combustíveis no estado da Bahia e valores dos combustíveis mais caros do que outros estados.

Figura 2 Mapa da Cidade de Candeias



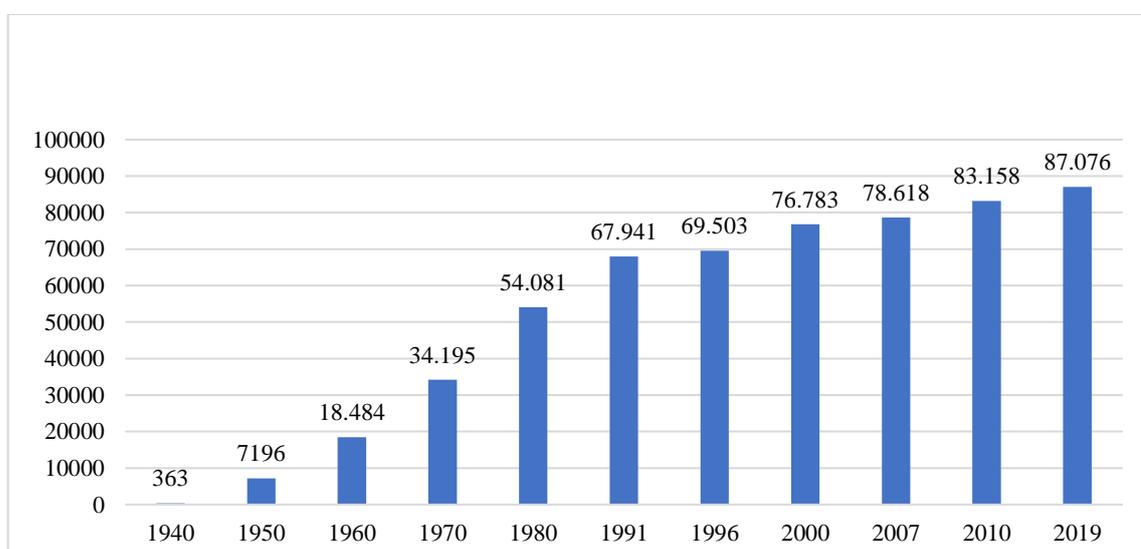
Imagem: fonte Google Maps – Acesso em 24/07/2020

De acordo com dados do IBGE (2019), Candeias tem uma população de 87.076, com **uma estimativa para 2021 de 87.820** habitantes. Até os anos de 1990 a cidade passou por um

boom populacional e, nas décadas seguintes, o crescimento chegou a um patamar estável de 2,39%, (Cardoso, 2008).

O cenário descrito conforme aponta outros autores (Cardoso, 2008; Ivo, 2008; Nascimento, 2008 e Epifânio, 2014) enfatizam as mudanças estruturais tais como: aumento da população, elevação da população assalariada, crescimento do comércio local, construção de estradas para facilitar o transporte de trabalhadores e equipamentos para a Refinaria e o surgimento de uma nova classe média, os petroleiros.

Gráfico 1 População de Candeias 1940 - 2019



Fonte: Elaborado pela P&P a partir de dados do IBGE. Censos Demográficos e Contagem de População. Notas: (*) Ano referente ao desmembramento de Salvador, a partir da CONDER-SEPLANTEC. Painel de informações, 1997 Organizado: Barbosa 2019.

Segundo dados do Atlas Brasil (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano Médio² (IDHM), ou seja, o índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior é considerado o desenvolvimento humano e a qualidade de vida da população de um determinado lugar. É importante destacar que o índice alcançado pelo município de Candeias, no período de 2000 a 2010, ficou abaixo da média nacional. O IDHM do Brasil que é de 0,612 no ano 2000 e 0,727 em 2010. Entretanto, comparando o índice de Candeias ao do estado da Bahia, que é 0,512 e 0,660, respectivamente em 2000 e 2010, o município ficou acima da média estadual. Em resumo, a dimensão cujo índice mais se destacou em termos absolutos foi educação, com crescimento de 0,396, seguida por Longevidade e Renda.

² O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

Tabela 01 - PIB Municipal Candeias e participação dos setores produtivos Candeias – 2015 – 2018

Município	Participação dos setores da Economia no Produto Interno Bruto			PIB Per capita (R\$ 1,00)
	Agropecuária	Indústria	Serviços	
Candeias 2018	0,32	48,52	51,16	50.279,23
Candeias 2017	0,37	48,10	51,53	42.898,36
Candeias 2016	0,46	48,66	50,88	38.617,25
Candeias 2015	0,00	0,48	0,52	38.156,69

Fonte: IBGE Cidades (2015-2018)

Entre 2015 a 2018, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu em aproximadamente 24,11%, passando de R\$ 38.156 milhões para R\$ 50.279 milhões. No setor econômico, a indústria perde espaço para o setor de serviços, com a política de desinvestimento praticada pela Petrobrás nos últimos anos. É preocupante também os resultados alcançados pelo setor agropecuário, é possível afirmar que região ainda preserve uma agricultura de subsistência voltada para a agricultura familiar e aumentar essa participação pode gerar mais emprego e renda.

Segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado Bahia (2013), Candeias ocupou a 6ª posição: com uma arrecadação em tributos de R\$ 116.879.413,35 e ICMS no valor de R\$ 9.181.687,82. Com isso, em contrapartida, a atividade agropecuária, a arrecadação total de tributos e participação e percentual do ICMS do município, comparando as 13 cidades que compõem a RMS.

Em relação ao contexto baiano, a cidade ocupa a 5ª posição no ranking econômico, ficando somente atrás da capital baiana e das cidades de: Camaçari, São Francisco do Conde e Feira de Santana. A renda média da população é de 3,1 salários mínimos, o que é considerada alta, quando comparado com outros municípios do Estado.

De acordo com os dados do Tribunal de Contas do Município (2019), existem 4.933 servidores, destes 3.061 são funcionários efetivos, diante dos dados apresentados podemos destacar que uma parte desses servidores conquistaram o direito da estabilidade logo após a Constituição de 1988, os demais passaram por concurso público de prova e títulos.

Nesse momento, existem vários desafios na rede municipal, dois pontos merecem a nossa atenção. O primeiro sinal é a legislação educacional. Embora o município já tinha

aprovado estatuto do magistério e o plano de carreira, acrescentamos a essa legislação o Plano Nacional de Educação (PNE), a lei 13.005/2014, que determinou um conjunto de diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2015 a 2025, o município aprovou também o Plano Municipal de Educação (PME/Candeias) Lei 933/2015. Passaremos agora a discutir alguns dos pontos que consideramos mais importantes destacado no plano municipal.

Em Candeias, o PME (2015) é um instrumento de planejamento que orientou a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor. O documento é fruto de amplos debates entre diversos atores sociais e o poder público e nele estão definidos os objetivos e metas para a Educação Básica Municipal que compreende os seguintes segmentos: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Anos Finais, Educação Inclusiva e Educação de Jovens e Adultos (EJA); a serem executados nos próximos dez anos.

No documento foram estabelecidas as seguintes diretrizes: erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria na qualidade de ensino; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública e, por fim, promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país, além da valorização dos profissionais de educação, um dos maiores desafios das políticas educacionais em Candeias.

Para a Educação Infantil do ponto de vista legal, o município caminha de acordo com a LDB – Lei n. 9394/96, artigo 29, que prioriza a primeira etapa da educação básica, o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade. Além disso, a política de alfabetização definida visa garantir a aprendizagem e desenvolvimento pleno, atentando-se para a diversidade social, cultural e individual dos alunos, o que demanda espaços e tempos diversos de aprendizagem e recupera o caráter lúdico da alfabetização de modo a garantir uma passagem da pré-escola para o ensino fundamental sem ignorar os conhecimentos adquiridos pelas crianças nessa fase. Nessa modalidade, a rede ainda enfrenta a falta de professor substituto que possa assumir as funções docentes nos dias da atividade complementar momento fundamental dedicado ao planejamento.

No que concerne ao Ensino Fundamental, ele está dividido da seguinte forma: anos iniciais do 1º ao 5º ano e anos finais do 6º ao 9º ano. A redação dada pela LDB, artigo 32, garante: o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno

domínio da leitura, da escrita e do cálculo; compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. Para esse nível da educação básica, o desafio é a reorganização dos profissionais, os candidatos recém aprovados no concurso público de 2016, de acordo ao edital concorreram a vaga descrita para Auxiliar de Classe e não Auxiliar de Disciplina, dessa forma sua atuação deveria ser direcionada para educação infantil ou ensino fundamental anos iniciais e a rede de Candeias fez o oposto, corrigindo essa situação tempo depois. Podemos justificar tal prática aconteceu devido a diferença salarial de uma função para outra.

Na rede educacional, percebemos que o município implementou o Ensino Fundamental de Nove Anos e de acordo com a legislação vigente no país, além disso, aderiu a um conjunto de programas do Governo Federal, como Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Programa de Capacitação a Distância de Gestores (PROGESTÃO), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Saúde na Escola (PSE). O documento ressalta que o ensino deverá garantir acesso a permanência e a qualidade para todas as crianças, adotando alguns princípios norteadores da ação pedagógica: autonomia, responsabilidade, solidariedade, respeito ao bem comum e a ética; princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, da criticidade respeito à ordem democrática; princípios estéticos da sensibilidade, criatividade e diversidade nas manifestações artísticas e culturas.

Um dos grandes desafios identificados na rede é a Educação Inclusiva. Conforme o artigo 59 da LDB, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades, terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles

que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. Essa modalidade de educação deverá ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

No que tange a um espaço para os alunos com necessidade de inclusão, o PME Candeias (2015) destaca que o município tem um Centro de Educação Especial, com um quantitativo insuficiente de profissionais especializados para o atendimento psicossocial. Durante a pesquisa, não encontramos um centro de educação conforme descrito no plano. Na prática, o município tinha um espaço utilizado pela educação especial e hoje, com a necessidade de promover a inclusão dos alunos, foram inseridos no ensino regular. Concordamos que o quantitativo de profissionais com formação específica não atende à demanda, por outro lado, a rede apresenta limitações no investimento, qualificação e valorização desses profissionais.

No que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos (EJA), é uma modalidade de ensino com a finalidade de atender as pessoas que não tiveram acesso ao ensino regular na idade correta, promovendo a escolarização de jovens e adultos na educação básica. É regulamentada por vários instrumentos legais tais como LDB, artigo 73, que orienta os sistemas de ensino assegurar gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Muito embora o município apresente uma proposta curricular para essa modalidade com orientação pedagógica, outras ações destinadas ao atendimento desse público demandam prioridade. Na prática, observamos que existe um distanciamento entre as proposições apresentadas no plano e ao trabalho que é desenvolvido. A desigualdade social e a ausência de políticas públicas efetivas que promovam a equidade é um desafio para a EJA com professores qualificados e material didático adequado para trabalhar com os alunos, na prática os docentes na maioria das vezes utilizam de recursos próprio para desenvolver alguma ação ou atividade pedagógica na escola.

No que diz respeito à qualidade da educação básica, o aporte jurídico referenciado de acordo ao PME Candeias (2015), parte da Constituição Federal no Cap. III artigo 205 e no artigo 2011, que os entes federados organizem seus sistemas de ensino, em regime de colaboração entre União, Estados e Municípios e assegurem o acesso, a permanência e o ensino-aprendizagem dos alunos na idade adequada. Além disso, o parecer do Conselho Nacional de

Educação - CNE/CEB nº 5/211 preconiza que o conceito de qualidade da educação é uma construção histórica que assume diferentes significados em tempo e espaço diversos e tem a ver com os lugares de onde fala os sujeitos, os grupos sociais a que pertencem, os interesses e valores envolvidos e os projetos da sociedade em jogo.

No campo da valorização dos profissionais da educação, a política expressa no PME Candeias (2015) parte do artigo 206 da Constituição da República federativa do Brasil, e diz que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...]. V – Valorização dos profissionais da educação é imprescindível, garantidos, na forma da lei plano de carreira para o magistério público, com ingresso exclusivamente por concurso público de prova e títulos, aos das redes públicas Emenda Constitucional nº 53/2006. Outro dado importante a destacar é a Lei nº 11.738/2008, que aprovou o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, bem como a formação continuada e capacitação dos profissionais do município a exemplo do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação (PROGESTÃO) que contemplou Coordenadores Secretário Escolar e o Plano de Carreira dos Servidores Municipais aprovado pela lei municipal 782/2010.

A qualidade da educação básica sobretudo perpassa por uma compreensão que vai além do seu sentido histórico e conceitual. Definir e compreender a educação do ponto de vista histórico e conceitual é essencial, porém isso não pode escamotar as contradições materiais e históricas que podem existir dentro das relações sociais e de trabalho. No documento, a qualidade da educação assume uma configuração voltada a garantia do direito à educação pensada a partir do aluno, da realidade escolar, da forma como a própria secretaria de educação precisa organizar a estrutura de ensino de modo a combater e evasão escolar, a distorção idade, série ou até mesmo pensar a formação continuada do professor.

Toda essa qualidade educacional construída, na prática não apresenta ações concretas que garantam melhores condições de trabalho aos professores, pois, numa visão ampliada do direito à educação do ponto de vista profissional, este assume um caráter que não é apenas salarial. Assim o direito à educação pode ser caracterizado por um conjunto dentro e fora do contexto que se refere às condições históricas e aos materiais de trabalho.

Um exemplo interessante na qualidade da educação é a forma como o município se relaciona com o Índice da Educação Básica - IDEB, o discurso, em determinados momentos, assume uma postura crítica e reflexiva diante dos dados, contudo, ao final, o critério nota sempre prevalece diante de outros aspectos tais como: autonomia docente, estrutura escolar, condições de trabalho, recursos didáticos e pedagógicos dentre outros elementos. Segundo

Assman (2001), a luta pela revalorização e redignificação salarial dos profissionais docentes, adquiriu tal prioridade, que muitos já nem se lembram de ancorá-la também no reencantamento do cerne pedagógico da experiência educacional, ou seja, no debate educacional a qualidade da educação no que tange à valorização do professor de modo a pensar em melhores condições de trabalho, estão presente nas entrelinhas do debate e não como tema central.

O plano defende a valorização dos profissionais da educação como imprescindível para a melhoria da qualidade de ensino, organização e gestão ao passo que menciona o sistema de ensino e das escolas como fatores fundamentais nesse aspecto. Assume também que a defasagem na remuneração dos profissionais da educação tem sido indicada como resultados de não valorização desses profissionais, além de apontar esta situação como um dos principais motivos no baixo número de graduandos nos cursos de licenciatura, além disso, destaca que a valorização depende de uma política mais ampla que possa incorporar, formação inicial, condições de trabalho, salário, carreira e formação continuada.

Sem aprofundar de fato que medidas pretendem-se tomar durante a vigência do plano, a partir das ações que possam valorizar os profissionais da educação, assim o documento fica na superficialidade do assunto, ressaltando alguns pontos, como assegurar remuneração, transporte e segurança aos profissionais que atuam em escolas de difícil acesso, garantir a formação continuada dos professores em regime de colaboração, mas sem viabilizar tais demandas de forma mais objetiva.

Um outro destaque é a Meta 17: Valorizar os profissionais da educação básica municipal, de forma a valorizar seu rendimento médio aos demais profissionais, de acordo com as especificidades de cada área de atuação, até o final do sexto ano de vigência deste plano. De modo geral, é previsto que o plano como um todo seja supervisionado por uma ou mais comissões responsáveis em fazer o acompanhamento e os devidos ajustes. Considerando a relevância que o documento representa para o município, não se pode aqui desconsiderar que a sua criação e implementação obedece muito mais uma lógica da estrutura de governo, embora se tenha uma mobilização e participação de diversos atores, dos mais diversos segmentos da cidade de Candeias, as comissões foram constituídas e destituídas sem de fato apresentar uma proposta de continuidade e de acompanhamento de forma arrojada. Deste modo, o plano que deveria dar um sentido e uma resposta positiva a educação municipal se perde no tempo e espaço, limitando a educação de fazer o seu papel principal que é educar.

Mesmo com toda essa legislação atualizada, sabe-se que é preciso a criação de políticas educacionais com aporte financeiro para que a realidade educacional de Candeias possa se

desenvolver e melhorar seus indicadores. Podemos sugerir que a aprovação dessas leis na prática não saíram do papel, no caso do plano de carreira dos profissionais da educação que também é prevista a garantia e execução dos cargos as adequação e gratificações dos servidores nele previsto em sua maioria não foram ajustados no salário dos servidores.

Em suma, é possível destacar, além da própria SEDUC, a participação e envolvimento dos professores e do sindicato na construção do PME, dados importantes da rede foram produzidos e sistematizados, metas para a educação municipal para os próximos 10 anos foram estabelecidas: matrícula informatizada, valorização na formação e promoção dos professores tenham sido pactuadas, a sua aprovação foi fundamental para o município ter acesso ao Plano de Ações Articulado (PAR) e garantir que a secretaria recebesse os recursos do Governo Federal.

O segundo sinal de mudança é a organização da rede. Conforme dados informados pela Diretoria de Organização Escolar (DIOR) da Secretaria de Educação em 2021, a rede municipal conta com o total de 12. 012 alunos. A maioria dos alunos que compõem a rede são filhos pertencentes a classe trabalhadora em sua maioria de baixa renda. Nessa realidade estão pais e mães que perderam o emprego por conta da crise econômica dos últimos anos, o que tem impactado inclusive a área industrial do Estado, a alternativa encontrada pelas famílias é o trabalho informal ou os programas de transferência de renda Bolsa Família de natureza federal e do ponto de vista local o Programa de Atenção Integral (PAI) podemos sinalizar que essas ações ajudam, entretanto não conseguem chegar a raiz do problema social.

Com base na estrutura da educação, o Ensino Fundamental está dividido em duas etapas: anos iniciais compreende do 1º ano ao 5º ano com ingresso a partir de 6 anos de idade, nessa etapa o município tem 4.370 alunos e nos anos finais do 6º ano ao 9º ano 3.976 alunos, os demais alunos 667 estão matriculados na EJA em seus respectivos estágios I, II e III e EJA Estágio IV e V noturno.

Tabela 1 - Profissionais do Magistério Público de Candeias

Função	Quantidade
Auxiliar de merenda escolar	10
Auxiliar de classe	101
Coordenador pedagógico	51
Diretor de Unidade Especial	02
Especialista em educação	01
Professor*	767
Professor educação infantil creche	01
Professor educação infantil pré-escola	04
Professor educação infantil 1º ao 5º ano	07
Professor Ensino Fundamental II Ciências Físicas e Biológicas	02
Professor Ensino Fundamental II Educação Artística	07
Professor Ensino Fundamental II Educação Física	07
Professor Ensino Fundamental II Língua Portuguesa	06
Professor Ensino Fundamental II Geografia	02
Professor Ensino Fundamental II História	03
Professor Ensino Fundamental II Inglês	09
Professor Ensino Fundamental II Matemática	04
Vice-diretor escolar	57
Diretor escolar	14
Total	1055

Fonte: TCM, acessado em junho de 2021

De acordo com os dados obtidos, através do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM), em junho de 2021, a Rede Municipal de Educação de Candeias apresenta 1055 servidores efetivos/estatutário na educação em diferentes cargos e funções. Ao observar o quadro, nos chama atenção é o quantitativo expressivo de 767 professores sem modalidade de ensino ou função definida, sugerimos que essa situação pode ter acontecido

devido à ausência dessas informações. Quando observamos os dados fornecido pela SEDUC sobre o Ensino Fundamental Anos Finais, percebemos essa diferença.

De acordo com os números obtidos na SEDUC, em novembro de 2020, a rede municipal conta com um quantitativo geral de 597 professores efetivos, desse total um grupo específico compõe a equipe do quadro de técnicos da SEDUC. Cada uma dessas etapas ou modalidades da educação tem um coordenador responsável em acompanhar o trabalho pedagógico das escolas: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Inicias e Finais, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Tabela 2 - Profissionais do Magistério Público de Candeias Ensino Fundamental anos finais

Nº	Professores	Qtd.	Especialização	Mestrado	Doutorado
01	Professores Português	38	17	03	
02	Professores Inglês	18	07	02	
03	Professores Artes	17	02	01	
04	Professores Edc. Física	16	07	01	
05	Professores Matemática	39	17	02	
06	Professores Ciências	24	16	03	
07	Professores Geografia	20	09	01	
08	Professores História	29	13	02	01
Total		201	88	15	02

Fonte: Dados SEDUC, novembro de 2020

Analisando as duas tabelas e o PME Candeias (2015) sem muito aprofundamento, percebemos que o plano destaca apenas que alguns servidores em regime de colaboração, através do Programa do Governo Federal que tem como finalidade capacitar em serviço os funcionários da educação que exercem funções administrativas nas escolas das redes públicas

estaduais e municipais de educação básica (Profucionário) estão em formação. No caso dos professores, o documento não fornece nenhum dado referente à formação, mesmo assim, conseguimos sugerir que a partir da realidade de Candeias a maioria deles possuíam formação inicial apenas o Curso Normal, também conhecido como Técnico em Magistério.

Essa realidade na educação básica da rede pode ter começado a mudar, a partir do Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO), que atribui a cada município a incumbência de realizar programas de formação para todos os professores em exercício, de tal modo que, até o final da Década da Educação em (2006), somente sejam admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. Com base nessas informações é possível apontar que a maioria dos professores, mesmo tendo na lei municipal dispositivos que garantam a formação, tiveram que buscar esse reconhecimento de forma individual sem apoio financeiro nos cursos de graduação e pós-graduação.

Em 14 de janeiro de 1998, através da lei municipal nº 447, foi criado o Sistema de Ensino Municipal de Candeias, complementando o organograma da educação municipal, estão inseridos o Conselho Municipal de Educação, Conselho do FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar, Conselhos Escolares, Associação de Pais e Mestres este último vem por uma orientação do MEC na composição do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Segundo dados da SEDUC (2020), a rede conta com 62 unidades escolares do Ensino Fundamental Anos Iniciais e 14 unidades escolares do Ensino Fundamental Anos Finais. Quanto à situação educacional da população do município de Candeias, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é 97,6 %. Conforme dados do último Censo Demográfico, em 2010, do Ministério da Saúde – DATA SUS, a taxa de analfabetismo de pessoas acima de 15 anos era de 8,5%. Na área urbana, a taxa chegou 18,5% e na zona rural era de 7,6%. No que diz respeito ao ranking nacional a população analfabeta a cidade ocupa a 541º posição, já em relação ao ranking estadual de municípios 72º lugar.

Os dados apresentados mostram o quanto a educação de Candeias ainda precisa avançar a respeito da escolarização da população, principalmente no que se refere ao acesso ao ensino superior, menos de 3% da população de Candeias consegue concluir a graduação.

Tabela 4 - Quadro Distorção Idade Série (2019)

Municípios	Fundamental – anos iniciais	Fundamental – anos finais
Candeias	21%	41,2%
de todo o Brasil	10,9%	29,95%
da região Nordeste	16,9%	35,56%
do estado (BA)	19,95%	40,65%
do mesmo porte populacional (de 50 mil até 100 mil habitantes)	11,91%	28,94%

Elaboração: Inesper. Dados: Inep – 2019.

De acordo com dados do INEP, em 2019, a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental anos iniciais foi de 21% do 1º ao 5º ano, e de 41,2%, do 6º ao 9º ano. A taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental Municipal, tanto dos anos iniciais, quanto finais foi maior, quando comparada todas às taxas do país, da região e do estado.

Tabela 5 - Taxas de transição

	Aprovação		Repetência		Evasão		Migração para EJA	
	Fund I	Fund II	Fund I	Fund II	Fund I	Fund II	Fund I	Fund II
Candeias	84,50 %	66,20%	12,70%	23%	2,40%	5%	0,40%	5,80%
Brasil	90,70 %	80,99%	7,90%	11,82%	1,18%	4,52%	0,22%	2,68%
Nordeste	84,87 %	73,47%	12,63%	16,33%	1,98%	5,81%	0,53%	4,39%
Bahia	82,58 %	69,81%	14,61%	19,07%	2,16%	5,75%	0,64%	5,37%
populacional (de 50 até 100 mil habitantes)	90,57 %	80,93%	7,99%	11,53%	1,23%	4,60%	0,21%	2,93%

Elaboração: Inesper. Dados: Inep - 2016-2017.

Os números de Candeias exigem atenção mesmo apresentado resultado equivalente ao nível estadual, regional e nacional. No Ensino Fundamental Anos Iniciais o percentual de aprovação correspondeu a 84,5%, a cidade apresenta uma taxa pouco acima da média estadual de 82,5%, muito próxima da média regional de 84,8%, e nacional de 90,70%. Nos demais indicadores repetência, evasão e migração o resultado é negativo.

Tabela 6 - IDEB do 5º Ano da Rede Municipal de Candeias

Município Candeias	Ideb Observado					Metas Projetadas					
	Ano	2011	2013	2015	2017	2019	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	4.1	3.6	4.4	4.7	4.9	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2

Fonte: INEP: Acesso em 26 de janeiro de 2020

Com base nos dados do IDEB identificados, em relação aos alunos dos anos iniciais em 2019, o município ficou dentro da meta projetada de 4.9, os números dos anos anteriores não evidenciam uma grande evolução o que tem sido observado é um aumento ou diminuição sem grandes proporções.

Tabela 7 - IDEB do 9º Ano da Rede Municipal

Município Candeias	Ideb Observado					Metas Projetadas					
	Ano	2011	2013	2015	2017	2019	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	2.9	2.4	2.9	2.8	3.4	2.8	3.2	3.6	3.9	4.1	4.4

Fonte: INEP: Acesso em 26 de janeiro de 2020

Para o ensino fundamental anos finais, a rede apresenta os indicadores abaixo das projeções, considerando os limites e possibilidades da pesquisa em questão e com base nos resultados alcançados da rede. Analisar os indicadores do IDEB exige considerar uma série de fatores, que estão ligados à estrutura da escola, às condições físicas, à biblioteca, laboratório de informática e de questões de natureza mais pedagógica e da própria rede de ensino (currículo, atividades pedagógicas, formação continuada, valorização dos professores).

Em relação às questões pedagógicas e a formação continuada de professores, a rede atravessa um grande desafio, embora o município tenha o Centro de Formação de Professores (CFP). Na realidade o espaço é uma residência alugada que foi adaptada para ser utilizada em reuniões, encontros e formações, entretanto o local é pequeno e não comporta receber a equipe educacional de um segmento. Somente em 2019, foi estabelecido uma programação de Atividade Complementar organizada pela Secretaria de Educação, o que em 2020 foi interrompida por conta da pandemia de COVID-19, que afetou a rotina da rede municipal com a interrupção das aulas presenciais por força do Decreto N° 020/2020, de 17 de março de 2020, assinado pelo Prefeito do Município.

Numa tentativa de organizar o trabalho em rede, a SEDUC desenvolveu o Plano de Estudos Domiciliar (PED) uma estratégia com objetivo de garantir a continuidade dos estudos para todos os alunos por meio de multiplataformas. A ideia inicial era garantir uma proposta pedagógica baseada na perspectiva da Educação à Distância e/ou o Ensino Híbrido, com o desenvolvimento de atividades síncronas e assíncronas. Nessa fase, professores, coordenadores, diretores, pais e alunos foram desafiados a encerrar uma nova forma de educação, as plataformas digitais mais utilizada pela rede foram: WhatsApp, Skipe, Google Meet, Zoom, Google Classroom (sala de aula).

Mesmo com essa proposta, as dificuldades apontas eram contundentes: garantir que os professores encaminhassem as atividades em tempo hábil para repassar aos alunos; incentivar aos professores a desenvolver aulas diferenciadas à distância; orientar aos alunos e pais sobre o objetivo central dos grupos de whatsapp; estabelecer um melhor canal de comunicação da escola com os professores e alunos durante o período de suspensão das aulas presenciais; criar um canal seguro e prático de retorno das atividades respondidas pelos alunos, organizar as ações da escola e a demanda de trabalho; estabelecer uma nova organização do trabalho pedagógico, o que se faz no exercício presencial é diferente na educação à distância; evitar ruídos na comunicação.

As dificuldades apontadas acima também foram, de certo modo, enfrentadas por toda a rede. Na prática, todos os alunos foram aprovados no final de 2020 e consideramos o ano letivo perdido, pois muitos alunos e professores não conseguiram acompanhar as atividades escolares devido a uma série de fatores, condição familiar, ausência de material didático em casa, espaço inadequado para os estudos e aulas, falta e acesso a um equipamento eletrônico conectado à internet, enfim, situações que não favoreceram o processo de aprendizado da maioria.

Os alunos e professores que conseguiram acompanhar as transformações tiveram contato com um novo cenário da educação que a escola pública, até então, não tinha acessado conhecimento no vocabulário digital, diversas expressões inclusive estrangeiras, mídias sociais, programas interativos foram introduzidos no cotidiano escolar. No ano seguinte, as aulas continuaram suspensas, o plano passou por uma reformulação e estabeleceu algumas obrigações aos professores, diretores, coordenadores, pais e alunos.

Tabela 8 - Piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica

Ano	Índice	Valor (R\$)
2009	--	Fixado em R\$ 950,00
2010	7,86 %	R\$ 1.024,67
2011	15,294 %	R\$ 1.187,97
2012	22,866 %	R\$ 1.450,54
2013	8,03%	R\$ 1.567,00
2014	8,32 %	R\$ 1.697,39
2015	12,98%	R\$ 1.917,78
2016	11,36%	R\$ 2.135,64
2017	7,64%	R\$ 2.298,80
2018	6,81%	R\$ 2.455,35
2019	4,17%	R\$ 2.557,74
2020	12,84%	R\$ 2.866,15
2021	(-2,6%).	Não apurado
2022	33,24%	R\$ 3.845,63

Fonte: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)

Segundo Neto (2018), uma das bandeiras de luta histórica da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE é o cumprimento da Lei nº 11.738/2008, conhecida como Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério, e a forte luta para regulamentação de padrões de qualidade nacional para valorização de todos trabalhadores que atuam nas escolas públicas, processo esse que somente ocorreu em 2008, após extensivo período de políticas neoliberais implementadas no país, que limita direitos da classe trabalhadora. E, desde então, a confederação vem ampliando o debate com vista a garantir o reajuste anual.

Em Candeias, de acordo com dados da Secretaria de Administração do Município (SEAD) de janeiro de 2016, o salário da rede um professor do quadro suplementar nível I recebia um salário R\$ 1.067,82 e um Coordenador Pedagógico nível I recebia também R\$ 1.494,95 por 20h de trabalho, um valor um pouco acima do piso nacional, essa situação pode

ser entendida como uma forma de burlar a legislação que garante o aumento básico anual, pois quando comparamos os vencimentos com outras cidades, a partir dos dados do TCM (2016) a exemplo de Salvador professor nível I R\$ 1.458,92, coordenador nível I R\$ 1.258,02 e Camaçari professor nível I R\$ 1.410,90 e Coordenador R\$ 1.598,56, os valores em Candeias estão bem abaixo, mesmo comparando com a capital que apresenta o vencimento básico do coordenador abaixo, entretanto quando as gratificações são somadas ao salário o valor é maior.

3. PARTICIPAÇÃO, ASSOCIAÇÃO E SINDICATO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE O MOVIMENTO DOCENTE

A história da luta dos professores, assim como de outros trabalhadores, é marcada pela necessidade de organização coletiva e melhorias nas suas condições de existência. Nesta seção, pretende-se apresentar determinadas peculiaridades do percurso teórico e metodológico do movimento docente, os quais nos levaram a compreender melhor o conceito de participação, associação e sindicato e as diferentes formas de interação entre eles para construção das categorias de análise da investigação.

Trata-se de uma síntese que não tem pretensão de fazer uma análise profunda da história de todo o movimento dos professores no Brasil e na Bahia, mas destacar alguns aspectos considerados importantes que serviram de aproximação com o fenômeno estudado e facilitaram o exercício da reflexão crítica sobre o movimento docente no Município de Candeias/Ba.

A aproximação com a produção acadêmica sobre associativismo e sindicalismo docente no Brasil tem se revelado desafiadora. O relevo desses trabalhos nos forneceu uma dimensão do panorama na área de educação. A revisão bibliográfica levantada deu uma ideia de como esses materiais estão dispersos em acervos das universidades, núcleo de pesquisas, arquivos e bibliotecas públicas, banco de dados digitais, sindicatos, dentre outros lugares. E, na maioria das vezes, são acessados por simpatizantes ou estudiosos da área. Ao que parece a produção neste campo ainda é pouco conhecida, principalmente pelos profissionais da educação, de um modo geral.

As informações coletas e analisadas no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) serviram de base para apontar a carência de estudos, envolvendo educação, associativismo e sindicalismo nas redes municipais de ensino. Do total de trabalhos identificados, selecionadas inicialmente 23 (vinte e três) pesquisas, sendo 08 (oito) teses e 15 (quinze) dissertações. Numa segunda análise seletiva e minuciosa dos trabalhos encontrados, após a conclusão do banco de dados, reforçando o levantamento bibliográfico em curso, constatou-se que 08 (oito) pesquisas apresentam contribuições relevantes ao trabalho de pesquisa em questão.

Tabela 9 - Pesquisas sobre associativismo e sindicato nas Redes Municipais

Nº	TÍTULO	NÍVEL	ÁREA DO CONHECIMENTO	LOCAL
1	Trajetória do sindicato dos profissionais em educação no ensino municipal (SINPEEM): 1986 - 2004.	Mestrado	Educação	UNINOVE
2	As condições do trabalho docente e o processo ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental	Mestrado	Educação	UFJF
3	De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor	Doutorado	Sociologia	UNB
4	Práticas informacionais na organização político-sindical dos professores da rede municipal de Belo Horizonte	Mestrado	Ciência da Informação	UFMG
5	À esquerda de Tordesilhas: uma experiência democrática popular de educação no município de Barra do Garças - Mato Grosso	Doutorado	Educação	UNB
6	O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato	Doutorado	Sociologia	UNB
7	A política de formação da CNTE em face aos desafios da luta de classes	Doutorado	Educação	UFSC
8	Estratégia democrática e popular e luta sindical docente no Distrito Federal	Mestrado	Educação	UNB

Das oito pesquisas relacionadas no quadro, três se aproximaram da abordagem epistemológica e apresentam resultados que dialogam com a presente pesquisa. Entre as três pesquisas destacadas, duas são pesquisas de mestrado na área da educação e uma é resultado da tese de doutorado na área de sociologia.

Do conjunto de trabalhos analisados, chama a atenção o estudo intitulado: **Trajetória do sindicato dos profissionais em educação no ensino municipal (SINPEEM): 1986 – 2004**, de autoria de Alessandro Rubens de Matos (2010). Um trabalho sobre o papel do sindicato

numa perspectiva histórico-social e a sua atuação junto à categoria docente do município de São Paulo.

Para Matos (2010), é importante a organização política e sindical dos professores, especialmente a partir do final dos anos de 1970, período em que os docentes foram às ruas lutar por direitos sociais e políticos na esfera educativa. Por outro lado, a pesquisa também aponta a relação do SINPEEM com os governos municipais e as ações orquestradas pelo próprio sindicato, traduzidas em conquistas políticas, econômicas e sociais para a categoria docente.

O referido se preocupou em investigar as experiências e forma de organização política e sindical dos professores, procurando entendê-los no momento em que expressam suas concepções de mundo e crítica social nesse terreno arduamente construído, contribuiu para a nossa pesquisa. Entendemos que a leitura e análise desse trabalho foi fundamental na medida em que compreendemos o papel do sindicato ligado aos professores, tal atuação foi de capital importância para a organização dos servidores. Além disso, foi observado que o contexto histórico estudado por Mattos (2010) é o mesmo vivenciado pela primeira associação docente em Candeias, a ser apresentada mais adiante, guardadas as devidas proporções e especificidades locais.

Outro trabalho que mereceu destaque na análise foi o estudo: **“As condições do trabalho docente e o processo ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental (2010)”**, de autoria de Glaucia Fabri Carneiro Marques (2010). A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Juiz de Fora e focalizou os aspectos relacionados as condições de trabalho dos professores. O referido estudo destaca a profissão e o trabalho docente, a profissionalização no Brasil, a organização sindical no Brasil, por meio do sindicalismo docente no Brasil, a carreira docente, o vínculo empregatício e o plano de cargos e salários. Um ponto interessante nesse estudo é a relação do movimento com o processo de instituição do Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB) em 2006, assumindo *“status”* de política estruturante para a qualidade da educação, e da Lei 11.738 que institui o Piso Salarial Nacional.

Tanto o FUNDEB quanto a lei do piso, foram bandeiras de luta dos professores em Candeias. Nesse viés, compreender como outros municípios se organizaram indica possíveis reflexões para o entendimento das nuances que se revelaram no caso de Candeias, visto que parece ter sido também esta política, inicialmente o FUNDEF, e, posteriormente, o FUNDEB, o conteúdo que voltou a mobilizar os docentes em torno de uma nova associação, conforme poderá ser observado mais adiante.

Outro estudo digno de destaque tem o título: **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**, de autoria de Erlando da Silva Rêses (2008). A pesquisa retrata o surgimento do sindicalismo operário no século XIX e XX, tendo em vista o desenvolvimento das grandes mobilizações sociais durante as primeiras décadas do século passado no Rio de Janeiro. Registra-se, também nesse período, a existência de greves que envolveram diversas categorias profissionais e a categoria docente, em especial.

A forma como Rêses (2008) aborda a formação da organização sindical docente da educação básica no Rio de Janeiro, ajudou a formulação de que sua estruturação foi tardia comparativamente às organizações sindicais operárias, mesmo no Brasil. Além disso, o estudo aponta a discussão sobre a identidade social do professor para embasar a sua posição enquanto categoria, os problemas advindos da intensificação do trabalho docente e o alargamento das necessidades de melhoria das condições salariais. Os resultados do seu estudo mostraram a existência de multifatores para organização sindical docente no estado carioca: ambiguidade da identidade social da profissão de professor, baixa densidade de professores, enquadramento sindical e ausência de sindicalismo autônomo, limitação legal do Estado para a organização sindical no serviço público. Para a trajetória de luta dos professores em Candeias, este estudo indicou pistas no caminho trilhado para a compreensão e estruturação de diferentes associações e da necessidade dos docentes em participar ativamente do sindicato dos servidores públicos de Candeias/Ba.

Ainda no processo de aproximação de pesquisas que tratam de objetos semelhantes, observou-se o estudo: **Práticas informacionais na organização político-sindical dos professores da rede municipal de Belo Horizonte**, de autoria Flávia Virginia de Melo Pinto (2012). A pesquisa analisa as práticas informacionais dos professores da Rede Municipal de Belo Horizonte no dia a dia e de suas lutas. A contribuição desse trabalho para esta pesquisa refletiu na necessidade de nos atentar para a nova configuração do mundo laboral e como os professores em Candeias tem pautado uma agenda de reivindicações e defesa de seus direitos e da educação pública, ao investigarmos as lutas dos docentes em torno da reabertura da associação, atualmente ativa no município.

O trabalho de doutorado: **À esquerda de Tordesilhas: uma experiência democrática popular de educação no município de Barra do Garças - Mato Grosso**, de autoria de Marcos Macedo Caron (2010), analisou os desafios do projeto educacional democrático popular num dos aspectos mais relevantes da sua tradição histórica: o momento em que se torna, após a vitória eleitoral, o principal mediador das ações políticas de uma administração municipal de

esquerda no município de Barra do Garças - a maior cidade da histórica região do Vale do Araguaia, no Estado de Mato Grosso. O esquema metodológico deste trabalho realizou instigantes entrevistas com sindicalistas do magistério local, professores da rede municipal de educação, dentre outros atores envolvidos. Sem dúvida, a referida pesquisa estimulou ainda mais o interesse em entrevistar os professores e lideranças sindicais em Candeias, reforçando a ideia do trabalho de campo realizado, envolvendo 12 entrevistas com os professores que lideraram as associações de professores de Candeias foi um instrumento utilizado também nesta pesquisa.

Na mesma linha de estudo, Robson Santos Câmara Silva (2013) pesquisa a formação da associação docente no Estado do Maranhão, a partir do sindicato dos servidores. No seu trabalho intitulado: **O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato**, o autor teve como principal objetivo reconstruir os processos pelos quais se organizou o magistério maranhense, inicialmente, sob a forma associativa e, posteriormente, na forma sindical. Sua contribuição para esta pesquisa nos permitiu compreender e relacionar o contexto da criação da associação maranhense com as associações em Candeias. Do mesmo modo, o referido trabalho nos propõe pensar, na nossa análise da organização do movimento docente de Candeias, a permanência da recriação do modelo de associação e não a criação de um sindicato de professores.

À medida que pesquisamos mais informações bibliográficas, observamos que há lacunas a serem preenchidas e caminhos foram delineados para o aprofundamento das questões de pesquisa. Pelas dimensões continentais, o Brasil apresenta, segundo dados do IBGE (2018), 5.570 municípios. Tendo em vista à diversidade educacional existente em cada um deles, construir uma organização sindical docente que possa dar conta dos deferentes contextos políticos educacionais é um imenso desafio. Ademais, é importante ressaltar que as organizações sindicais na educação no âmbito municipal ainda são poucas.

A revisão da literatura realizada apresentou, de forma resumida, uma parte do que já se produziu nacionalmente, sobre associativismo, sindicalismo docente, com o olhar direcionado à luta dos professores na esfera da educação municipal. De modo geral, como já foi sinalizado, as produções acadêmicas catalogadas e consultadas sugeriram trilhas que nos guiaram, especialmente os trabalhos de Caron (2010), Mattos (2010), Pinto (2012) e Silva (2013), os quais apresentaram uma identificação maior com a pesquisa em estudo e apontaram para referências importantes mobilizadas durante a escrita da dissertação.

Por outro lado, a leitura do material mostrou que Almeida (2015) já tinha desenvolvido o mesmo percurso metodológico, analisando a produção acadêmica sobre as organizações docente no Brasil, através do portal de periódicos da Capes, Revista Perspectiva e Scielo Brasil e em programas de pós-graduação em educação. O resultado das produções acadêmicas identificado pela autora sobre o associativismo e sindicalismo docente é possível destacar que sob o ponto de vista da relação de cada temática com o contexto regional, considerando que, em ambos os casos, a maior parte é composta de estudos de casos estaduais. No total de 109 estudos, 55 refere-se a estados localizados na Região Sudeste; 26 sobre a Região Nordeste; 16 sobre a Região Sul; 10 sobre o Centro-Oeste; e, por fim, apenas 02 trabalhos abordaram a Região Norte. Há, portanto, uma distribuição assimétrica que, em termos absolutos, apresenta uma nítida concentração dos estudos de casos sobre as Regiões Sudeste e Nordeste.

Além desses resultados, corrobora com a pesquisa os estudos de Gindin (2013) sobre a organização dos trabalhadores em educação que identifica as principais tendências políticas que reconstituíram os sindicatos docentes no período (1978-2011), embora o resultado do estudo esteja focado também nas redes estaduais. As análises empreendidas pelo autor mostram a organização de diversas associações de professores e sindicatos espalhados pelo Brasil e contribuiu para o olhar que será evidenciado sobre o movimento docente na rede municipal de Candeias/Ba.

Dessa forma, a perspectiva abordada aqui vai além da sistematização de dados e apresenta contribuições significativas no campo da educação, a partir do papel das associações docentes e sindicatos e dos diversos fatores que, em determinados momentos, serviram de base organizacional e promoveram a união e participação dos professores e maior autonomia sindical ou de certo modo esvaziavam as organizações com perseguições políticas, exonerações e outras ações negativas.

Nos últimos anos, sobretudo a partir de 1980, período de ressurgimento, mobilização e ascensão do movimento dos trabalhadores, o Brasil viveu a transição de governo para o regime democrático, após o extenso período de ditadura militar. Segundo Aparecida Neri de Souza (1997), em seu artigo *Movimento sindical docente a difícil trajetória*, nessa fase, os estudos sobre a organização docente passaram a compreender o professor com parte integrante da classe trabalhadora e se apoiaram na sua consciência como assalariado em processo de proletarização. Hoje, apesar de não ser recente essa reflexão, pode-se dizer que muito já se avançou na produção acadêmica a esse respeito, tal como pode ser visualizado no levantamento bibliográfico que foi brevemente apresentado.

A seguir, apresenta-se uma reflexão sobre as categorias participação, associativismo e sindicato para dar continuidade as discussões realizadas nesta seção. A literatura sobre a categoria participação e sua relação com o movimento docente foram destaques nos estudos de Gonh, (1997, 2012, 2015, 2019), Bordenave, (1994), Orión (1988), Martín-Baró (1985), Chaui (1989), Freitas (1991) e Viera (2016). Esses autores nos apresentaram uma quase completa ausência de textos na literatura brasileira que tenham se dedicado ao estudo da participação em associação e sindicato de professores. Com a exceção de alguns artigos que trataram certas questões teóricas ligadas a participação de forma isolada não como objetivo ou objeto principal.

No que tange à área do associativismo e do sindicalismo por ser duas categorias que pela natureza conceitual e especificidade estarem muito mais próximas deste trabalho houve a contribuições dos autores Jesus (2007), Cruz (2015), Silva (2013), Rêses (2008) e Candido (2003), Luz (2008), Gindin (2013), Cruz (2008), Godinho (2018), além das teses e dissertações produzidas constituíram a principal fonte de pesquisa, com destaque aos trabalhos de Almeida (2015), Silva (2013), Araújo Filho (2015) e Guimarães Neto (2018).

3.1 Conceitos de participação

Ao analisamos a etimologia da palavra participação, morfologicamente, ela vem da ideia de “parte”, ou seja, diz respeito a fazer parte, tomar parte ou ter parte. A segunda expressão é que traduz o nível mais intenso, ativo e engajado de participação e que também se diferencia em sua qualidade, “a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte”. (BORDENAVE, 1994).

A participação não deve ser considerada meramente como colaborar, assentir, aderir a um processo em curso. E, nesse alerta, encontramos um outro entendimento quando afirmamos que o termo se acomoda em diferentes interpretações dada à complexidade que ele abriga em seu significado. Neste sentido, ORIÓN (1988, p. 52) afirma que participar "não é optar simplesmente. É consentir, concordar em fazer parte". Esse entendimento reforça o caráter plural da participação e mostra que a concepção proposta não é atuar como espectador, mas sim como ator ou sujeito, identificando como atores ou sujeitos as pessoas com a função de conciliar papéis de protagonistas e também pelo seu papel na assunção e divisão de responsabilidades. Deste modo, a participação está fortemente atrelada a forma como o ator relaciona-se com o seu grupo e desempenha seu papel nele.

A busca em entender melhor o conceito de “participação” levou-nos ao referencial teórico adotado, o qual parte dos estudos de Maria da Glória Gonh, especialmente, em seu livro *Participação e Democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Gonh (2013) indica uma origem multidimensional e as vezes controversa do próprio conceito ao longo da história. Para ela, o tema participação tem longa tradição de estudos e análises nas ciências sociais, ela nos apresenta três níveis básicos: o conceitual, o político e o da prática social. O conceitual apresenta um alto grau de ambiguidade e varia segundo o paradigma teórico em que se fundamenta. O segundo, dado pelo nível político, usualmente é associado a processos de democratização em curso ou em luta para sua obtenção, mas ele pode ser utilizado também como um discurso mistificador em busca da mera integração social dos indivíduos, isolados em processos que objetivam reiterar os mecanismos de regulação e normatização da sociedade, resultando em políticas sociais de controle social. O terceiro, o ligado às práticas sociais, relaciona-se às ações concretas engendradas nas lutas, movimentos e organizações para realizarem algum intento ou participar de espaços institucionalizados na esfera pública, em políticas públicas.

No campo da sociologia, ainda segundo Gonh (2019), o tema da participação é encontrado como noção, categoria ou conceito. Isto porque se trata de uma formulação clássica na teoria da ação social na versão weberiana que remete a um tipo de conduta, ou seja, ação que passa a acontecer com o envolvimento dos sujeitos nos processos decisórios organizados por instituições sociais e políticas. A formulação sociológica nos levou a refletir sobre o engajamento das pessoas e que a participação não poderá ser alcançada por um único sujeito isoladamente.

Na filosofia, o tema ganha destaque, especificamente, a partir das contribuições de Marilena Chauí (1989), participação relaciona-se ao conceito de democracia e à formação de diferentes espaços de poder. Em termos democráticos concretos, a participação tem acompanhado as formas históricas na vida social e nos processos de socialização. Uma atitude participativa é aquela em que o sujeito é capaz de exercer a sua democracia de forma ativa com seus pares dentro do seu meio político e social.

Como era de se esperar vários investigadores formularam diferentes entendimentos sobre a participação e estes nos são bastantes úteis para compreensão teórica e conceitual no objetivo do estudo em questão. Muito embora as diferentes perspectivas sobre participação ainda não traduzem todas as formas de entender o conceito, observa-se o quanto reafirmam a

sua complexidade e a possibilidade, no processo de definição, envolvendo o nosso interesse em conhecer a participação dos docentes em associações em Candeias/Ba.

Retomando as ideias de Gonh (2019), ela ainda destaca que a participação envolve uma gama variada de atividades que vão desde o voto às reuniões de apoios a candidatos políticos, nesse desenho o conceito é designado como “participação política”. Entretanto, ela nos alerta que, ao adjetivar ou substantivar a expressão, pode se acomodar em diferentes interpretações já que se pode participar ou tomar parte de alguma coisa, de modo bem diferente, desde a condição de mero espectador ou de protagonista.

Estrategicamente a própria concepção de participação pode nos conduzir a certas armadilhas sociais, onde o indivíduo assume e desenvolve uma série de atividades que lhe foi delegada de forma democrática, colaborativa e de representação, em alguns casos imposta, ou pela ausência de representação, quando uma, duas, ou três pessoas assumem a participação política e institucional. Na prática, essa participação quando acontece de forma velada como simples espectador conduz ao fracasso, ao que podemos chamar “cortar a cabeça da cobra” punir os representantes, promover perseguição política para servir de exemplo aos demais.

As pessoas não podem fugir da participação e sempre estão engajadas em algum tipo de grupo, em todos os momentos da vida, seja em suas famílias, na comunidade, nas organizações, no trabalho, na política. BORDENAVE (1994) esclarece que existem diversas maneiras de participação, classificando-as como participação de fato, espontânea, imposta, voluntária, provocada ou concedida. De acordo com esse autor, as pessoas participam em sua família, em sua comunidade, no trabalho, na luta política.

Em síntese a participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas partidos políticos de hoje. Neste sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social. Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal de homem só se dará em uma sociedade participativa. (BORDENAVE. 1994, p. 17.)

De acordo com o autor anteriormente citado, a participação é essencial à natureza social do homem sem ela perdemos oportunidade e condições adequadas para a construção de uma sociedade participativa. Nesse contexto da administração, encontramos alguns elementos para identificar, por exemplo, uma abordagem participativa aliada a gestão.

Segundo Freitas (1991), o tema da administração participativa vai surgir como uma das estratégias das empresas para envolverem seus “colaboradores” no processo de produção e

assim obtiverem vantagens competitivas, gerando novas formas de exploração. Ele nos conta que essa nova visão vem acompanhando o debate político das últimas décadas aliado aos grandes acontecimentos mundiais como a globalização, a internalização das atividades, abertura dos mercados, competitividade, inovação e tecnologia. A gestão participativa é uma forma de gestão que se encontra na primazia do capitalismo e tem se constituído como uma ofensiva integradora do capital, ainda segundo o autor ela não ultrapassa o nível de uma estratégia ou tecnologia de gestão a serviço da acumulação.

Na educação, o conceito de participação se apresenta como sendo um termo que geralmente está muito ligado à noção de gestão educacional, gestão escolar e gestão democrática. De acordo com a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional LDB 9394/96, a gestão da educação nacional se expressa através da organização dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal; das incumbências da União, dos Estados e dos Municípios; das diferentes formas de articulação entre as instâncias normativas, deliberativas e executivas do setor educacional; e da oferta de educação escolar pelo setor público e privado.

Além disso, temos o ideário de participação vinculado à gestão democrática, tal como indicado na LDB (1996) no Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Já a gestão escolar, conforme Viera (2016) destaca, refere-se à esfera de abrangência dos estabelecimentos de ensino. A participação ocorre de diversas formas e ganha corpo no ambiente escolar através do Projeto Político Pedagógico da Escola, Regimento Interno Escolar, Grêmios Estudantis, Eleição para Diretor, Conselhos Escolares, Associação de Pais e Mestres, entre outras, especialmente, por meio da aproximação da escola à comunidade e estabelecem diretrizes para o seu funcionamento, gestão de seu pessoal, assim como de seus recursos materiais e financeiros. Em outras palavras, cabe à comunidade escolar gerir, por meio da participação, seu patrimônio imaterial e material escolar.

No que tange à gestão democrática, a legislação nacional traduz a intenção de participação do poder público e de outras organizações, quando a Constituição, no artigo 205, afirma que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu

preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A carta magna, pode-se dizer, que está atribuindo um valor público como importante instrumento de luta, de afirmação e de valorização no processo de criação de canais de participação.

Nesse sentido, foram legalmente instituídos no contexto das lutas pela democratização da gestão da educação no Brasil, o Grêmio Estudantil, criado pela Lei nº 7.398, de 1985, Conselho Municipal de Educação, os Planos Municipais de Educação, a Eleição para direção escolar, cargo importante na educação que já foi ponto de pauta do movimento docente em Candeias na década de 1980 e, até o presente momento, não existe eleição para o cargo. Na maioria das vezes, a vaga para diretor é ocupada levando em consideração as escolhas políticas o que prejudica o trabalho da escola e dificulta o desenvolvimento da cultura da participação da comunidade escolar nos rumos da escola.

Nesse sentido, compreendemos a participação como um processo de comprometimento, onde os professores estão envolvidos na luta por melhores salários, contrários as péssimas condições de trabalho e o fortalecimento das instituições representantes da categoria associação e sindicato. No plano da realidade, ela pode ser observada nas práticas cotidianas da sociedade civil, quer seja nos sindicatos, movimentos ou outras organizações.

É importante destacar que, não foi a nossa pretensão esgotar o conceito de participação, muito embora a participação apareça como categoria central para problematizar a trajetória docente em diferentes associações, na trajetória do movimento dos professores de Candeias/Ba. Essa discussão visou instrumentalizar o olhar para o fenômeno investigado.

3.2 Associativismo e Sindicalismo docente

De acordo com Gadotti (1996), a primeira reunião de professores no Brasil foi realizada em 1873, na cidade do Rio de Janeiro, numa convocação realizada pelo governo. Desse encontro, participaram apenas professores daquele município. Dez anos depois, realizou-se a “Conferência Pedagógica” com professores de escolas públicas e privadas da região.

BASTOS (2003) nos ajuda a entender o encontro de professores no período Republicano que, de acordo com a autora, teve como objetivo discutir a respeito diversas questões vinculadas à profissão, isto correspondia aos temas educação e ensino. Os encontros tinham, geralmente, uma perspectiva de atualização, de continuação dos estudos e de divulgação e aperfeiçoamento de métodos de ensino. Ele as define como “reuniões de professores, com o fim de discutirem

as diversas questões relativas à sua profissão, isto é, à educação e ao ensino da mocidade”. De modo concreto, a referida “Conferência Pedagógica” registra um dos primeiros momentos de participação dos professores, no sentido de pautar questões relacionadas ao trabalho docente numa perspectiva de ensino. A experiência não indica demandas no que tange às discussões voltadas para a luta em prol da valorização ou melhoria das condições de trabalho.

No Brasil, os registros históricos, a partir autores importantes para o contexto deste trabalho, tais como, GADOTTI, 1996; RÊSES, 2008; LUZ, 2008; GINDIN, 2013; CRUZ, 2008; GODINHO, 2018, apontam para uma série de organizações docentes com diferentes denominações: união de professores, associação de professores ou associação docente. Estas foram sendo criadas no país a partir do século XIX, alguns autores inclusive divergem quando surgiu e qual foi a primeira organização docente no Brasil.

Segundo Resês (2008), a primeira associação de professores no Brasil que se tem registro foi a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (ABPPSP), fundada em 27 de janeiro de 1901. Essa organização tinha um caráter pedagógico e mutualista de reunir seus membros para propiciar benefícios como prestação de serviços, ajuda financeira, assistência jurídica e aprimoramento. Ainda segundo o autor, mais tarde, em 19 de março de 1930, surgem também no estado de São Paulo, o Centro do Professorado Paulista (CPP), uma organização de classe, sem fins lucrativos com objetivo de acompanhar a vida funcional de seus associados com vistas a garantir que seus direitos não fossem violados, bem como, tinha como propósito realizar atividades recreativas, promover assistência médica e jurídica.

Segundo os professores Rosso, Cruz e Rêses (2013), no artigo “*Condições de emergência do sindicalismo docente*” 2013, a primeira organização docente no Brasil foi o Instituto Pedagógico Paulista de 1895, visto que ele tinha como objetivo reunir professores do ensino público para proporcionar benefícios, como prestação de serviços de saúde, assistência financeira em caso de moléstia, invalidez ou necessidade momentânea, assistência jurídica, aprimoramento moral e intelectual do professorado paulista. Esse instituto publicava o periódico “*A Instrução Popular*”, do qual participavam quatro professores que iriam depois atuar na Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (ABPPSP), citada anteriormente, e fundada em 1901.

Na trajetória de origem e funcionamento das associações docentes pode-se perceber que elas lutaram pelo seu reconhecimento no sentido de serem porta-vozes da categoria e encontraram mais resistência do que os sindicatos para institucionalizar-se e obter o aval jurídico legal e reconhecimento institucional. Cabe ressaltar que algumas associações

encontraram resistência até dos próprios sindicatos, como é o caso das associações que surgem em Candeias que disputaram a direção no sindicato dos servidores municipais com objetivo de constituir uma coordenação na instituição que defendesse os interesses dos trabalhadores.

Retomando a discussão histórica, a associação docente firmou-se como instituição social e nessa condição pode assumir as mais diversas configurações, muitas vezes mais recreativas, outras mais ligadas à luta travada pelos sindicatos. De certo modo, a construção das primeiras associações docentes como forma de ação coletiva e organização social aconteceu anterior a criação dos sindicatos no Brasil.

De acordo com Silva (2013), a ideia de associação nos remete à ajuda mútua e à solidariedade entre partícipes de uma mesma situação comunitária, profissional ou de classe, resultando no que mais tarde é denominado de associativismo. Para Rêses (2008), na área educacional, as associações mutualistas são entidades docentes da educação básica fundadas no Brasil. Conforme veremos, a partir de agora, o entendimento de mutualismo e como ele tem se relaciona com o surgimento e funcionamento das associações.

O entendimento do mutualismo, tal como elaborado por Ronaldo Pereira de Jesus, no texto “*Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX*”, nos diz que ele deve ser entendido como pertencente ao conjunto das experiências que se manifestaram concretamente em práticas de solidariedades horizontais, aglutinando homens e mulheres (em geral pobres e trabalhadores), gerando uma cultura emergente diante das transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas (JESUS, 2007). Para esse historiador, é importante ter a atenção aos diferentes tipos de associações fundadas no Brasil para não confundir sociedades beneficentes, com as irmandades e mutualismo com filantropia.

Nessa direção, Cruz (2015) trabalha a noção de associativismo, a partir de diversas formas de relação: mutualista e relações sindicais; tomando por base as estratégias de apoio mútuo presente. Já, Silva (2013) define o associativismo como uma forma de organização, cujo objetivo é satisfazer as necessidades de trocas mútuas, defesa coletiva e autoproteção nos mais diversos ramos de atividade comunitária e profissional.

A associação, como forma de organização de interesse mútuo, é uma instituição cujos primeiros registros remontam ao século I d. c (DURKHEIM, 2002). Estas entidades existiam sob o signo de promoção da defesa do interesse dos seus associados enquanto categoria de um mesmo ofício. Mais tarde, surge o sindicalismo, que é uma forma específica de organização reconhecida legalmente pelos Estados capitalistas. (SILVA, 2013, p.75).

Deve-se salientar que, há diferentes modelos de associação atualmente o que pressupõe um conjunto de práticas que podem nos levar ao associativismo nos moldes do que foi sinalizado anteriormente. Passaremos agora a discutir algumas dessas formas de organização para exemplificar a sua existência.

No interior do estado da Bahia, o modelo de organização que cresceu nessa linha foram as associações ligadas a agricultura familiar.³ Silva e Jesus (2014, p. 04) são incisivos nesse aspecto, quando dizem que “[...]no Brasil ela surge como uma forma de produção alternativa à monocultura e ao latifúndio do período colonial fortalecendo-se com os impactos sociais, culturais e ambientais ocasionados pela “revolução verde⁴” a partir da década de 1950”.

De acordo com Accioly (2014), a Lei de n.º 11.947 e a Resolução de n.º 38, em 2009, estabeleceram que 30% do total deste repasse deveriam ser utilizados para aquisição de alimentos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, priorizando comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. A implementação da lei para muitas famílias localizadas na zona rural representou e representa a única fonte de renda ou maior parte dela para escoar a produção, além de viabilizar a organização dos pequenos grupos produtivos.

Outra forma destacada de associação são as cooperativas. Sartorelli (2017) nos conta que as primeiras iniciativas cooperativas nos moldes e princípios da organização no país surgiram ainda no século XIX. Em 1889, em Minas Gerais, por exemplo, é formada uma cooperativa de consumo chamada de Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Em seguida, outras cooperativas surgiram e foram importantes no processo de disseminação do cooperativismo no país. No entanto, foi no início do século XX, em especial na região Sul, que o cooperativismo ganhou força e se consolidou como uma forma de organização social e econômica.

³ O conceito do Dossiê Estatístico elaborado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (1996), define a Agricultura Familiar a partir de três características centrais: a) gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e, c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

⁴ **Revolução Verde, aconteceu durante a ditadura militar entre as décadas de 1960 -1970**, consistiu na modernização da agricultura **por meio da incorporação de inovações tecnológicas na produção**. Em algumas regiões essas mudanças resultaram na quebra do equilíbrio ambiental assim como prejudicaram animais e plantas. A introdução de máquinas agrícolas e os insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos sem uma fiscalização e estudo adequado geraram consequências danosa para o meio ambiente.

O marco regulatório identificado registra, em 1969, a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) com o objetivo de promover, fomentar e estruturar o sistema cooperativista, em todas as suas instâncias, políticas e institucionais. Em 1971, é criada a Lei 5.764/71 conhecida como Lei do Cooperativismo, vigente até os dias de hoje (BRASIL, 1971). É importante destacar que as cooperativas ampliaram sua atuação para diferentes setores da economia tais como: saúde, agropecuária, produção, habitação, infraestrutura e até mesmo educação.

Em Salvador, o fenômeno das associações se manifesta de outra forma. Segundo Espiñeira (1991), em seu estudo sobre o movimento associativo de bairro em Salvador, a partir dos anos de 1940, e, em especial nos anos de 1980, situa a criação das associações de bairro a carências de serviços públicos equipamentos coletivos e principalmente a questão da moradia.

É interessante notar que, neste caso, em Salvador, assim como em outras cidades, a associação assume o papel do Estado, na ausência de políticas sociais, na oferta dos serviços de saúde, educação e, até mesmo no setor de moradia, com os mutirões para a construção de “casa própria”.

Esse modelo, a partir do final dos anos de 1970, ganhou visibilidade na cidade de Salvador em especial no Subúrbio Ferroviário, na região de Alagados e Novos Alagados e nos bairros de Lobato, Plataforma e adjacências São Bartolomeu, São João do Cabrito, Boiadeiro localidades que até os dias de hoje preserva em seu entorno equipamentos sociais, sede da associação, escolas comunitárias, creches, centros profissionalizantes, espaços recreativos de esporte e lazer que foram construídas nesse período, até a década de 1990, com a finalidade de atender seus pares, ou seja, a população local residente no entorno das associações. Mais recentemente, as associações de bairro ampliaram ou esvaziaram sua extensão política, muitas delas ofertam ainda serviços públicos.

Dessa forma, a associação é uma forma de defesa e de resistência não só dos assalariados, mas de todo e qualquer indivíduo que busca uma vida comunitária melhor, seja no campo ou nos centros urbanos. O seu surgimento, portanto, apoia-se nos avanços históricos promovidos ao longo dos anos, onde encontramos maior participação social dos cidadãos. Na prática toda e qualquer ação de uma associação depende da participação de seus membros, da natureza democrática ou dos poderes concentrados nela.

No que tange à educação, Candido (2003) nos apresenta uma definição mais completa para o nosso entendimento. Segundo ele, as associações docentes são de um lado, a possibilidade de estabelecer a luta contra a degradação salarial, a colaboração e respeito, por

outro, são instrumentos eficazes de pressão sobre o governo e a sociedade, para levar à transformação da escola e a elaboração mais adequada das funções docentes.

Conforme o último conceito apresentado pelo autor, no qual, concordamos é possível dizer que a associação docente é um conjunto de ações formais gerais ou específicas que visam à regulamentação do trabalho e a participação docente com diversas bandeiras de luta que, interagem, com bases em processos nos quais se encontram diferentes graus de cooperação, conflitualidade, convergência e antagonismo.

Atualmente é possível encontrar um número significativo de estudos sobre organização de professores, destacam-se as formulações de Souza (1997), Miranda (2011), Gindin e Silva (2013) e Crisóstomo (2017), as quais referem-se aos trabalhadores da educação do Brasil e como começaram a organizar as primeiras associações docentes que tempo depois tornaram-se sindicatos importantes. Em 1945, surgiu a Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (APESNOESP). Essa associação nasceu com a marca da luta, pois sua fundação foi consequência de um embate salarial e político situação que predomina no seio das organizações docentes pelo país sejam elas de caráter nacional, estadual ou municipal.

Em Recife, experiência semelhante, de caráter nacional, ocorreu em 1962 e foi protagonizada pelos professores da educação básica, culminando com a criação da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB).

Na Bahia, a primeira organização docente, com perfil mais reivindicatório em nome da categoria foi o Centro de Defesa do Professorado, criado em julho de 1918. O professor José Augusto Ramos da Luz, em sua tese de doutoramento, cujo o título é “*Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*” analisa o papel do ensino primário na década de 1920, especificamente entre 1924 e 1928, mostrando inicialmente como a educação foi vista pelos governadores: Araújo Pinho, Octávio Mangabeira, Antônio Moniz e Góes Calmon, revelando as crises econômicas e transformações sociais principalmente as primeiras reivindicações do movimento docente nesse período.

Segundo Luz (2009), o Centro de Defesa do Professorado foi presidido pelo professor Jacyntho Caraúna, a escolha aconteceu pelo seu grande prestígio na sociedade baiana e entre os demais docentes e pela atuação em diversas mobilizações e ações em prol do professorado, além dele o centro contou com a participação dos demais membros da diretoria professores Alberto de Assis, Hugo Balthazar, Victoria Garrido, Emília Lobo Vianna e Maria Olympia Rebello. Naquela época, os docentes já reivindicavam pagamentos de salários, melhoria nos

prédios escolares e nas condições higiênicas das escolas, compra de mobiliário dentre outras exigências e encampavam relevantes embates políticos.

Tempos depois, outra experiência organizada no estado foi a Sociedade Unificadora de Professores Primários (SUPP), fundada, em 1947, pelas professoras Lúcia Barreto de Almeida Souza, Luzia Martins de Souza, Esmeralda Maria de Aragão, Claudemira Ribeiro de Moura e Clarice Fortuna. De acordo com os registros de Santos Júnior (2006), munida do Diário Oficial do Estado da Bahia (DOE-BA.), no dia 22 de setembro daquele mesmo ano, a professora Lúcia Barreto de Almeida Souza comunica aos colegas da Escola Maria Quitéria, no bairro de Brotas, em Salvador/BA, o decreto estadual do governador Octávio Mangabeira, que nivela os vencimentos dos professores primários aos dos auxiliares de portaria. Essa insatisfação com a equiparação salarial foi estopim para que as professoras mobilizassem a categoria e criassem uma instituição de representação docente. O debate promovido pelas professoras tinha como finalidade valorizar a carreira docente e a união dos professores primários da capital e do interior. Em 27 de outubro de 1950, através da Lei Estadual 327, a SSUP passa a ser reconhecida como instituição de utilidade pública e no mesmo ano a referida instituição amplia o raio de atuação e passa fazer parte da Confederação de Professores Primários do Brasil (LUZ, 2009).

Mais recente e ainda no século passado, reforça a trincheira da luta dos professores no estado a criação da Associação de Professores Licenciados do Brasil - Seção da Bahia (APLB). Segundo Santos (1995), sua origem resulta da decisão de 11 licenciados signatários, os quais fundaram a associação, em 24 de abril de 1952. A fundação da APLB encontrou o primeiro ponto de apoio nas condições político-sociais, a partir da criação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da (FFCH) da UFBA em 1941 e da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica em 1952 entre outros objetivos formar professores para o magistério secundário normal. Essa mobilização foi importante na medida em que novos profissionais licenciados começaram a reivindicar seu campo de trabalho antes ocupado por médicos, advogados, engenheiros e até por profissionais sem formação de nível superior. O segundo ponto de apoio foi estabelecido com a crise do modelo econômico a partir de 1964, questionando a legitimidade do regime é quando nasce a crítica ao Estado em quase todos os segmentos, a necessidade de lutar por melhores salários e por uma nova política. Na Bahia, a luta dos professores sem amplia e passou adquirir um caráter de massa com as greves de 1978, 1979, 1980, 1982 e 1985, período que culmina com a reorganização da associação estadual.

No contexto das ações da APLB, Borges (1997) destaca dois fatos políticos importantes que ocorrem no interior do movimento docente baiano. O primeiro se dá quando a APLB é

impedida, muitas vezes, de promover reuniões em unidades escolares e em outros prédios da Secretaria de Educação, e resolve, a partir de 1985, organizar, passo a passo, os professores por suas zonas de trabalho. O segundo, ocorre quando, na mesma época, há a mobilização da categoria para eleição de representantes da associação escolas, e a criação do Conselho Geral de Representantes. Segundo Santos (1995), as zonas organizavam os professores da capital e o interior, reunindo-os por grupos nas escolas, ou por bairros, nas grandes cidades, ou ainda em municípios maiores, centrais em relação a outros menores, no interior do Estado.

Durante o primeiro ano de fundação até tornar-se sindicato, a APLB viveu três grandes marcos importantes na sua história. Ainda segundo Santos (1995), na fase inicial os registros indicam as primeiras reuniões promovidas, em abril de 1952, por um grupo de licenciados da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, em defesa dos direitos concedidos, foi a partir desses encontros que a entidade começou a ganhar visibilidade. A luta em defesa dos direitos profissionais até então ocupada por profissionais de diferentes áreas médicos, advogados, engenheiros coincide com o reconhecimento dos professores licenciados. Nessa fase, na educação do estado era comum um profissional da área de saúde atuar como professor de Ciências ou Biologia, um professor de Matemática, Química ou Física ser um engenheiro. É justamente nessa fase inicial que a APLB-Ba adota como meta priorizar os licenciados.

O segundo marco, é definido em um cenário mais amplo como “Novo Sindicalismo”, esse momento reflete as inspirações adquiridas nas greves de 1977 a 1981 na região do ABC paulista, momento em que a APLB se reorganiza e busca o cumprimento das leis que estão na Constituição Federal de 1978, na Lei de Diretrizes e Base 5692/1971 e no Estatuto do Magistério de 1975. Ainda nessa fase a cobrança dos professores não se limitam a aumento de salário, mas a regularização da situação funcional. Nessa época a categoria era dividida em quatro grupos⁵: Efetivos, Contratados, Auxiliares de Ensino e Serviços Prestados e reivindica a regularização da situação funcional de cada um deles (SANTOS, 1995).

E, no terceiro momento, as lutas democráticas, no cenário nacional culmina com a aprovação da Constituição Federal de 1988, a qual liberou a possibilidade de transformação do funcionamento das associações em sindicatos. Nesse contexto, ainda Segundo Santos (1995), a associação adota a democracia sindical e transformar-se em sindicato, no dia 09 de junho de 1989, ao mesmo tempo em que procura correlacionar bandeiras de luta política mais amplas e

⁵ SANTOS, N. M. **Movimento dos Professores da rede pública na Bahia (1952- 1989)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993. Identifica a definição dos quatro grupos na pág.62

com as pautas da política educacional. Dessa forma, ela teve mais respaldo para fortalecer as questões sindicais dentro da entidade. É importante destacar que nessa última fase há uma aproximação do movimento recém criado em Candeias com o sindicato docente estadual. Essa relação serviu de base para orientar as ações dos professores no município, conforme veremos mais adiante.

Apesar da Constituição Federal de 1988, instituir em seu art. 8, “a livre a associação profissional ou sindical”, as disposições do artigo aplicam-se à organização de sindicatos, respeitando-se a Unidade Sindical, ou seja, a existência de uma única entidade que represente os trabalhadores, respeitando-se a Liberdade Sindical, o que significa dizer que o trabalhador é livre para associar-se ao sindicato, atenção as Funções do Sindicato, pois cabe a ele a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria a qual representa, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

A fundação dos sindicatos de professores é importante para a organização das categorias, mas é importante registrar que isso não significa dizer que os professores não estavam organizados, pois anterior à criação dos sindicatos, as associações organizaram-se de forma particular e abriram caminho, visto que cumpriram, muitas vezes, um papel de organização sindical, criando uma cultura política de negociação e representação coletiva extremamente importantes.

Segundo Gindin (2013), pelas questões já mencionadas, as associações docentes com vocação sindical operavam há muito tempo. Para compreender a mudança das instituições que passaram a ser entidades sindicais, recorreremos as reflexões de Oliveira (2019), quando este relata a história da origem dos sindicatos nos dá uma ideia do porquê o Estado brasileiro proibia os servidores públicos, dentre eles os professores, de se organizarem em sindicato. Pois, sendo o Estado o patrão dos servidores públicos, não seria e continua não sendo de seu interesse uma resistência organizada de seus trabalhadores contra as suas ordens.

O movimento dos docentes que emergiu nessa conjuntura delineou alguns traços marcantes no sindicalismo dos professores públicos. O mais significativo deles é o chamado ‘sindicalismo combativo’ (ou de ‘confrontação’), caracterizado pelo enfrentamento dos governos por meio de grandes mobilizações, manifestações de rua e greves prolongadas, as chamadas lutas de massas. (SOUZA, 1997, p. 143)

O sindicalismo combativo é um traço marcante da luta sindical que se manifesta nos dias atuais, sendo muito utilizados como forma de pressão e manifesto a favor dos trabalhadores da educação. Essa prática de chamar atenção da opinião pública e dos cidadãos, por meio de graves, passeatas e informativo impresso, entre outros, para os problemas da profissão docente,

aconteceu de forma recorrente em Candeias, visto que, nos depoimentos dos participantes do movimento, que serão apresentados na próxima seção, em diversas ocasiões foi necessário questionar o Estado, por meio de embates contra a gestão municipal.

Retomando a discussão proposta sobre o sindicalismo no Brasil, mostra-se necessário recuar um pouco no tempo. A política trabalhista de Getúlio Vargas, a partir de 1930, decidiu cooptar, anular e controlar as entidades sindicais, que na época já mantinha um certo prestígio no cenário nacional. Para Troyano (1978), torna-se inteligível, pois, nesta época, são estabelecidos os principais fundamentos da legislação trabalhista, criou-se o Ministério do Trabalho, a Justiça Trabalhista, a CLT, o Imposto Sindical e atrelou os sindicatos ao Estado, condições que até hoje perdura, apesar dos diferentes governos, das diferentes alianças políticas e das sucessivas lideranças sindicais que foram surgindo na representação do movimento operário. Na prática, o Estado não alterou sua posição.

Convém recordar que, mesmo dentro dessa conjuntura, ao longo do tempo as organizações docentes foram ganhando outros desenhos e se diversificaram, até uma parte delas tornaram-se sindicatos. O sindicato é uma organização que reúne trabalhadores de uma mesma categoria com o objetivo principal de defender seus direitos no âmbito profissional. Tanto a associação quanto o sindicato para existirem precisam da participação das pessoas e todas devem estar organizadas.

Agora como podemos observar, existe diferença entre ambos, enquanto a associação tem a finalidade de atender a determinado grupo específico, por meio de ajuda mútua, solidariedade, o sindicato amplia o seu raio de atuação abraçando uma categoria e tem a seu favor uma legislação prevista, sobretudo, na Carta Magna, muito embora parte do que a lei determina na prática reduzir o poder do sindicato, na legitimidade da representação dos trabalhadores na luta pela efetivação dos direitos conquistados, na denúncia de abusos e danos aos trabalhadores e na luta permanente pela ampliação de novos direitos.

Para Loyola (1980), o sindicato é um órgão representativo da classe operária, que se interessa pelos problemas da classe, procura melhorar a situação dos operários e faz reivindicação. De acordo com Bauer e Matos (2010), o sindicato é um importante instrumento de luta, uma vez que tem como principal objetivo organizar a classe trabalhadora e defender os seus interesses, ao passo que reflete uma postura política, na qual os trabalhadores são agrupados. Assim como o sindicalismo docente que visa atender os interesses dos profissionais da educação, seja ele em nível da educação básica ou superior, trabalhadores na rede pública e/ou na iniciativa privada, incluindo instituições particulares, filantrópicas ou comunitárias.

Compreende-se, deste modo, que o sindicato é uma forma institucional coletiva reconhecida tanto pelos trabalhadores quanto pelo Estado. Sua ação incorpora pautas econômicas e políticas visando beneficiar a base que propõe defender diante dos patrões e dos entes estatais. As organizações associativas e sindicais se disseminaram ao longo do tempo em vários países do mundo. Nos países ocidentais, sobretudo europeus, houve grande mobilização de atividades associativas e sindicais. O Brasil absorve estas concepções com os nacionais e estrangeiros que chegavam do continente europeu e tiveram contato com estas organizações. (SILVA, 2013, p. 77-78).

O modelo de organização sindical internacional teve forte influência na forma como as organizações sindicais foram desenvolvidas no Brasil e a formação da nossa classe operária e como ela foi constituída, em parte, por escravizados - após a abolição do trabalho escravo no país – por imigrantes italianos, portugueses, espanhóis e de outros países, bem como pela população rural em busca de trabalho nas capitais (SILVA, 2013). Dessa forma, obviamente a classe operária se desenvolveu junto com o “capitalismo brasileiro”.

Vários acontecimentos reivindicativos marcam a trajetória do sindicalismo no país, a partir do início século XX. No entanto, situando a pesquisa no contexto mais recente, em virtude do nosso objeto de estudo, tomamos por base os elementos suscitados pela entrada em cena no Brasil do Novo Sindicalismo. Segundo Rodrigues (1999), o Novo Sindicalismo pode ser definido como um movimento que teve início nos anos de 1970 e pode ser considerado um elemento fundamental na eclosão da onda de importantes greves ocorridas entre 1978 e 1980. Este momento foi marcado pelo surgimento de uma nova classe trabalhadora no cenário político e trouxe para o espaço público a participação dos trabalhadores na arena política, depois de anos de regime autoritário.

Enfim, as afirmações acima demonstram que não se pode compreender o sindicato de professores no Brasil e no Estado da Bahia de forma isolada, mas parte dessa rede de acontecimentos mais amplos envolveu a organização dos trabalhadores, de um modo geral. Atualmente, tomando por base a Grande Salvador (capital e cidades próximas) é possível encontrar 13 organizações entre associações e sindicatos de representação dos servidores na esfera pública municipal da educação filiados nacionalmente a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, como é o caso do sindicato dos servidores em Candeias, do qual os docentes da rede pública são filiados junto com outras categorias, ou não, ao lado da participação, ou não, em uma associação de professores.

Tais experiências, sugerem que uma há conexão explícita entre a história do movimento sindical docente que foi desenvolvida no Estado, tomando por base os acontecimentos na capital inicialmente através do Centro de Defesa do Professorado Baiano, da Sociedade Unificadora de Professores Primários e, posteriormente, da Associação de Professores Licenciados da Bahia, com o surgimento de outras organizações criadas a partir da década de 1980, momento que marca a modernização e a democratização do Brasil, ainda que num período de crise econômica. O contexto político tanto nacional, quanto estadual tem forte relação com a movimentação que aconteceu na cidade de Candeias e deve nos guiar ao próximo passo da investigação proposta, em especial, a partir de 1986, quando é criada a primeira associação docente em Candeias, seguida de outras experiências associativistas dos docentes e do seu papel também na organização sindical dos servidores públicos.

4. TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE DA REDE MUNICIPAL DE CANDEIAS/BA

O objetivo desta seção é discorrer sobre a trajetória do movimento docente em Candeias/Ba, tomando por base a investigação realizada sobre a importância da organização dos professores em associações. Para isso, recorre-se ao momento de criação, funcionamento e, por vezes, fechamento das três associações de professores. Tais associações não funcionaram simultaneamente e durante a pesquisa procurou-se descrever os aspectos importantes relacionados à luta dos professores empreendidas. Esta seção encontra-se dividida em três momentos.

O primeiro momento consiste na criação e ações realizadas pela primeira associação docente (1986-1990), a Associação de Professores em Candeias (APC). Nesse período de intensa mobilização e participação dos docentes nos rumos da educação municipal, a associação elegeu uma comissão provisória, estabeleceu um processo eleitoral e organizou o primeiro Congresso de Educação Municipal, no ano de 1986. Nesse mesmo período, ocorreu a aprovação do primeiro *Estatuto do Magistério Público do Município de Candeias*, lei nº 276/1986, os professores realizaram a primeira greve e ocorreu a fundação do Sindicato dos Servidores Municipais de Candeias (SISEMC).

O segundo momento (1996-2012), pode ser caracterizado como o período de resistência da organização dos professores em associação. Este período é marcado pela abertura da segunda associação docente, intitulada Associação dos Profissionais em Educação de Candeias (ASPEC), pois os professores ficaram sem uma representação legal durante um certo tempo, entretanto as disputas continuaram, principalmente na direção do sindicato, o qual contou com a ampliação da participação dos professores e demais categorias de servidores no movimento sindical, aprovação de um novo Estatuto do Magistério Público do Município em decorrência da lei do piso nacional de 2008 e o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Magistério e da aplicação do recurso do FUNDEF, a partir de 1996 e o encerramento das atividades da ASPEC.

O terceiro momento, mais recente, caracteriza-se pela retomada da luta, agora com novos professores, a partir do concurso público realizado em 2016, cumprimento e alterações no plano de cargos e salário do magistério, aplicação do recurso do FUNDEF e das discussões envolvendo o rateio do precatório. Nesse período, mais uma vez, ocorre a abertura de uma nova associação, desta vez com a seguinte nomenclatura: Associação dos Profissionais em Educação

de Candeias (ASPECAN). O lançamento oficial aconteceu em 31 de outubro de 2017 e o registro oficial aconteceu no dia 23 de março de 2021, data excedente ao período em estudo.

4.1 Associação de Professores de Candeias (APC)

A partir de consulta ao registro de fundação, a Associação de Professores de Candeias (APC) aconteceu em 27 de novembro de 1986, nessa época a rede municipal de ensino contava com 32 escolas⁶. No âmbito nacional destaca-se que a criação desta associação nasce em um período no qual os professores da rede pública de ensino, assim como os demais servidores públicos, eram proibidos de se organizarem em sindicato. De acordo com Gindin (2013), essas organizações operavam fora da legislação trabalhista, muitas vezes compartilhavam a base de representação com organizações de professores estaduais que funcionavam no interior dos estados ou que tinham perspectivas político-sindicais divergentes.

Convém rememorar que foi somente a partir da Constituição de 1988, que os servidores públicos readquiriram o direito de se organizar em sindicato e que várias organizações docentes tornaram-se sindicato, a exemplo da APLB, em 1989. No caso da recém fundada associação em Candeias, não se identificou essa alteração. É preciso investigar melhor as razões pelas quais os docentes não transformaram a associação em sindicato naquela época, uma das hipóteses levantadas é o entendimento das lideranças sobre a legislação anterior a constituição que vedava esse tipo de organização.

É possível destacar que, ao que parece, os membros que compuseram a APC já tinham conhecimento das mobilizações realizadas pela APLB, entidade estadual de representação dos professores, pelo fato de que alguns já atuavam no Estado como professores ou pela proximidade da cidade com a capital baiana, sede da APLB. O surgimento do movimento docente na cidade está revelado no depoimento do Professor de Educação Física, Alfredo de Souza Filho que, tempos depois, foi eleito o primeiro presidente da APC.

Naquela época, nós ganhávamos em torno de três, quatro salários mínimos, pela carga horária de 40h, mas eu não me recordo do salário agora, poderia até investigar através da carteira profissional e ter uma ideia mais ou menos. Mas, a princípio, ao indagar alguns colegas de época porque do nível de salário ser [sic] tão baixo, a resposta que tinha, era de que não havia organização, não parávamos para estruturar, pra fazer cobrança, a coisa era assim, à vontade. Então, debatendo com alguns professores da

⁶ O quantitativo de escola segue as informações do Decreto Municipal nº 97 de 13 de agosto de 1984, em conformidade no artigo 100, inciso I, Letra F da Lei Estadual nº 3.531 do 10 de novembro de 1976, que considera a criação de escola municipais através de ato de ofício.

rede, Professor Fernando Pinto, Professor Raimundo Lima, Professora Neide Ferreira, Professora Rosângela Anunciação e outros, todos foram unânimes em dizer que precisávamos nos ajustar, nos organizar para brigarmos por salários, por qualidade dos serviços. Até que essas conversas foram amadurecendo e eu tomei a iniciativa de ir junto a APLB em Salvador. (SOUZA FILHO, 2020, p. 01)

Segundo o depoimento do Professor Alfredo de Souza Filho, ele foi o primeiro presidente da APC, a preparação para constituição da APC contou com apoio e orientação técnica da Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB), ele continua dizendo o seguinte:

Na época, a presidenta da Associação de Professores Licenciados da Bahia era Maria José Rocha, ela e mais alguns diretores, eles me orientaram no sentido de formar uma diretoria provisória, discutir os assuntos e em seguida partir para a eleição definitiva. (SOUZA FILHO, 2020, p. 02)

Essa organização consiste em um sindicato docente de grande capilaridade no Estado e já naquela época tinha atuação destacada entre os professores da rede estadual e municipal e encontrou, ao que tudo indica, um terreno fértil de mobilização dos trabalhadores em educação no município de Candeias.

Desde a aproximação do movimento docente de Candeias com a APLB, fomentou as discussões pela defesa dos direitos dos professores num cenário, até então pouco explorado. O período de reordenamento que culmina com transformação da associação em sindicato em 1989, na gestão da professora Maria José Rocha, que presidiu a associação entre os anos de 1985 a 1987 e 1987 a 1990, a APLB teve atuação destacada no movimento “Muda APLB” em 1985, quando a entidade passa atuar em zonais com a finalidade de se instalar em outros municípios e fortalecer as discussões no campo da educação.

Em março de 1988, a APC conquista uma vitória importante fruto dessa expansão do movimento docente do estado para outras cidades. Conforme apuramos, ela foi noticiada no Jornal A Voz de Candeias, em reunião organizada pela APLB, na cidade de Camaçari. Participaram da reunião associações docentes de todos os municípios que formaram a Zonal da Indústria: Candeias, Camaçari, Dias d’Ávila, Simões Filho, Mata de São João, São Francisco do Conde, Itanagra, São Sebastião do Passé, Pojuca e Mata de São João. Ainda segundo o jornal, a vitória da APC foi atribuída pelo seu caráter combativo, organização e participação dos professores. Os representantes eleitos eram todos professores de Candeias: Joel Câmara, Aidil Aleluia de Souza, Fernando Antônio Pinto, Alfredo Ruy e Edmilson. A fixação da APLB nas cidades que compõem o parque industrial da Bahia foi fundamental para a sua consolidação.

Na entrevista que nos foi concedida, é possível identificar que, em Candeias, já existia entre os professores um descontentamento velado devido ao baixo salário, precárias condições de trabalho e necessidade de criar uma entidade de representação dos professores. Nesse aspecto, Gindin (2013) reforça que normalmente, as entidades estaduais tinham grandes dificuldades para se organizar nas cidades do interior dos estados, a nível municipal este segmento ainda era mais difícil, pois em alguns casos não possuíam uma representação local. Naquele momento, havia uma representação docente a nível estadual e os professores em Candeias decidiram procurá-la para obter apoio e viabilizar, de algum modo, os passos para construir uma representação no município.

No estudo sobre o movimento de professores no estado da Bahia, na década de 1980, Borges (1997) destaca que a reivindicação, mais frequente, dos professores estaduais naquela época era a questão salarial. Efetivamente, seus salários eram extremamente baixos, defasados em relação aos de outras categorias profissionais e seus reajustes não estavam condizentes nem com os índices inflacionários sempre elevados no País durante os anos oitenta, nem com as atividades desenvolvidas pelos professores nas escolas baianas.

De certa forma, a aproximação da APC com a APLB representou suprir as lacunas existentes para o início de sua constituição. Sob este aspecto, o da criação, ainda segundo o professor Alfredo Filho, o primeiro encontro para nomeação da diretoria provisória e lançamento do edital para eleição, aconteceu na Sede do Ideal Esporte Clube, na rua do Passe, Centro de Candeias. Naquela época era comum os clubes recreativos ou clubes esportivos sediarem encontros importantes para a comunidade local, pois muitos dos professores que estavam vinculados ao início da organização do movimento docente, mantinham outras relações com o espaço participavam de eventos, festa, casamentos. Além disso, o próprio clube foi se consolidando como um espaço histórico de movimentação política dentro da cidade. Não por acaso, os primeiros encontros do sindicato dos petroleiros, na década de 1950, também aconteceram na sede esportiva daquele lugar conforme destaca Santos (2008), na antiga rua Boa Esperança, nº 26 em Candeias.

As disputas em torno da direção do movimento docente em Candeias se evidenciaram na fase eleitoral da primeira gestão da associação, essa situação foi, inclusive, lembrada pelo Professor Joel Câmara que à época fez parte da chapa 02, derrotada pela chapa 01. A existência de duas chapas sugere que havia um clima de mobilização e participação, naquele momento, entre os professores. Ele nos conta que:

O professor Roque Tadeu dizendo ‘não pode ter eleição para a associação dos professores de Candeias porque é uma entidade inexistente, é uma entidade que não está registrada, então, não pode existir’. Foi quando chamamos uma assembleia de professores para de fato fundar! Isso foi em 26/11/86, a primeira assembleia mesmo, uma assembleia de fundação da primeira entidade classista de servidores públicos de Candeias, a associação de professores. Tivemos a ata de fundação, tivemos os registros, tiramos o CNPJ porque na época assim que tinha que ser, registramos o estatuto, fizemos a diretoria provisória e fizemos a primeira eleição. (Joel CAMARA, 2021, p. 08)

O aparecimento de novos atores no campo de atuação “sindical” dos servidores municipais composta por duas chapas que disputaram a representação docente chamou atenção dos partidos políticos de esquerda que já mantinham forte ligação com os sindicatos da indústria local, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O exemplo dessa participação é comprovado pela filiação política, dos 14 (quatorze) entrevistados, 07 (sete) deles estavam ou ainda são filiados a algum partido político. Segundo relato do professor Alfredo Filho, o fato de alguns membros da chapa 02 terem sido filiados a alguma legenda partidária houve certa rejeição por parte da categoria o que levou a vitória da chapa 01.

Apesar do movimento docente, nessa fase, vivenciar algumas aproximações com partidos de esquerda, o eixo central era a construção da associação, e os professores não demonstraram nenhum caráter eminentemente político partidário. Esse tipo de envolvimento só acontece anos mais tarde, no período das disputas pela direção do sindicato na década de 1990, quando alguns dos representantes dos professores se filiam a diferentes siglas e disputam os cargos públicos na cidade, sem muito sucesso.

Não possível precisar, se o processo eleitoral foi definido pelo critério de filiação partidária, ou pela composição de outros elementos, como por exemplo, aproximação ou não com a gestão municipal. O certo é que a direção do professor Alfredo Filho à frente da APC teve um período relativamente curto, permanecendo no cargo aproximadamente por um ano. O certificado do Primeiro Congresso de Professores em 1986, o identifica como presidente da APC, já o Segundo Congresso de Professores em 1987 destaca Joel de Santana Câmara na presidência da associação. As dificuldades de se obter dados através de fontes orais, o que demonstra certo esquecimento da história da APC, em sua fase inicial, na memória dos professores entrevistados, acabou dificultando o entendimento sobre esse impasse na transição entre a direção presidida pelo professor Alfredo Filho (1986) e a gestão do professor Joel Câmara (1987-1988). O motivo que levou a saída do primeiro presidente, segundo ele relatou em seu depoimento, foi devido à aprovação no concurso público da Petrobrás e da

impossibilidade de conciliar as duas atividades profissionais. Tempos depois, Alfredo Filho retorna à rede municipal de educação na condição de professor efetivo, aprovado no concurso de 1996, embora não tenhamos aqui a pretensão de discutir a trajetória individual do professor, por não ser objeto específico da pesquisa.

De fato, tomando por base a história da educação em Candeias, pode-se afirmar que raros são os concursos públicos para professor. A ausência ou dificuldade de acesso aos documentos durante a pandemia Covid-19 não nos permite afirmar quando aconteceu o primeiro concurso público na cidade, porém foi possível apontar a realização de quatro concursos públicos nos seguintes anos: 1992, 1996, 2002 e, por último, em 2016. Todos eles foram para cargo efetivo de diversos cargos, incluindo o cargo de professor. Convém registrar que os processos simplificados para contratação temporária de prestadores de serviço acontecem quase que anualmente. Além disso, existem os contratos “emergenciais”, que legalmente são utilizados em situações emblemáticas que exigem a contratação imediata de pessoal.

Analisando o ingresso dos professores na rede estadual baiana no período após a Constituição de 1988, Borges (1997) nos conta que para ingresso no magistério era feito por indicação política para aqueles que tinham diploma. No caso dos municípios, a exemplo de Candeias, às vezes nem o diploma era exigido o que prevalecia de fato era a indicação política. Recorrendo as entrevistas realizadas com os professores Joel Câmara, Hamilton Assis e Jair Cardoso, em diferentes períodos, eles reforçam que ao concluir o nível médio, antigo 2º grau, e adquirir certo reconhecimento a pessoa era indicada a ser contratada como professor na cidade. Em todo serviço público na prática, esse tipo de relação pode gerar a dívida do favor político aos governantes, favorecendo a prática do clientelismo, cuja entrada pode ser caracterizada pela “porta dos fundos”.

A composição do quadro efetivo e temporário de docentes, bem como as várias formas de contratação, dificulta afirmar o número exato de profissionais do magistério que faziam parte da rede. Inclusive, tal situação refletia na composição da própria associação, pois na constituição da APC todos aqueles interessados em participar do movimento eram acolhidos. De acordo com os entrevistados que participaram da APC, a medida adotada era uma forma de não excluir ninguém e ampliar a participação e fortalecer o movimento com um maior número de pessoas possível.

Os profissionais da área de educação abandonavam a docência devido aos baixos salários, as péssimas condições de trabalho e, até mesmo, devido à excessiva carga horária de

60h. Esse é o contexto de criação da associação. Como já foi dito, muito embora o contexto nacional favorecesse a criação de um sindicato devido ao processo de redemocratização do Brasil, com a aprovação da Constituição de 1988 e as eleições presidenciais de 1989, abrindo o caminho para um novo sindicalismo brasileiro e da chancela do Estado, por meio do Ministério do Trabalho.

Segundo Matos (2009), a manutenção da unidade sindical, do monopólio e da representação, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho indicou que o programa do novo sindicalismo não se concretizou completamente, pois a estrutura oficial ainda continuava, a herança corporativista mantinha uma grande influência o que reforçava a necessidade de uma associação porque fugia um pouco daquela estrutura. Além disso, os servidores em Candeias ainda sentiam os resquícios de terem sido da Área de Segurança Nacional, em 1988, o prefeito da cidade era David dos Santos Caldeira⁷, que já tinha governado a cidade com apoio dos militares, e, mesmo com todo o processo de abertura política em curso no Brasil e o movimento das Diretas Já, em Candeias, o contexto local indicava uma certa cautela e a possibilidade de criar um sindicato não era tão favorável, pois a diretoria, de acordo com os entrevistados, entendia que manter uma associação naquele tempo se constituía em uma ação arrojada para o período.

A organização docente, inclusive, poderia ser o pretexto para possíveis atos de perseguição política pelo governo, essa visão nos é relatada em detalhe pelo professor Joel Câmara:

Em plena ditadura militar, fazer organização sindical, promover as lutas e greves paralizações, pegar prefeito colocar em um ônibus sem ter formação acadêmica na área de docência. Então foram barreiras muito interessantes que eu mesmo fico assim “poxa, eu fui muito ousado, não acredito”, porque como é que eu estou lá dando aula, não tinha concurso público, eu não tinha estabilidade. (Joel CAMARA, 2021, p. 08)

A determinação dos professores, buscando defender interesses coletivos em determinados momentos sem conhecer a fundo a legislação ou ter formação na área de educação, foram barreiras superadas para criar a primeira organização. Na verdade, a associação docente surge em Candeias anterior ao sindicato, como uma alternativa viável de organização e mobilização da categoria. O sindicato municipal é criado no ano de 1989, de acordo com os entrevistados, sem a participação efetiva dos servidores, uma instituição voltada

⁷ David dos Santos Caldeira foi prefeito biônico indicado pelos militares em 1979 e em 1988 foi eleito pelo voto direto.

para atender os interesses políticos da gestão da cidade e não dos trabalhadores. A história do sindicato será retomada mais à frente.

Os entrevistados que atuaram na rede pública nesse momento demonstraram manter presente as lembranças referentes ao Primeiro Congresso de Educação, a aprovação do primeiro Estatuto do Magistério, lei nº 276, em 1986, a organização e realização da greve de 1988 e os embates junto à direção do, então, recém sindicato. Estes quatro aspectos foram considerados de suma relevância ao entendimento da trajetória de participação dos professores na APC, conforme será analisado, a seguir.

4.1.1 Estatuto do Magistério Público do Município de Candeias

Após tomar posse, em 01 de janeiro de 1986, por meio de eleição direta, o prefeito de Candeias, Eliodoro de Jesus, eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), anunciou algumas medidas para a cidade de Candeias. Na matéria publicada no Jornal *A tarde*, veículo de comunicação impressa de maior circulação à época no Estado, em 02/01/1986, com o título *Em candeias, Eliodoro “abre” prefeitura*, a reportagem contempla ao menos a indicação de 04 projetos da referida gestão: Plano Integrado a Saúde, aplicação do Método Paulo Freire de educação popular e dois projetos de urbanismo e transporte.

Curiosamente um ano depois, conforme apuramos no Informativo da Prefeitura Municipal de Candeias, nos meses de março e abril de 1987, com a seguinte matéria: “*Conjunto de ações modifica a educação de Candeias*”. Algumas mudanças na educação começaram, a exemplo da criação do Departamento de Educação do 1º e 2º Grau, Conselho Municipal de Educação, assinatura de convênio com escolas particulares e regularização do salário dos professores, ainda sobre a notícia nos chama atenção o fato da prefeitura abrir matrícula para 24 mil alunos, onde 12 mil vagas são para novos alunos e firma convênio com as escolas particulares para atender a demanda.

Esse convênio com a rede privada da cidade pode ser entendido, ao analisar o Decreto Lei nº 88.374, de junho de 1983, em seu artigo 3º, o documento garante que os sistemas de ensino no Brasil poderão oferecer bolsas de estudo, mediante aquisição de vagas em escolas particulares de 1º grau. Parte desse *boom* de alunos na rede privada poder ser compreendido como aporte de dinheiro público destinado a Secretaria de Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, criado pela referida lei a rede privada, até porque nos anos

seguintes a falta de vagas é um problema da educação municipal que vai perdurar na rede por muito tempo.

Nesse período, ainda segundo o Informativo, em toda a rede municipal, apenas 11 professores eram licenciados no ano de 1985. Foram contratados 50 novos professores licenciados para suprir a carência dos cursos de 5ª a 8ª série e 2º Grau. Registra-se o fato de que não foi possível precisar a quantidade de professores no município, entretanto a demanda por profissionais habilitados era uma necessidade.

É no cenário brevemente apresentado que no dia 30 de junho de 1987, na Câmara Municipal, é aprovado o primeiro Estatuto do Magistério Público do Município de Candeias e outras providências, lei nº 276, em uma sessão que contou com a participação de professores. Na Bahia, segundo Santos (1993), os professores ainda lutavam para que fossem cumpridos seis pontos de reivindicação: qualificação e gratificação de acordo com o tempo de serviço, condições para desenvolver programas de estágios, melhorias de carga horária, condições de trabalho, definição da política de vice direção e avanço horizontal. Inspirado pelo movimento docente do estado da Bahia, não por acaso, parte das reivindicações apresentadas pela APLB se assemelha as exigências do professorado em Candeias e, por coincidência, com pouco mais de um ano de existência, a APC consegue aprovar o estatuto do magistério.

De acordo ao documento, percebe-se que as demandas específicas da categoria tiveram como objetivo a estruturação do quadro de pessoal docente em três situações: I – Cargos de Provimento Efetivo; II – Cargos de Comissão; III – Funções de Confiança. Além dos três níveis o Estatuto regularizou a situação funcional da rede: professor, especialista em educação e regente do ensino profissional. Convém destacar que todos os cargos eram de provimento efetivo, ou seja, visavam os professores aprovados em concurso público de provas e títulos, uma inovação para a carreira educacional da cidade. Esse grupo do magistério era designado pelos códigos professor magistério, magistério especialista, magistério profissional.

Além disso, o documento também promoveu a organização administrativa das Unidades de Ensino, considerando o nível e a capacidade física das escolas com os seguintes cargos e funções de confiança: cargo de comissão, diretor, vice-diretor e coordenador, funções de confiança assistente, secretário escolar e adjunto de secretária.

No que tange ao sistema de ensino da rede, as unidades escolares foram classificadas de acordo com a extensão nos seguintes níveis: Nível I - Unidade de 1ª a 4ª série; Nível II - Unidades de 1º Grau até o 6ª série; Nível III - Unidades completas até a 8ª série.

Analisando o estatuto, percebe-se que as demandas específicas da categoria dividiam-se em níveis, cargos, estruturação da escolas e tempo de serviço. No que se refere à questão salarial, essa demanda ficou alocada na Progressão Horizontal que assegurava ao servidor parcela da gratificação calculada sobre seu vencimento com base no tempo de serviço e na Progressão Vertical, a partir da qualificação obtida pelo servidor de conteúdo, considerado prioritário para o sistema de ensino. Para que isso acontecesse, um plano específico deveria ser aprovado, em ato administrativo a ser criado, com o tempo mínimo de um ano em cada nível.

O debate sobre formação docente, juntamente com os encaminhamentos referentes à escola pública, recursos para a educação, democratização da rede ficaram de fora do documento, analisando o trecho da entrevista realizada com o professor Joel de Santana Câmara, é possível identificar como os professores começaram a estruturar a carreira construir um retrato da realidade educacional da cidade.

Ele cumpriu o plano, **[em decorrência do próprio processo de organização dos professores foi necessário a estruturação do quando de pessoal em três níveis: I – Efetivo; II Cargo de Comissão e III Cargo de Confiança, Tempo de serviço e formação, [Grifo nosso]**, fez a convocação de todos para apresentarem seus respectivos diplomas, seus certificados de conclusão de curso, para organizar a vida dos educadores, por níveis e por classe. (Entrevista Joel de Santana Câmara em (Joel CAMARA, 2021, p. 08)

O estatuto pode ser indicado como um fator que contribuiu para o fortalecimento da associação no que diz respeito à inserção de associados na luta pela melhoria das condições de trabalho e de carreira do magistério em Candeias, o documento também indicou mudanças na estrutura da rede de ensino e no modelo associativo, que assume um caráter de associação profissional, deixando de lado os traços mutuais na educação ainda na primeira fase.

A ideia de conquistar direitos mobiliza alguns professores, a síntese dessas reivindicações pela melhoria das condições de trabalho e do exercício profissional estão expressas no relato Professor Joel Câmara que nos diz como aconteceu esse processo:

Fizemos o primeiro estatuto do magistério e o primeiro plano de carreira, foi o primeiro. Criamos os parâmetros progressivos, os parâmetros evolutivos, os crescimentos, os parâmetros, foi aí que nasceu a primeira ideia de nível, a primeira ideia de evolução de classe, a primeira ideia de classe, a primeira ideia de jornada e alteração de jornada de trabalho, as primeiras ideias para gestor de escola embora a gente não completou na época, mas já tinha um embrião já construído. Foi aí que nós tivemos a primeira estrutura jurídica de direitos e vantagens dos educadores e isso foi no dia 28/06/87. Em 28/06/87 a câmara de vereadores aprovou com unanimidade o primeiro estatuto, o primeiro plano de carreira. (Joel CAMARA, 2021, p. 08)

O Estatuto chega a ser aprovado, no período de redemocratização nacional e de uma possível abertura política na cidade de Candeias, mas as mudanças nele inseridas pela gestão municipal não atendem completamente aos interesses dos professores, pois muitas das reivindicações encaminhadas prometidas não são cumpridas. Em síntese, o estatuto não corrigiu o atraso de salários, e na prática tornou-se um documento de gaveta, um instrumento que apresentou uma abordagem profunda, sistemática e inovadora da educação, mas que, ao mesmo tempo, não foi colocado plenamente em prática. É possível destacar que é desse contexto que surge o embrião para mobilizações que culminaram na greve de 1988, disputas com o sindicato e da intervenção da Justiça do Trabalho, através do dissídio coletivo.

4.1.2 O Congresso de Professores de Candeias

Uma das experiências marcantes nessa fase inicial da associação foi o congresso de professores, de acordo com os entrevistados, foi o primeiro grande evento, realizado pela Associação de Professores de Candeias APC, em parceria com o Conselho Municipal de Educação (CME). Durante a pesquisa de campo, as informações levantadas por meio das entrevistas, Jornal Folha do Recôncavo e dos certificados emitidos pela organização indicam a realização de dois eventos dessa natureza, um em 1986 e o outro em 1987, apesar de que tanto os registros orais, quanto escritos enfatizam muito mais o congresso de 1986, talvez, por ser o primeiro, o que nos limitou um pouco na descrição do segundo acontecimento.

De acordo com o Jornal Folha do Recôncavo de outubro de 1986, o congresso realizou-se nos dias 14 e 15 de outubro daquele ano, com o tema “Reflexões da Educação Municipal Hoje”. Durante dois dias, os professores problematizaram a educação ministrada no município. O evento aconteceu na Arena Municipal de Artes e Esporte (AMAE), teve o financiamento da prefeitura e contou com a idealização do Conselho Municipal de Educação (CME) e da Associação de Professores de Candeias. Ainda segundo o documento mais de 600 professores da rede pública e privada participaram do encontro e mais de 50 escolas foram representadas. Não podemos deixar de registrar a quantidade de professores envolvidos, o número apresentado pelo jornal nos parece ser bem acima da quantidade de servidores da educação que o município tinha, porém não se pode descartar o fato do evento ter atraído professores da região vizinha.

Sobre o local do evento, segundo relato do Professor Jair Cardoso, a Arena Municipal de Artes e Esporte (AMAE) é um espaço localizado ao lado do mercado municipal, na década de 1980 era de propriedade de um circo que funcionava na cidade, com o tempo o circo faliu e

a prefeitura comprou o espaço. Atualmente, o lugar serve de estacionamento do ônibus da prefeitura e dos clientes do Centro de Abastecimento de Candeias.

Ainda de acordo com o professor Jair Cardoso dos Santos, na época o presidente do CME falou da necessidade de conscientização política por parte dos professores para uma tomada de posição frente aos problemas da educação municipal. Na tarde do dia 15 de outubro, em comemoração ao dia do professor, a homenagem especial foi para a Professora Dalila Baptista dos Santos⁸, que recebeu uma placa do CME e da APC, o título de “Mestra da Educação do Município de Candeias” pelos serviços prestados à educação.

O ponto auge do evento foi a conferência do Professor e Sociólogo Hélio Rocha “O professor e a Constituinte” o tema escolhido tem conexão direta com os acontecimentos na arena política nacional para o período e serviu de base para conectar o professorado com as lutas sindicais do país naquele momento.

O congresso foi o primeiro encontro aberto aos professores para uma formação mais politizada da rede, com marcas a refletir acerca do que vinha sendo feito na cidade no campo educacional. Toda aquela movimentação e agito pode ser entendido como uma associação que ao mesmo tempo em que procurava se estruturar foi ganhando um caráter mais combativo mesmo na fase inicial de não aceitava a intervenção estatal.

Reforça essa tese, a questão da organização do professorado que não passou despercebida e deixou marcas que culminaram nos engajamentos e iniciativas que desdobraram em novas ações, greves dos professores por conta dos salários atrasados, fechamento das escolas, passeatas, distribuição de informativo, utilização de carro de som para chamar atenção da comunidade.

4.1.3 A greve dos professores da rede municipal de Candeias de 1988

Buscando compreender os possíveis significados atribuídos ao termo greve, encontramos uma definição no Dicionário das Crises e das Alternativas (2012), o termo greve remonta a uma fonte Celta, gravo. Em francês, o vocábulo *grève*, significa faixa de areia sobre o mar ou rio. Daí a denominação *Place de Grève*, uma área localizada numa das margens

⁸ Segundo Santos (2020), a Professora Dalila Baptista dos Santos, nasceu em Salvador, no dia 18 de agosto de 1909, chegou em Candeias para lecionar em 11 de agosto de 1936, torna-se professora das Escolas Reunidas de Candeias em 1940, em 1951 é admitida pelo (CNP) para ensinar os petroleiros, em 1956 é nomeada fiscal das escolas normais de Salvador e em 1960 cola grau em Pedagogia pela (UCSAL).

parisienses do Rio Sena, outrora lugar de desembarque de navios e, depois, praça de jorna, local de reunião de operários insatisfeitos.

Ainda de acordo com o referido dicionário, a Praça mudou de nome (1806), mas a palavra subsistiu no léxico com o significado de estar de braços cruzados, parado, sem trabalhar. O termo inglês “*strike*” é contemporâneo deste e surge quando marinheiros, em apoio a manifestações ocorridas em Londres, removeram “*struck*” as velas dos navios aportados, impedindo-os de navegar (1768). Greve, portanto, é a ação coletiva e voluntária do trabalhador. A primeira lei de greve que se tem registro, surge em Portugal com a Primeira República em 1910, durando apenas 17 anos, sendo revogada no início do Estado Novo Português em 1927, torna-se constitucionalmente reconhecida em 25 de abril de 1974. Mas, nem todos os autores concordam com os caminhos que a palavra tomou, face à exploração e as condições desumanas de trabalho e da própria concepção da necessidade de paralisar as atividades laborais, no sentido de lançar mão dessa ferramenta quando não é possível assegurar o poder de negociação diante de um impasse nas suas condições de trabalho.

O que podemos dizer é que a greve é um ingrediente inseparável na constituição da ação do movimento operário, instrumento de luta, negociação, protesto. Não por acaso os anos de 1980 para os trabalhadores no Brasil foi o período em que ocorreu as maiores paralisações nacionais. O país passava por um momento de grande arrocho salarial. Segundo Dantas (2016), com a inflação desgovernada houve momentos em que as entidades sindicais reivindicavam reajuste na casa de 250% para os funcionários públicos. Sucessivas e incontáveis greves foram deflagradas por profissionais de todas as áreas dos setores públicos, assim como, também, pelos trabalhadores das organizações de empresas privadas.

Santana (1999), destaca que o regresso dos trabalhadores na cena política nacional pode ser compreendido, a partir da estagnação do modelo econômico, que afetou particularmente a produção industrial, pela instabilidade das políticas econômicas e das regras de correção salarial e pela utilização de mecanismos de controle da inflação que redundaram na queda do poder aquisitivo dos salários.

Em 1988, com a aprovação no país da Constituição Federal a greve passa a ser considerada como um recurso democrático e legal do ponto de vista jurídico, sendo assegurado as associações e sindicatos o direito de poder exercê-la. De acordo com Noronha (1991), todo esse processo permitiu a expressão de demandas trabalhistas e manteve a greve como um meio eficiente para as reivindicações dos trabalhadores.

Segundo Assis (2017), no campo educacional não foi diferente, no final dos anos de 1970, em função das reformas educacionais no período da ditadura, o número de professores na rede pública havia crescido exponencialmente e a perspectiva de profissionalização e valorização do magistério já era uma demanda existente. Na obra de Souza (1987), ele afirma que o Brasil, em 1989, empregava 1.437.115 professores, a maioria 83,6% trabalhavam em escolas do ensino fundamental, desses 83,4% eram empregados do setor público e atuavam na área urbana.

Em 2019, segundo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), foram registrados 2,2 milhões de docentes na educação básica brasileira. A maior parte deles atua no ensino fundamental (62,6%), no qual se encontram 1.383.833 docentes. Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 84,2% têm nível superior completo (80,1% em grau acadêmico de licenciatura e 4,1% de bacharelado) e 10,6% têm ensino médio normal magistério. Foram identificados, ainda, 5,2% com nível médio ou inferior. Um quantitativo expressivo de profissionais que precisa de reconhecimento financeiro, moral e intelectual por parte do governo e da sociedade. Analisando os dados apresentados, eles revelam um crescimento expressivo no quantitativo de professores, considerando os problemas que atingem diretamente as funções docentes já apontadas no próprio trabalho e que o Estado é o maior empregador desses profissionais.

Em Candeias a situação não é diferente e reflete o que acontece no Brasil. O município é o maior empregador da força de trabalho docente e os problemas no sistema de ensino ainda persistem: atraso no pagamento de salários, inflação, desemprego, diminuição do poder aquisitivo dos servidores municipais. Toda essa conjuntura coincidiu com o desenvolvimento e consolidação da APC e abriu caminho para um ciclo sem precedente na relação dos servidores com os gestores, não por acaso em 1988 os professores organizam uma greve e o tempo de paralisação inviabilizou a continuidade do ano letivo.

Retrocedendo um pouco no passado recente, segundo Luz (2009), a primeira greve dos professores municipais que se tem registro aconteceu na Bahia. De acordo com este autor, os professores estavam há anos sem receber salário e, entre os meses de janeiro a setembro de 1918, decidiram suspender as aulas. Nessa época não existia uma organização sindical de representação e as questões eram resolvidas através de advogados, apelando-se para a justiça ou através de políticos e autoridades influentes. Em 29 de janeiro daquele ano eles lançaram um “Manifesto do Professorado Público Municipal do Estado da Bahia ao povo Brasileiro”, denunciando os motivos da paralisação e a situação do professorado baiano. Infelizmente a

adesão ao movimento não foi unânime, pois muitos dos professores não sofriam com os atrasos de salários por conta das práticas clientelistas promovidas pela política local.

No contexto baiano, os professores realizaram greves em diferentes momentos, ao longo dos anos, por demandas da categoria não atendidas e melhorias no campo pedagógico. De acordo com Borges (1997), os docentes têm uma longa história de lutas em torno da melhoria das condições de trabalho e do exercício profissional e da qualidade do ensino, que representam suas carências, bem como por um projeto social para educação, inclusive na criação de instituições, associações ou sindicatos a nível estadual para assumir a representação do coletivo docente conforme algumas dessas experiências foram destacadas anteriormente, a partir do início do século XX, no estado e serviram de base para outras iniciativas.

A expansão do sindicato docente estadual (APLB) para os municípios do interior da Bahia dá uma injeção de ânimo aos professores. Inspirados nas ações da associação, os professores em Candeias decidem adotar alguns mecanismos, criação de grupos para discutir algumas teses de organização de professores, retomando pontos importantes do recém estatuto aprovado. Nessas discussões, a reivindicação pelo pagamento dos salários atrasados foi uma demanda central, embora essa não tenha sido a única cobrança, outras situações foram sendo agrupadas, valorização profissional, condições de trabalho. Os professores amargavam dificuldade financeira, então eles decidiram criar o movimento “Sem salário não tem ano letivo, não se inicia ano letivo”. Em entrevista, a Professora Adeilda Santos Souza, ela nos conta como tudo começou, transcrevo abaixo o seu relato.

A gente já tinha três meses de salários atrasados e aí a gente partiu para poder paralisar mesmo, a luta, não entregar as cadernetas, contrapor ao sistema, então a gente teve que ir para esse enfrentamento [...] na realidade são coisas que a gente pensava em como burlar a luta? Até porque você ficava sem mecanismo. Primeiro lugar para a comunidade não ficar contra os alunos no caso, mas a prefeitura ficou engessada porque ela não tinha como proceder com a documentação aprovados, reprovados, evasão etc. e tal. Tinha que ter um mecanismo para poder barrar frear toda essa questão da gestão municipal. (ADEILDA SOUZA, 2020, p.04)

As informações relatadas pela professora evidenciam algumas das ações adotadas para pressionar o prefeito Eliodoro de Jesus. Com as escolas fechadas, o impacto da paralisação seria maior. Voltando ao depoimento da professora Adeilda, merece destaque a preocupação com as famílias e os estudantes, a greve estava em curso e o sentimento de não prejudicar o alunado era o consenso dentro da categoria. Contudo, com o passar dos meses, o agravamento da falta

de apoio e representatividade da associação já dava sinais de desgaste, a categoria não conseguiu repor as perdas salariais acumuladas durante os últimos anos.

Na época, segundo relato do Professor Joel Santana Câmara, para encerrar a greve, os professores até tentaram negociar com o gestor municipal o pagamento dos salários em atraso, eles apresentaram uma proposta, negociando a quitação de um mês mais o valor de 50% do mês em atraso, dessa forma, em três meses os professores poderiam ter a situação resolvida, o que não foi cumprido pela gestão. A condição dos trabalhadores muitas vezes beirava a humilhação e o desatino, de acordo com o entrevistado. Foram tempos de manifestações de fechar as escolas, mobilizar, realizar assembleias, algumas dessas situações foram protagonizadas por diferentes atores e lembrada nos depoimentos dos entrevistados.

Uma situação bem inusitada é descrita pelo Professor de Matemática Magno Souza de Santana. Ele nos conta que durante o período de 2010 a 2018, foi vice presidente do sindicato e representante dos professores, e o quanto foi difícil manter a categoria mobilizada:

Na época eu participei de ir as escolas, fechar as escolas. Sim, eu na época com alguns colegas que não estão mais na área, como professor Valmir, Edmilson, que ensinava física como a gente, uma turma boa. Professor Tadeu, o professor Clementino, que hoje é contador do município. Quando eu lembro de 88, gente o que é que é isso? Esperar tanto assim, 6 meses e ainda assim você ter que ir nas escolas botar *durepox* na fechadura porque os colegas não são conscientes. Ninguém tinha credito no comércio, ninguém vendia fiado para servidor público, ao professor especial também e eu mesmo fui um dos que ia nas escolas tentar convencer os colegas para que não cruzassem os braços para pressionar a gestão. (Magno SANTANA, 2020, p. 13)

Os professores desenvolveram ações reivindicatórias, enfrentando as autoridades, realizam condutas de bloqueio, fechamento das escolas. O relato do professor, carregado de emoção e questionamentos, refere-se ao posicionamento do movimento docente e a forma como alguns docentes participaram durante a greve. A questão da participação é interessante, reforça esse argumento. Uma outra situação vivenciada pelo Professor Joel Câmara, quando visita uma escola da rede para mobilizar os professores também chama a atenção e ilustra um pouco o papel das lideranças da associação de professores durante a greve:

Teve uma escola que eu consegui entrar, consegui tirar alguns professores que participavam das assembleias, participava da assembleia, nesse dia aqui e no outro não, ia dar aula. Alguém olhou para mim assim e deu um toque assim com o dedinho apontando para a direção. Eu sem entender nada. Quando eu perguntei quantos professores nós temos aqui? “não está faltando hoje ninguém não”, eu vi alguém piscando o olho para mim, eu disse “ai tem”, abri o banheiro da escola e tinha lá uns 3, 4 professores amontoados, colado um no outro. Foi uma vergonha, uma vergonha grande para os professores nesse dia. Eu falei, bem constrangido, “gente, a educação

não se faz com apenas livros de conteúdos didáticos não, educação se faz com o exemplo do professor para seus alunos, não há exemplo maior, não há grandeza maior, não há livro no mundo que pode propiciar o aluno a grandeza da conscientização social, porque ele vê seus professores na luta, enchendo as praças, as ruas em defesa da sua dignidade”. (Joel CAMARA, 2021, p. 08)

Notamos nas falas uma certa preocupação com o aspecto da participação que envolve situações da vida e qual sua finalidade, pode-se inferir que existem várias formas de participar, como: observar, falar, conviver, cumprir papel social e tomar decisões. O relato acima aponta o fato da maioria dos professores não estarem na escola, ou seja, uma grande adesão à greve. A partir daí podemos supor que a maioria estava fazendo a paralisação acontecer, buscando nas diferentes formas de participação mecanismos que pudessem reforçar a greve. Outra tese que podemos argumentar é que a paralisação não pode ser vista como uma ação de fechamento das escolas ou da ausência do trabalho do professor, ele envolve toda uma dinâmica que visa movimentar a educação de forma dinâmica e reflexiva.

Outro embate importante para a categoria, que cabe lembrar, refere-se a falta de dinheiro necessário para manter a carreira, o lazer, a família, comer, pagar as contas. Os entrevistados Edilene Araújo, Magno de Santana e Joel Câmara lembram que a falta de pagamento é associada a outras situações. Adeilda Souza, resume um pouco essa situação “*não tinha como manter movimento sem dinheiro pra tirar cópia de material quem dava era a diretoria*”. Segundo eles, com relação a esse cenário os professores realizaram vaquinhas, o que na época era chamado de pedágio, colocavam um grupo em locais estratégicos da cidade como na frente de estabelecimentos comerciais, o dinheiro arrecadado era para financiar a luta apesar de ter pessoas passando fome.

A indiferença do poder público em relação a condição dos professores estava vinculada a diferentes demandas abrir mão de momentos chave está com a família nos finais de semana ou até mesmo a fome, muitos trabalhadores só tinham na docência a única fonte de renda e quando trabalhavam e não recebiam um dos recursos mais expressivos era a greve. O certo é que a ação desses professores exerceu forte pressão sobre o governo, a prefeitura e as ruas eram o palco das manifestações e em um desses acontecimentos os professores foram informados que a falta de recurso era de responsabilidade do Governo do Estado.

Na época, a associação docente pressionou e conseguiu uma audiência com o Governador do Estado Waldir Pires, eleito pelo PMDB, para o período de 1987 a 1990, rompendo um breve período a hegemonia do Carlismo na Bahia. Um grupo de professores tomou conhecimento de um evento no Centro de Convenções da Bahia com a participação do

chefe do executivo estadual e numa ação inusitada, lembrada como um evento heroico pelos entrevistados, decidiram levar o prefeito de Candeias para esclarecer a situação da falta de pagamento do salário dos professores. Edilene Araújo descreve a situação:

Tivemos a informação de que o governador Waldir Pires não estava repassando [**o recurso da educação para o município grifo nosso**], resolvemos contratar vários ônibus e praticamente sequestramos o prefeito e levamos até o Centro Administrativo e colocamos frente a frente governador e prefeito para resolver o impasse. (Edilene SANTOS 2019, p. 05)

Coincidente ou não, essa atitude de procurar o gestor estadual, à época candidato ainda, também foi uma ação promovida pela APLB, antes. De acordo com Santos (1995), em 1986, a associação define duas frentes de atuação. A primeira refere-se as questões que ficaram pendentes na proposta apresentada, a partir da greve de 48 dias em 1985: plano de carreira, eleições direta para diretores, piso salarial, pagamento em dia do salário, enquadramento dos professores regentes auxiliares. A segunda ação tomada, foi procurar o futuro candidato a Governador do Estado, Waldir Pires, que nas pesquisas de intenção de votos aparecia com certa vantagem os professores entregaram uma carta com as reivindicações explicitadas na tentativa de formalizar uma certa solicitação antes mesmo da eleição.

A relação com estratégias de luta semelhantes a situação no Estado, também é observada na rede municipal em Candeias. Na fala abaixo, o professor Joel Câmara utiliza a seguinte frase “*Precisamos então levar o prefeito até o governador*” quando essa movimentação acontece Waldir Pires já tinha sido eleito governador do estado. Para o professor de Candeias, essa ação é uma forma de buscar esclarecer o que até então estava acontecendo, não só para resolver o atraso no pagamento, mas para denunciar as práticas existentes na educação da cidade e, de certo modo, expressar a participação do movimento docente.

Em uma demonstração força e mobilização, pressionado pela categoria, os professores conseguiram levar prefeito a sentar na mesa frente a frente com o governador para resolver o impasse. Esse acontecimento, mesmo que de forma tempestiva, conforme registra o professor Joel Câmara, mostra a articulação que a luta tinha, o que se pretendia naquele momento era resolver o impasse no pagamento e as reivindicações, chegando ao governador do estado esta iniciativa colocou em xeque a credibilidade da gestão municipal, ao mesmo tempo representou uma alternativa ao fim da greve que já se arrastava por meses.

A proposta apresentada aos professores previa alterar a arrecadação líquida do município. O professor Joel Câmara nos relata como ocorreu o processo de pagamento, a ideia

foi fazer uma espécie de antecipação de receita como ICMS, IPVA e submeter as receitas do mês subsequente e parcelar essa antecipação. Candeias é conhecida pelo cinturão industrial, a arrecadação líquida é considerada alta, comparando com outras cidades que compõem a Grande Salvador, o que de certo modo viabilizou a aprovação da proposta.

A greve já avançava por mais de seis meses. Em setembro daquele ano aconteceu mais uma rodada de negociação, dessa vez o grupo foi recebido pela Secretária de Educação, Maria Augusta, para redefinir o cronograma de repasse. Para Edilene Araújo, o acordo feito na presença do governador, com o pagamento de dois meses de salários atrasados foi uma festa na cidade.

Com esse resultado, o ano de 1988 pode ser considerado crucial na vida do movimento docente em Candeias, entre os meses de março e setembro, várias manifestações, passeatas, assembleias ocorreram e o inevitável cancelamento do ano letivo aconteceu devido o prolongamento da greve e dos acordos não cumpridos. Esta situação é inédita na educação de Candeias e poder ser considerada também no estado quando se estuda a história do sindicato de professores na Bahia, em todo material pesquisado não foi identificado nenhuma greve de participação docente que encerrou o ano letivo. A fala do professor Joel Câmara resume essa situação *“a primeira cidade que eu conheço no Brasil que o ano letivo foi cancelado por conta da greve de professores”*,

Tal afirmação não tem a pretensão de confirmar a vitória da categoria, nem tão pouco minimizar as conquistas realizadas ou apresentar os prejuízos para o alunado em um ano letivo não validado, mas expressar como os atores e instituições envolvidos, direta e indiretamente participaram do processo. Assim, é importante dá visibilidade as experiências de professores e professoras, no que tange à percepção acerca da participação, no seu cotidiano de trabalho, na organização e valorização da categoria, pois em um período de repressão política fazer organização docente, promover as lutas, greves, paralizações, confrontar o sistema foram barreiras muito interessantes que esse movimento conseguiu romper.

Na realidade, as greves são marcas registradas de toda organização sindical e com a (APC) não seria diferente. A paralisação de longo tempo, repleta de acontecimentos e de estratégias de mobilização da categoria foi um marco na história do movimento docente em Candeias. A luta pela valorização profissional e a precariedade das condições de trabalho, aliadas ao contínuo crescimento da insatisfação dos professores, configurou num conjunto ideal de condições sociais para o crescimento da atividade política de cunho corporativo, a qual resultou na greve. O professor Luiz Cezar Miranda, mais um dos entrevistados, à época não

participou da greve na condição de professor, porém nos conta detalhes do que conseguiu acompanhar desse evento na sua adolescência.

[...] inclusive teve uma greve que eles (os professores) fizeram que durou um ano. Durou um ano a greve, isso na gestão do prefeito Eliodoro de Jesus, o primeiro prefeito eleito de Candeias, depois da Área de Segurança Nacional, é porque não existia eleição direta para prefeito em Candeias e depois de muita luta passou a termos eleições para prefeito. Eliodoro de Jesus que era o baluarte da luta pela eleição direta no auge do MDB, que o MDB estava no auge naquele momento. Era o partido que lutava contra ditadura militar nas eleições para prefeito de 1985. APC nesse período também estava constituída e teve vários problemas no setor educacional. O secretário de educação naquele período era João Gualberto Souza que está até hoje no município. Infelizmente o Teodoro de Jesus já faleceu. É sobre um embate muito grande para a categoria e o município, e houve uma greve que durou 1 ano. Eu me lembro desse período, dos embates, das lutas, das manifestações. Eu não estava dentro, mas observava muito isso. Depois do fim da gestão de Teodoro de Jesus a APC também era... não sei o motivo propriamente, ela começou a enfraquecer, enfim. E até ela foi desnutrindo até desaparecer. Não sei dizer a você especificamente o que aconteceu. (Luiz Cezar MIRANDA 2020, p.03)

De certo modo, a greve expressou demandas fundamentais que estavam reprimidas durante anos, descontentamento social e político e precisa ser estudada em profundidade, em outros trabalhos acadêmicos. Em síntese, essa experiência revelou a força do movimento docente em Candeias, mesmo com limitação de pessoal, recurso financeiro, más condições de trabalho os professores conseguiram o feito histórico promover de forma organizada o primeiro movimento de resistência docente em Candeias num contexto completamente adverso.

Outro elemento potencializador resultado da greve é o sindicato e, nesse quesito, é possível afirmar que naquele período a APC não tinha pretensões de ser um sindicato, mesmo contando com o apoio e a experiência da APLB-BA, as aspirações para isso surgem anos depois com o processo de dissídio coletivo, promovido pela própria associação. É justamente a ação grevista dos professores e o processo junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que dá vazão a atual gestão a criar um sindicato. Os passos para essa nossa fase do movimento docente serão discutidos na próxima seção.

4.2 O Sindicato dos Servidores Municipais de Candeias (SISEMC)

Na Bahia, o movimento docente do estado representado pela (APLB-BA), assimilando as mudanças no cenário nacional, é transformada em sindicato em 09 de julho de 1989,

conforme já foi sinalizado anteriormente. Segundo Santos (1995), essas mudanças ocorreram a partir da campanha “Muda APLB” aquele contexto representou um momento muito fértil de ideias centrada numa nova proposta para a entidade defesa da educação, luta pelo Estatuto do Magistério a nível estadual, organização dos professores nas bases.

No âmbito local, em Candeias, o vácuo produzido pelo término da greve sem conquistas efetivas, para além do pagamento dos salários atrasados, com o passar do tempo deixou no ar um clima de descontentamento, frustração e decepção pela luta empreendida. Em janeiro de 1989, após um processo eleitoral, toma posse em Candeias, David dos Santos Caldeira, do Partido da Frente Liberal (PFL), que já havia governado a cidade nos anos de 1979 a 1985, na condição de prefeito “biônico” e retorna ao cargo por meio de eleição direta para o período de 1989 a 1992.

Partes das reivindicações encaminhadas pelo movimento dos professores, inclusive, as recentes propostas aprovadas no estatuto, com vistas a estruturar a carreira docente de certo modo foram ignoradas. Para a nova gestão municipal, os riscos de novas paralisações eram eminentes e com a possibilidade real do envolvimento de outras categorias. Foi nesse cenário que, em 20 de abril de 1989, fundou-se o Sindicato dos Servidores Municipais de Candeias (SISEMC). Os relatos dos Professores Joel Câmara e Adeilda Santos, nos dão uma percepção mais apurada desse processo e demonstram em que condições e finalidades o sindicato foi criado:

Na época Senhor Armando e Arquimedes Pedreira eram os organizadores da associação de funcionários públicos, era uma Associação Beneficente de Servidores Públicos do Estado da Bahia. Arquimedes era ligado a essa estrutura da ditadura, uma pessoa ligada mais ao campo da direita, ao campo do atraso, foi lá ajudar a organizar uma associação de funcionários públicos. Qual era o objetivo central dessa associação de funcionários públicos do município de Candeias? É ilegítima a associação de professores de Candeias, a APC. Criar e impedir, fazer o confronto direto conosco, porque nós tínhamos já a categoria mais ou menos organizada. (Joel CAMARA, 2021, p. 08)

A professora Adeilda, a partir de um relato que se propõe expor uma visão mais direta, diz que na sua concepção o sindicato não representava os servidores, inclusive, pressupõe um tipo de participação corporativista, na medida em que o sindicato tem como meta não atender os interesses coletivos dos servidores.

Ele (o sindicato) nasce dentro dos laços dos vínculos mais voltado pra gestão municipal. Era um sindicato corporativo voltado para os interesses do gestor e não do trabalhador. Ele cria dentro desse próprio sindicato serviços pra prestar a comunidade barbeiro, cabelereiro, fazer unha mais nesse aspecto, não havia um serviço na luta e nem o interesse pelos direitos dos trabalhadores né então por isso, que ele se mantinha, porque ele tinha essa relação e os próprios diretores era tudo liberado pela prefeitura,

era um vínculo mesmo corporativo não havia luta nesse sentido. (ADEILDA SOUZA 2020, p. 04)

Nessa época, conforme relato dos entrevistados, a principal atividade desenvolvida pelo sindicato concentrava-se no ramo da estética: manicure e pedicure, serviços que na prática estão distantes das finalidades de um sindicato, vale frisar que, até os dias atuais, essa atividade ainda se mantém dentro do sindicato, mas é certo que a fala da professora foi dedicada a provocar a direção do sindical diante de uma postura tão passiva frente as pautas urgentes da categoria, reposição de salários, melhores condições de trabalho e das conquistas obtidas no Estatuto do Magistério que não eram debatidas. Observa-se que nos primeiros anos de atuação, na visão dos entrevistados, existia uma certa dose de “neutralidade” do sindicato, ele não se propunha a ser o elo de defesa dos servidores, nas disputas entre a gestão municipal e os trabalhadores, evitando sempre o conflito e não dando conta de defender os interesses da categoria que dizia representar.

Diferente da criação de outros sindicatos que ocorreram no Brasil, com forte participação dos trabalhadores, envolvendo um conjunto de reuniões, passeatas, manifestações e desejo de mudança nas condições de trabalho da categoria representada. O sindicato dos servidores em Candeias surge de forma reservada, criado dentro de uma sala, sem nenhuma participação popular. As falas dos depoentes indicam que o sindicato nasceu também com objetivo de barrar o movimento dos professores e desarticular possíveis mobilizações da categoria.

O primeiro presidente do sindicato foi o senhor José Jalma Braga de Lima, ele presidiu a instituição por mais de 10 anos, durante o trabalho de campo não foi possível entrevistá-lo devido a seu falecimento, e Maria Bandeira professora de Educação Física da rede municipal da Candeias atuou como vice presidente na primeira gestão e depois assumiu a direção.

No levantamento realizado, não encontramos nenhum registro ou ata de como foi realizado a escolha da diretoria, se por eleição ou outro tipo de seleção, a partir de algumas informações adquiridas por meio das entrevistas aos professores, é possível apontar que para compor a direção do sindicato as pessoas foram convidadas. A falta de documentos desse período também não nos permite afirmar como era a estrutura do sindicato, número de filiados, arrecadação mensal, quais foram as primeiras pautas de reivindicação. De acordo com as entrevistas realizadas, conseguimos construir a seguinte linha do tempo: 1º Presidente José Jalma Braga de Lima; 2º Presidente Maria das Graças de Casto Bandeira; 3º Presidente Maria

de Lurdes, 4º Presidente Claudia Pimentel Cavalcante Evangelista e 5º Presidente Juscelino Santos atual.

O único documento que, durante a pesquisa tivemos acesso, em visita ao SISEMC, foi o Estatuto do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Candeias, através do atual presidente. Embora seja um documento datado de 20/02/2015, segundo ele já aconteceram algumas reformulações não sendo possível ter acesso a primeira versão, com a finalidade de tecer uma análise mais criteriosa das mudanças que ocorreram na instituição. Como podemos observar, a complexidade presente na organização do sindicato, desde a sua constituição, cria expectativas em relação à reformulação nos quadros de direção. Esse ponto foi crucial para o movimento docente nos próximos anos que vai lutar pela direção da instituição.

Em 1989, aconteceu o primeiro momento de tensão entre o sindicato e os servidores. Segundo o Professor Joel Câmara, os professores ainda reivindicam direitos não atendidos durante a greve e decidiram entrar com uma ação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um dissídio coletivo.

Foi então que nós entramos com um dissídio coletivo, primeiro dissídio coletivo, que mais tarde foi proibido. Tivemos o primeiro dissídio coletivo em Candeias, entramos em dissídio coletivo aqui no TRT. Foi aí então que o presidente do TRT veio aqui várias vezes, procuramos o presidente do Tribunal de Justiça, o procurador geral de justiça, procuramos o Tribunal Regional do Trabalho, procuramos todos. Foi quando teve uma audiência de conciliação, nessa audiência de conciliação o prefeito mandou o preposto dele, os advogados, apresentou a preliminar de ilegitimidade porque a associação não tinha legitimidade, tinha o sindicato de servidores públicos que eles criaram. (Joel CAMARA, 2021, p. 08)

A estratégia adotada pela gestão municipal, valendo-se da legislação nacional vigente, ao criar o sindicato dos servidores em Candeias como entidade de classe, com objetivo de barrar o processo de dissídio coletivo, parece que foi bem sucedida, uma vez que a representação legal dos servidores deveria ser feita pelo sindicato e não pela associação, que era a responsável pela organização do movimento e representação dos professores.

Na edição do Jornal Folha do Recôncavo, de março de 1998, o periódico apresentou a seguinte matéria “*Sindicato pelego luta contra aumento de salário dos professores*”. Segundo a matéria, o Senhor José Jalma Braga Lima apresentou documentos a justiça do trabalho, no qual constava um acordo entre a prefeitura e o sindicato, já havia ocorrido uma negociação para garantir o aumento dos professores e que o sindicato se colocava inteiramente contra qualquer reajuste para os trabalhadores em educação. A nota ainda utiliza a expressão APC/sindicato

numa tentativa de valorizar a atuação da associação e como era de se prever, sem representação jurídica reconhecida perante o TRT, os docentes perderam a causa e retornaram à sala de aula sem o tão esperado reajuste de salário.

E, antes mesmo que os professores pensassem em criar um outro sindicato para esboçar uma nova ação, o prefeito valendo-se da Constituição Federal (1988), Capítulo IV, Dos Municípios, Artigo 29, aprovou em 05 de abril de 1990 a Lei Orgânica Municipal que regula a atuação do sindicato e praticamente limita toda e qualquer ação sindical de categorias específicas do funcionalismo público que não fosse realizada pelo sindicato dos servidores municipais de Candeias.

Art. 44. É livre a associação profissional ou sindical do servidor público Municipal, na forma da Lei Federal, observado o seguinte:

I – haverá uma só associação sindical para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações, todos do regime estatutário (grifo nosso);

II – é assegurado o direito de filiação de servidores, profissionais liberais, profissionais da área de saúde à associação sindical de suas respectivas categorias;

III – os servidores da administração indireta, das empresas de economia mista, todos celetistas, poderão associar-se em sindicato próprio;

IV – ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas (grifo nosso);

V – a Assembleia-Geral fixará a contribuição que será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em Lei;

VI – nenhum servidor será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado ao Sindicato;

VII – é obrigatório a participação do Sindicato nas negociações coletivas de trabalho;

VIII – o servidor aposentado tem direito a votar e ser votado no Sindicato da sua categoria;

IX – ao servidor Municipal eleito para ocupar cargo em entidade sindical, fica assegurada a sua licença, sem prejuízo dos seus vencimentos;

Art. 45. O direito de greve assegurada aos servidores públicos Municipais, não se aplica aos que exercem funções em serviços de atividades essenciais, assim definidos em Lei.

Art. 46. É assegurada a participação dos servidores públicos Municipais, por eleição, nos Colegiados da administração pública, em que seus interesses profissionais ou previdenciários, sejam objetos de discussão e deliberação.

Art. 50. É livre o direito de associação profissional e/ou sindical e direito de greve. (Lei Orgânica Municipal, 1990)

O enquadramento sindical fazia parte da estratégia da gestão, a lei foi fundamental para alcançar os objetivos de controle da massa de trabalhadores do serviço público da cidade, a partir de sua entidade, ou seja, as transformações no movimento sindical mesmo com a aprovação da lei se davam pelo sindicato, que representa todas as categorias. Praticamente esses acontecimentos prejudicou ainda mais a atuação da associação. O resultado do enfrentamento

motivou a desmobilização da participação da APLB-BA e o afastamento do presidente da entidade, Joel Santana Câmara, apesar de já ter um período trabalhando na rede com professor, o seu vínculo trabalhista era precário e, até então, não detinha da estabilidade no serviço público. Edilene Araújo dos Santos resume esse acontecimento:

Foi quando ele [**Joel Santana Câmara, grifo nosso**] foi contratado pela APLB, Joel passou a ser contratado da APLB e a gente aqui em Candeias e mesmo assim Joel começou a trabalhar lá no Extremo Sul da Bahia então ele se afastou e nesse período. (Edilene SANTOS 2019, p. 05)

Apesar dos acontecimentos relacionados e da forma como os professores em Candeias seguiram alguns passos indicados pelo sindicato estadual, a APLB-Ba não conseguiu se firmar na rede municipal de Candeias. Não nos parece exagero supor que essa relação estava centralizada na figura do Professor Joel Câmara, desde que assumiu a presidência da APC, ele ganhou certa notoriedade no meio docente e a forma como conduziu alguns embates na cidade chamou atenção da APLB e como o mesmo se intitula “*eu sou uma figura orgânica do PCdoB*” a expressão utilizada nos dá a ideia de alguém que se movimenta, que procura fazer as coisas acontecerem.

Os fatos acima mencionados, apesar de não termos a intenção de aprofundar na especificidade da vida do entrevistado, podem ser vistos de diversas formas, primeiro que existe uma estratégia de sobrevivência em questão, pois, ao ser demitido, o professor perde a sua fonte de renda e ele precisa sobreviver, segundo que a lei orgânica engessa o sindicato e o terceiro ponto com a expansão do sindicato estadual docente para outros municípios era necessário pessoas específicas para articular possíveis ações da APLB na cidade e, em 1993, Joel Câmara foi eleito 2º Secretário Geral da Executiva Estadual da APLB, encerrando sua atuação docente em Candeias.

Vale lembrar que, nessa fase do movimento nos bastidores da mobilização dos professores, havia o apoio de duas legendas de esquerda, o PCdoB com presença marcante no movimento docente do Estado, não por acaso a maior parte da diretoria da APLB sindicato vem da base de militância do partido e o PT que na área industrial teve forte penetração no sindicato dos trabalhadores da Petrobras e terceirizados. A professora Edilene Araújo nos conta que, nesse período, a direção da associação esteve em disputa, ou melhor, nas palavras dela, houve uma espécie de “racha”, sem entrar em detalhes no que aconteceu.

Praticamente, a associação perde o poder de mobilização e articulação junto aos docentes, entretanto é possível sugerir que mesmo nos bastidores havia pequenas ações, se não

aquelas do silencioso trabalho no chão da sala de aula e de pontuais tentativas mais visíveis de contestação e de estímulo para o surgimento de novos atores e lideranças, tais como as professoras Edilene Araújo dos Santos, Adeilda Santos Souza, Margarida Sacramento ⁹e Jacira de Jesus Conceição e outros irão liderar a chapa de oposição na disputa pela direção do sindicato, em 1997.

Em 1996, já com a associação bem enfraquecida os professores criaram Movimento de Valorização dos Servidores Públicos e da Educação do Município de Candeias (MOVA-SE) em parceria com Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial de Candeias, Simões Filho, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde e Madre de Deus (SITICCAN), criado em 26 de março de 1989. A alusão as demais cidades embora a sede esteja localizada em Candeias, faz referências as regiões que integram parte da área industrial da região metropolitana.

Ao ser entrevistado, o Sociólogo e Professor Luiz Cezar dos Santos Miranda, em 21/12/2021, nos conta que o jornal informativo produzido não era uma instituição formal, legal, estatutária e sim um movimento social que atuava por dentro do serviço público, no sentido de mobilizar a categoria.

Ainda segundo o referido professor, nessa fase o movimento docente contava com o apoio do (SITICCAN). Na época, o sindicato era presidido por Pedro Carlos dos Santos, importante liderança sindical, eleito vereador, para a legislatura no período de 1997 a 2000, pelo Partido dos Trabalhadores, e que foi assassinado durante o mandato. Vejamos o que nos conta o professor Jair Cardoso dos Santos, ao descrever um pouco esse fato.

Pedro Carlos dos Santos, um vereador histórico de lutas. Para mim foi até hoje o parlamentar de Candeias mais atuante, mais aguerrido, mais comprometido com as lutas populares da cidade, o mais comprometido para mim foi ele. E foi assassinado em 10/05/1998, em circunstâncias até hoje não bem explicadas, a polícia conduziu como crime passional. (Jair CARDOSO 2010, p. 14)

No que tange ao assassinato, não nos cabe aqui apontar quais foram as principais motivações para crime, pois não temos elementos para tecer apreciações, o certo é que tanto

⁹ Durante a pesquisa de campo a professora Margarida Sacramento, uma das representantes do movimento docente em Candeias, teve atuação no do Programa Balanço Geral em 29 de abril de 1988, foi indicada por diversas vezes e por diferentes pessoas para ser entrevistada, entretanto, devido há alguns fatores externos e de agenda relacionados inclusive à pandemia não foi possível entrevista-la, até a conclusão deste trabalho. Reconhecemos a sua participação e importância no movimento docente investigado e registra-se a necessidade de entrevista-la para aprofundamento das questões apontadas na dissertação e em novos estudos.

para a representação sindical, quanto para os professores que buscavam se reestruturar e organizar novamente a associação, foi uma perda muito grande, sinalizada pelos entrevistados.

Retornando ao movimento docente, conforme apuramos, essa aproximação com o SITICCAN aconteceu por meio do reforço de laços de amizade, militância política e religiosa das lideranças, de acordo com Luiz Cezar dos Santos Miranda, além de responder uma das hipóteses levantadas na pesquisa sobre a participação dos petroleiros na forma de luta e participação dos professores, ou motivação pela luta empreendida junto aos servidores municipais especificamente da educação. No início da pesquisa, nos parecia supor que a motivação dos professores poderia ter sido impulsionada pela história dos trabalhadores da Petrobras. A construção do sindicato dos petroleiros certamente não foi um empreendimento fácil e no início da pesquisa havia indícios de que o movimento protagonizado pelos professores teve certa participação dos trabalhadores da Petrobras, até porque muitos dos servidores que compõem o quadro de profissionais municipais tiveram ou tem contato direto com esses trabalhadores, na condição de avó, pai, filho(a), vizinho(a), esposo(a). Na entrevista com o Professor Luiz Cezar dos Santos Miranda ele descreve um pouco dessa relação.

Não, assim, os petroleiros tiveram a participação mínima, quase nenhuma, por quê? Observe, na população de Candeias você não tem quase nenhum petroleiro, você tinha na década de 50 quando surge o petróleo na cidade, na exploração do petróleo, na construção da refinaria você tem Candeias como uma cidade petroleira, ou seja, muitos petroleiros que fundaram a Petrobrás moravam em Candeias só que isso ocorreu e eles estão aposentados. Quem é que trabalha na refinaria hoje na Petrobrás? Mora em Salvador. Você tem na ponta do dedo 1 ou 2 petroleiros que moram em Candeias. O SINDIPETRO, Sindicato dos Petroleiros não teve participação quase nenhuma. Já os terceirizados, não. Grande parte desses terceirizados moram em Candeias. Eles tiveram uma presença fundamental.
(Luiz Cezar SANTOS, 2020, p. 09)

Ao passar dos anos, pouquíssimas pessoas moradores e região de Candeias conseguem ingressar na empresa como servidores públicos, os cidadãos candeenses que conseguem trabalho vinculado a produção do petróleo são trabalhadores terceirizados, pois as exigências para fazer parte do quadro operacional das empresas são diferenciados e menos burocrático. Assim, o que se observou no início da associação foi muito mais a relação próxima com a APLB e o protagonismo e participação dos professores da cidade e, posteriormente, a relação estabelecida com o SITICCAN.

Em Candeias, o período em que o MOVA-SE se constituiu em 1996, foi um tempo difícil para a população candeense os servidores municipais ainda vivam o atraso de salário e férias vencidas, mas a parceria com o sindicato dos terceirizados deu um novo folego a luta

inclusive no sentido de divulgar as ações dos servidores e os passos da gestão municipal. Conforme nos conta o professor Luiz Cezar dos Santos Miranda.

O SITICCAN tinha uma gráfica, porque assim o boletim do sindicato era boletim semanal, então eles tinham uma demanda muito grande de boletim e assim rodava o que? 10 mil, 20 mil, porque era para a categoria inteira, você tinha que ter a refinaria toda, então você tinha uma demanda muito grande de panfleto. A gente pedia ao SITICCAN e o SITICCAN rodava e como a nossa quantidade era bem menor, a quantidade era bem menor, então eles rodavam para a gente e distribuía para a categoria. (Luiz Cezar SANTOS, 2020, p. 05)

A primeira edição novembro de 1997, a segunda edição fevereiro de 1998, a terceira edição dezembro de 1998 e a quarta edição outubro de 1999. Vale destacar que, os informativos eram produzidos pelos servidores ou militantes do movimento sindical à época foram importantes registros que denunciavam os acontecimentos na cidade: demissão de servidores; atraso de salários; assédio moral; aplicação dos recursos do FUNDEF; espaços públicos abandonados, além disso, outras matérias procuravam conectar os servidores com as agendas pautadas no âmbito nacional: reforma da previdência; Programa Bolsa Escola.

Vale lembrar que todas essas ações aproximavam ainda mais as lideranças docentes ao Partido dos Trabalhadores, ao mesmo tempo, em que é perceptível uma nova tendência em transformar a luta dos professores em um movimento mais combativo, após a conquista da diretoria do sindicato e também necessidade de organizar novamente a associação docente.

Em 1997, Antônia Magalhaes da Cruz é eleita prefeita de Candeias pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), em dois mandatos, de 1997 a 2000, e de 2001 a 2004. Essa gestão protagonizou disputas intensas com o movimento docente nos oito anos, como veremos a partir daqui.

Um aspecto que chama atenção diz respeito a forma como Igreja Católica teve certa influência e participação em Candeias na luta social e política. Entre as décadas de 1980 e 1990, era uma prática das paróquias e comunidades católicas contarem com a participação de grupos de jovens no desenvolvimento de atividades intereclesial e extra eclesial, motivadas sobretudo pelo movimento eclesial de base que formou uma juventude católica bem ativa politicamente. Um dos episódios dessa ação é revelado pela entrevistada Edilene Araújo, no caso a criação da “Pastoral Política”, na qual Frei Pedro junto com outros membros da igreja decidiram fundar um movimento de conscientização política, visando promover o debate entre os candidatos prefeituráveis e vereadores, distribuir panfletos. Na prática, segundo a professora, essa ação não foi muito bem vista pela Prefeita Antônia Magalhaes, além de ser a gestora da cidade era

católica, participante ativa das ações da igreja, inclusive, na disponibilização do erário público nas datas católicas mais importantes. Segundo ela, a prefeita exigiu a saída do frei da cidade, os motivos que levaram o afastamento do beato nunca foram esclarecidos para a comunidade, o certo é que a pastoral foi encerrada e as discussões dentro da igreja teve um caráter mais reservado, afirma a professora.

Durante o período de 1996 a 2000, o MOVA-SE foi principal instrumento de luta e resistência dos professores. As matérias denunciavam de modo recorrente as práticas despóticas promovida pela gestão municipal que oprimiam os trabalhadores. Depois de quatro edições, o informativo foi extinto e mesmo assim as denúncias impressas não pararam, os professores encontraram apoio em um outro informativo “Alarme!” do PT em Candeias, e continuaram registrando matérias sobre assuntos relacionados a educação da cidade.

Na edição de março de 1997, o Jornal Folha do Recôncavo apresentou a seguinte notícia “*Sem aumento*” a nota destaca que os funcionários públicos municipais da área administrativa amargam 14 anos sem aumento de salário, o último aumento aconteceu em 18 de março de 1993. Nessa época, os salários estavam tão defasados que, para corrigir os valores os professores, tiveram um reajuste de 100%. Conforme identificamos na matéria do mesmo jornal, em abril de 1998, “*Prefeitura dobra salário de professor*”. Segundo a matéria, um professor 20h nível I que recebia R\$ 123,00 (cento e vinte e três reais) passou a receber R\$ 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais). Ao que tudo indica, esse aumento foi o único registrado e pode ter ocorrido por força da lei federal por determinação do FUNDEF somente aos profissionais da educação, outros servidores públicos não tiveram reajuste.

Nesse período, outras categorias inconformadas com a situação na qual os servidores de Candeias estavam passando começaram a ensaiar algumas manifestações de forma isolada. Segundo Juscelino Santos, um grupo de vigilantes tentou fazer uma manifestação e foram duramente reprimidos pelo chefe da segurança, Senhor Renato e pela prefeita Antônia Magalhaes. Em meio a tantas pressões, mais um grupo começou a pressionar o sindicato, a Associação dos Agentes Comunitários de Saúde motivados pelo atraso de salários.

Ainda sobre o conteúdo veiculado no MOVA-SE, em novembro de 1997, ele faz um convite aos servidores municipais a conhecer o sindicato. A matéria de abertura “*Servidor! Você conhece o seu Sindicato?*” É um chamamento a todos os funcionários público da cidade a conhecer o sindicato, saber como ele funcionava e ao mesmo tempo apresentar a chapa de oposição que disputaria a direção do sindicato no ano seguinte: Edilene Araújo dos Santos – Presidente, Adeilda Santos Souza - Vice-presidente, Irene Borges Reis – Diretora Tesoureira,

Gilberto Gomes – Diretor Administrativo, Eugenia Reis – Diretora Social e Conselho Fiscal Jurandy Souza de Carvalho, Margarida Sacramento e Jacira de Jesus Conceição. Cabe mencionar que todos os membros aqui destacados são professores de rede, mostrando que o movimento docente passou a almejar claramente a direção do sindicato como uma estratégia importante para manter-se na luta.

A matéria ainda faz denúncias graves, falta de prestação de contas e desconhecimento dos valores descontados em folha dos servidores sindicalizados, além de indicar a possibilidade de uma eleição em curso, prevista para dezembro de 1997, sem afirmar o dia exato da realização e que o atual presidente José Jalma pretendia publicar o edital do pleito em jornais e locais de difícil acesso. Decididos a mudar a diretoria do sindicato as lideranças começaram a reorganizar os professores. Adeilda Souza nos conta como o grupo começou a estratégia de campanha:

Na realidade é o seguinte, como a gente já estava na luta eu, Edilene, Margarida e demais colegas resolvemos o seguinte: a gente resolveu organizar uma chapa para concorrer com a chapa atual, que era vinculada a prefeita Antônia Magalhaes na época, nós criamos essa chapa, fizemos uma campanha de filiação para que as pessoas pudessem participar, porque praticamente era carta marcada e nós fizemos toda uma luta. Nesse processo a gente conseguiu ganhar a eleição da diretoria que existia já há anos lá a serviços dos gestores. (ADEILDA SOUZA, 2020, p.06)

As propostas de atuação da nova chapa eram extensas e, para isso, precisavam antes de tudo convencer os servidores a se filiarem ao sindicato: plano de cargos e salários para todos os servidores; adicional noturno, de insalubridade e periculosidade, nos casos em que o servidor tivesse direito; garantia de transporte digno; assistência médico-odontológica; ticket refeição; boletim mensal do sindicato e prestação de contas anual do sindicato; atendimento jurídico aos servidores eram as demandas mais audaciosas com objetivo de mudar completamente a postura do sindicato municipal, nos conta a professora Adeilda. Segundo ela relata animada, com essa estratégia a chapa dos professores começou a ganhar visibilidade entre os servidores, pois só teria direito ao voto o servidor sindicalizado, mesmo que este fosse cargo comissionado.

Entretanto, se quisermos entender a origem do edital que garantia o processo eleitoral mencionado acima e, nesse caso, estabelecer um elo de ligação melhor com o contexto narrado, a fala de Edilene Araújo de imediato já nos esclarece:

[...] a gente descobriu em Feira de Santana. Uma professora viu o edital no jornal em Feira de Santana sobre a eleição aqui em Candeias, ela ligou para gente tomar ciência e foi difícil entramos na justiça para poder registrar nossa chapa foi a maior dificuldade e era empecilho pra tudo, negavam a nossa inscrição a gente chegou e

montou a chapa, eu fui presidente e Adeilda a vice e assim nessa eleição a prefeita Tonha Magalhães filiou a toque de caixa. (Edilene SANTOS 2019, p. 04)

Como era de se esperar, o processo eleitoral não ocorreu de forma tranquila, os professores tomaram conhecimento do edital, publicado em um jornal na cidade de Feira de Santana, ainda segundo o relato, o aumento no número de filiados durante o processo eleitoral “a toque de caixa” indica a adesão de pessoas ligadas à administração central para não perder a direção do sindicato, toda essa movimentação exigiu, inclusive, a intervenção da justiça para que as eleições ocorressem. Segundo os registros do boletim informativo de fevereiro do MOVA-SE de 1998, com a seguinte matéria: *Vitória da categoria! Chapa 2 ganha a eleição do Sindicato dos Servidores Municipais* com o resultado: chapa 02 – 178 votos; chapa 01 – 121 votos; votos em branco – 01; votos nulos – 03; total da apuração – 303 eleitores votaram.

Depois do resultado, a diretoria eleita passou a lutar pelo direito de posse e decidiram então denunciar a permanência indevida do antigo grupo na direção do sindicato na Redação do Jornal *A tarde*, ela foi noticiada em 10 de março de 1998, com o seguinte título “*Diretores impedidos de assumirem em Candeias*”. Nela, as sindicalistas fazem um pequeno balanço do pleito, denunciando alguns subterfúgios realizados pela chapa da situação, ligada como de costume à administração central da prefeitura. Segundo eles o ex-presidente desapareceu com as chaves do sindicato, impedindo a nova diretoria de ter acesso a sede e a possíveis documentos da instituição.

De acordo com a nova direção, desde a sua criação em 1989, a administração do sindicato sempre esteve vinculada a prefeitura, visando sempre o interesse próprio. A meta da nova diretoria é trazer autonomia para o sindicato. As denúncias no meio impresso também é notícia em outros jornais, em fevereiro de 1998, o Jornal Folha do Recôncavo, com a matéria intitulada “*Depois de nove anos, Sindicato dos Servidores realiza sua primeira eleição*”. Nela, a sindicalista Adeilda dos Santos Souza, na condição de vice-presidente, nos conta que no município existia mais de três mil servidores municipais, o sindicato contava com apenas 400 associados, pois segundo ela a maioria se desfilou da instituição porque a entidade não defendia os interesses dos trabalhadores.

A determinação dos professores em garantir administração do sindicato era uma afronta a atual gestão e representava não só a mudança na direção da instituição, mas sim um passo importante na mesa de negociação junto a gestão municipal e dava aos servidores mais autonomia e condições legais de sentar e discutir questões fundamentais dos trabalhadores, de acordo com as professoras entrevistadas.

De acordo com Santos (2020), somente no dia 13 de março de 1998, o grupo vencedor consegue entrar no sindicato e tomar posse. O relato da professora Edilene Araújo, com riqueza de detalhes nos apresenta uma versão diferente, de fato a nova diretoria até consegue entrar no sindicato, entretanto eles não conseguem se manter ao ponto de promover uma administração e realizar as mudanças tão esperadas. Vamos a ele:

Não tinha comissão eleitoral, não foi formada, porque quem tinha que dá posse a gente era a comissão eleitoral, nós entramos na justiça para a comissão eleitoral dá posse, eu me lembro que o promotor falou assim, olhe professora enquanto Antônio Carlos Magalhães (ACM) estiver vivo e a prefeita de vocês ser Antônia Magalhães que é cria de ACM vocês não vão ganha nada na justiça, esqueça a justiça porque não vai ganhar. O promotor de Candeias andava com o botom de Antônia Magalhães a família dele toda empregada na prefeitura cargo comissionado sem contar que a prefeitura mantinha todo o fórum aqui em Candeias, com transporte, gasolina, funcionário todas as regalias que o poder judiciário precisava era tudo atrelado os poderes aqui o executivo e judiciário era atrelado, então você não tinha como ganhar. (Edilene SANTOS 2019, p. 05)

Mesmo assim, a ausência de uma comissão de posse era uma situação nova que coloca em xeque o processo eleitoral, que já havia começado de forma bem conturbada. É possível sugerir que a ausência do estatuto ou talvez a falta de conhecimento dele ou do edital do pleito tenha corroborado para eleição acontecer sem a comissão e esse mesmo argumento depois foi utilizado para invalidar todo o processo.

Embora as colocações acima digam respeito ao processo eleitoral e das inúmeras investidas, boicotes e sabotagens para não validar resultado e impedir que a nova diretoria tenha acesso ao sindicato, de acordo com a entrevistada. Não podemos deixar de perceber nas entrelinhas da fala a relação da atual gestora com o poder judiciário e personalidade do meio político importante do estado. A fala da professora revela como a política do Carlismo¹⁰ operava no estado da Bahia construíram sua base para se manter no poder, utilizando das mais diferentes estratégias inclusive ações questionáveis.

Em relato emocionado, cheio de detalhes, Adeilda Souza e Edilene Araújo nos conta o resumo dessa epopeia, na qual eles ganham a presidência do sindicato e como é dito no jargão de futebol “ganharam, mas não levam”.

A gente ganha a eleição, e o que acontece. A prefeita determina, fala pra o presidente que era atual seu Jalma, que não deixasse a gente tomar posse nem entrar no sindicato. E começa uma briga, uma confusão da gente, porque a gente queria entrar no sindicato na marra, tomar documento, fazer tudo, porque a gente, legitimamente! a gente tinha

¹⁰ MUNIZ, MENECA. As veias Abertas do Carlismo. Salvador: Editora Impresso Brasil, 2ª ED., 2001

ganhado a eleição e ele não queria ceder. O que acontece a gente pensa até em arrombar o sindicato entrar enfim. Toda essa dinâmica, né? Pra poder conseguir entrar no sindicato, a gente praticamente não consegue entrar no sindicato. (ADEILDA SOUZA 2020,04)

O relato de Edilene sobre a mesma questão é ainda mais revelador:

[...] a gente estava esperando a sede do sindicato abrir para tomar posse, os vizinhos ficavam olhando para poder ver. Um dia ele abriu ligaram para a gente, corremos e tomamos posse invadimos o sindicato em seguida o presidente acionou a polícia militar, foi tanto policial naquela sede, até a Choque apareceu e em seguida fizeram uma nova assembleia, anulando a eleição (anterior) para fazer uma nova eleição e o resultado a prefeitura organizou todo o pessoal dela cargo comissionado. Só eu (Edilene) fui enfrentar, olhei cara a cara todo mundo lá, todo mundo com a cabeça baixa sem poder me encarar e fizeram uma votação para ter uma nova eleição. (Edilene SANTOS 2019, p. 05)

Porém, a maior sabotagem foi a anulação da eleição sindical sem um argumento específico, com esse desfecho a prefeita mostrava a sua “força” perante à categoria em prol de interesses político-partidários, lembrando que esta foi encerrada em uma assembleia sem a participação da chapa de oposição, que tinha o mesmo nome do informativo já citado, MOVA-SE.

Na segunda eleição, apenas a chapa da situação concorreu e assumiu a direção do sindicato: Maria Bandeira – Presidente, Maria de Lourdes Pinheiro – Vice-presidente, Ana Tavares – Tesoureira, José Braga de Lima – Diretor Administrativo. Para os professores, líderes do movimento supostamente derrotado, numa virada de mesa, a disputa pelo sindicato ganha um novo capítulo, em 29 de abril, de 1998, as professoras Edilene Araújo dos Santos, Adeilda Santos Souza e Margarida Sacramento foram ao Programa Balanço Geral¹¹, noticiário da TV local, com transmissão para todo estado da Bahia, no horário do meio dia, denunciar o atraso no pagamento dos salários dos professores, bem como as ações encontradas pela nova diretoria em tomar posse do sindicato. Depois dessa iniciativa, vejamos o que aconteceu:

Gerou o inquérito administrativo nós tivemos a suspensão imediata e ficamos sem salário Eu, Adeilda e Margarida que foi ao Programa de Raimundo Varela, Balanço Geral. Margarida como ela morava em Salvador ela foi cedo para pegar a ficha e dentro de acordo ao caso fosse pertinente para entrar ao vivo na TV. Ela ligou pra gente ir e disse vocês estão na pauta do meio dia, então a gente foi correndo pra

¹¹ *Balanço Geral* é um programa jornalístico e formato de jornalismo local brasileiro da Record TV e suas emissoras, cada uma com um estilo diferente de apresentação e foco jornalístico que varia entre jornalismo policial e comunitário, além de pautas e quadros de forte apelo popular. Originou-se em 1985 na TV Itapoan de Salvador, Bahia, apresentado por Fernando José, a partir de um programa radiofônico de mesmo nome oriundo da Rádio Sociedade da Bahia.

Salvador e nesse interim nós estávamos suspensas e não poderia participar da nova eleição, então não houve eleição nenhuma e chapa que perdeu realmente ficou no sindicato com essa manobra o pessoal começou a ficar com medo de participar nessa situação e a chapa que perdeu ficou no sindicato. (Edilene SANTOS 2019, p. 07)

A participação das professoras na televisão gerou grande repercussão na cidade, elas não perderam a oportunidade de denunciar o que estava acontecendo, o desrespeito ao processo da luta democrática. Segundo Santos (2020), a resposta da administração veio de forma rápida no dia 30 de abril de 1998, a prefeita editou um decreto nº 18/98, afastando as três sindicalistas, servidoras de carreira do município por 60 dias, determinando que elas ficassem sem salário e mandou abrir processo administrativo nº 1377/98, contra as três, posteriormente demitindo-as, sem que elas sequer fossem comunicadas deste ato.

Por outro lado, toda essa situação deixou os professores com receio de promover qualquer manifestação, é possível mencionar que houve um certo silenciamento da categoria, as professoras ao assumir posição de enfrentamento a favor de um coletivo foram obrigadas lutar pela sobrevivência de forma individual. Vale lembrar que perseguir lideranças sindicais, decretar prisões, promover inquéritos administrativos de forma arbitrária era uma prática comum promovida pelo Estado, o fato é este tipo de situação em Candeias não é uma ação isolada. Segundo Ivo (2008), o próprio Sindipetro/Refino, em abril de 1964, teve sua sede invadida pelo Exército Brasileiro, o presidente da instituição acabou sendo preso como uma forma de intimidação da categoria.

Com a visibilidade em alta, as três representantes dos professores não escaparam das perseguições e conflitos ao assumir publicamente posição contrária a prefeita e o inquérito administrativo foi instaurado. Adeilda faz um relato detalhado do processo e nos apresenta outros elementos. Transcrevo, logo abaixo, suas palavras:

Tem o inquerido administrativo usando uma lei da década de 70 da ditadura militar, e pra poder exonerar a gente, a gente não podia se dirigir a autoridade máxima que era a prefeita. Então pega esse item da lei que nem procedia mais pra poder exonerar a gente em 1998, então assim a partir daí a gente se manteve cada um começou, a parti disso esfria um pouco o sindicato porque as pessoas passam a ter medo. Primeiro porque nós fomos exoneradas, segundo porque mataram o vereador. Então isso dá um esfriamento na cidade na luta dos trabalhadores, termina as pessoas recuando, recuando, recuando. (ADEILDA SOUZA, 2020, p. 04)

Ao que tudo indica, a lei apontada é uma referência ao Estatuto dos Funcionários Públicos de Candeias, aprovado em dezembro de 1975, na gestão do prefeito Matheus Fainstein que governou a cidade entre os anos de 1975 e 1976. Segundo Santos (2008), era um

desconhecido da população. A escolha dessa lei como mecanismo para punir as professoras não é por acaso, ela foi criada no contexto da ditadura militar e cabia a prefeita determinar a instauração de processo administrativo, com base no artigo Art. 225º- O Prefeito poderá suspender preventivamente o funcionário até 90 (noventa) dias, desde que o afastamento deste seja necessário para averiguação das faltas cometidas. Findo este prazo, cessarão os efeitos da suspensão, ainda que o processo administrativo não estivesse concluído.

Hoje temos a definição de que o processo administrativo foi concluído e as professoras foram demitidas porque tiveram coragem de posicionar-se abertamente contra o “poder” político local. Ao questionar alguns dos entrevistados sobre a demissão, os relatos apontam que não existiu nenhum argumento que justificasse a pena capital aplicada a elas. O Professor Magno nos conta a sua visão: *“Na época da atual gestora que as meninas infelizmente foram exoneradas, de maneira até arbitrária, essa que é a verdade, mas isso no nosso município não é novidade”*. O Professor Jair Cardoso também apresenta a sua versão *“forjaram um inquerido administrativo só para legitimar a demissão, a exoneração delas!* Por outro, convém lembrar que perseguir professores, trabalhadores, líderes sindicais utilizando mecanismos na legislação brasileira é uma prática comum é sempre utilizada pelo governo quando se sente ameaçado.

A esse respeito temos como exemplo o 31 de março de 1964, quando os militares assumem o poder a ação repressiva aconteceu nas organizações sindicais e suas lideranças. Hoje mais recentemente os professores em Candeias vivem um clima de tensão principalmente aqueles já aposentados e que ainda continuam em atividade devido as alterações presentes na Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência, que além de perder diretos, podem também ser demitidos.

A ação judicial promovida pela prefeita na época teve impacto direto na organização dos professores a demissão delas estremeceu todo o movimento docente e pairava no ar um sentimento de punição para as lideranças que tiveram a atitude de enfrentar a atual gestão. Para as representantes dos professores, só restava lutar pela permanência no trabalho. Conforme apuramos nas falas de Edilene e Adeilda, nessa época já eram filiadas ao PT, elas então procuraram o Deputado Nelson Pellegrino na expectativa de conseguir um advogado, que logo entra com o mandado de segurança. Vale lembrar que, não temos o nome completo do advogado o registro aqui descrito é baseado na fala das duas professoras.

Preocupadas como andamento do processo elas então decidiram convidar Jair Cardoso dos Santos, porque além de ser professor, conhecer a rede municipal, é também advogado para

atuar em processos envolvendo docentes devido à experiência na APLB. Segundo Santos (2020), em 2012 a ação foi concluída e todas puderam retornar ao serviço público.

O resultado da sentença proferida em 06 de abril de 2011, pelo Juiz Bel. Almir Lélis de Lima, Juiz de Direito da Comarca de Candeias, Vara da Fazenda Pública. Autos do processo: 0000020-442000 805 0044, nos dá uma dimensão dos argumentos apresentados pelo magistrado para reintegração das professoras, vamos a ele:

Em suma o procedimento administrativo disciplinar foi instaurado por Decreto e não através de Portaria, sem que fosse procedido de sindicância, no qual não consta descrição, ainda que sucinta, dos fatos articulados; não consta das notificações a descrição dos fatos para que as servidoras envolvidas pudessem formalizar sua defesa; o relatório apresentado é omissivo, não opina sobre a tese da defesa e indica a aplicação de sanção por procedimento irregular e insubordinação grave (Art 216. IV e VII da Lei municipal 175/75); a autoridade administrativa não proferiu decisão acolhendo ou não o relatório, decidindo tão somente editar os decretos já reportados sem a devida publicidade, impedindo que as interessadas pudessem manejar os recursos disponíveis.

Isto posto e por tudo mais que consta dos autos, uma vez que foram violados dispositivos constitucionais atinentes ao princípio do devido processo legal (art. 5º, LV da CF) e da moralidade, impessoalidade, publicidade dos atos administrativos, rejeito as preliminares arguidas e JULGO PROCEDENTE a ação para NULIDADE ABSOLUTA do Processo Administrativo Disciplinar nº 1377/98 instaurado contra as demandantes, especialmente o Decreto nº 018/98 e 019/98 de 30/04/1998 e Decretos nº 044/98. 45/98 e 046/98 de 20/08/1998 ao tempo em que determino imediata REINTEGRAÇÃO das autoras ao quadro de Servidoras da Secretaria Municipal de Educação, assegurando que percebam vencimentos compatíveis com a função exercida, sem prejuízo de pagamento de vencimentos atrasados a partir da edição do Decreto 018/98, condenando ainda o Município ao pagamento de honorários de sucumbência correspondente a (05) salários mínimos, além das custas processuais.

A reintegração das professoras encerra um ciclo de luta e abre espaço para novas ações. Outra manifestação que apareceu de forma recorrente na fala de quatro dos entrevistados, e que merece nossa atenção é: “O Enterro da Educação”. Embora, a partir das entrevistas realizadas, não foi possível precisar quando a manifestação aconteceu, os registros localizados no Jornal *O Candeeiro* de abril de 2011, apresenta a seguinte nota. Segundo o Jornal, Profª Adeilda (Diretora Social): Militante histórica, ganhou destaque quando encarou a administração da então prefeita Tonha Magalhães, organizando protestos (enterro da educação) e denunciando irregularidades. Ao que tudo indica essa movimentação pode ter acontecido no segundo mandato da prefeita entre os anos de 2001 a 2004.

A estratégia adotada pelos representantes docentes foi mostrar a morte da educação pública pelas ruas da cidade. O relato do Professor Cezar Miranda descreve o impacto dessa ação. *“E foi muito interessante, teve uma repercussão gigantesca essa manifestação, teve muita gente, inclusive foi bastante interessante porque as pessoas pensaram que realmente era um*

enterro”. A professora Edilene Araújo refere-se a este acontecimento como uma das principais lutas do movimento dos docentes municipais. “*O enterro da educação ficou marcado na história de Candeias com direito a caixão e coroa de flores com cortejo fúnebre pelas principais ruas da cidade até o cemitério*”. Essa ação revela a incorporação de novas estratégias de mobilização e participação dos professores para envolver a população na causa da educação pública.

As razões pelas quais levaram os professores às ruas sob o slogan “Enterro de Educação” foram as mazelas no campo educacional identificadas ao longo dos anos. Mas, o que nos chama atenção nessa ação é a compreensão, a participação e a consciência no sentido de aglutinar esses professores mais uma vez em prol da organização e da luta.

A essa altura, praticamente, não se falava mais na APC, os professores ficaram temerosos e com receio de serem perseguidos. Joel Câmara assume um cargo na APLB, Adeilda Souza, mesmo reintegrada, é aprovada no concurso para professora de História da rede estadual e decide não trabalhar como professora de rede municipal, mas retorna ao município para apoiar a articulação do plano de cargos e salários, e Edilene Araújo é aprovada como professora da rede municipal em Salvador e retorna às atividades docentes em Candeias, após a conclusão do mandado de segurança.

Resultado, a oposição à atuação do sindicato passou a não mais existir e o espaço de luta, antes ocupado pelos professores e a APC, precisa de novo folego. Mais adiante, será possível conhecer a continuidade da luta pela direção do sindicato e a tentativa de retomar a associação docente, por meio da criação de uma nova associação de professores.

4.3 Associação dos Profissionais em Educação de Candeias (ASPEC)

Fundada no dia 05 de novembro de 2010, a Associação dos Profissionais em Educação de Candeias (ASPEC), nasce depois de um intenso processo de mobilização dos servidores municipais. A nova associação teve como objetivo agregar professores da rede pública e privada, bem como construir articulações com outras categorias, liderar o movimento de mudança na direção do sindicato local dos servidores municipais da cidade e garantir a aprovação de um novo plano do magistério e o plano de cargos e salários, ambos em o cumprimento da Lei nº11.738/2008, conhecida como Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério que garante a valorização de todos trabalhadores que atuam nas escolas públicas.

O desafio era retomar a luta do movimento docente novamente com uma associação ativa, a partir de um período em que os professores praticamente ficaram sem representação, com a desmobilização da diretoria que estavam à frente da associação anterior, a APC, discutida anteriormente. Além disso, o atraso no pagamento de salários ainda se evidenciava como um problema crônico para a categoria, colocando em xeque a saúde financeira e o sustento dos professores e de seus familiares.

A nova associação surge através de dois atos; o primeiro, em 2009, no qual tivemos acesso a maiores informações, conforme apuramos no Jornal o Candeeiro, na edição de maio daquele ano. A nota “*Greve dos professores*”, desde o dia 14 de março, os professores contratados e efetivos decidiram suspender suas atividades, pois não aguantaram mais ter que trabalhar sem receber salário. Ao invés de cruzar os braços foram às ruas marcharam até a Secretária de Educação ao mesmo tempo cobravam uma postura mais combativa do sindicato e distribuíram uma carta aberta. Tivemos acesso a este documento de autoria desconhecida, no qual transcrevo na íntegra logo abaixo.

CARTA ABERTA A VOCÊ PROFESSOR

É com grande TRISTEZA, que escrevo essa carta para você colega. Sou educadora do município de Candeias e muito decepcionada com a falta de respeito que essa administração vem tomando com todos educadores e educadoras desta terra. JAMAIS pensei que algum dia estaria escrevendo esta carta para dizer da falta de compromisso com que tratam a gente. Parece mentira, mas nós temos quase TRÊS MESES de SALÁRIOS ATRASADOS, muitos são pais e mães de famílias assim como eu, que sou mãe e pai ao mesmo tempo, tenho que tomar dinheiro empestado pra comprar o lanhe do meu filho levar para sua escolinha. E é nessa SITUAÇÃO que me encontro hoje, desiludida, indignada e recebendo como PRESENTE NO DIA DAS MÃES da prefeita o acumulo de quase três meses de atraso no salário. O pior é que chegamos na prefeitura e ninguém sabe ou ninguém informa. A única resposta que dão é que iremos RECEBER AMANHÃ, SEMPRE AMANHÃ E O AMANHA NUNCA CHEGA... E assim vamos esperando o amanhã chegar, saindo de nossas casas, indo trabalhar calados, enfrentando escolas sem condições mínimas de trabalho, com um material pedagógico insuficiente para promover uma educação e qualidade e muitos assim como eu, precisam pagar transporte 4 vezes na semana para ir trabalhar. Ai eu pergunto, até quando eu e você iremos suportar essa situação? É por isso que além de não colocar as notas da I unidade na caderneta, ainda me recuso a ir pra escola trabalhar, se não me pagam não tenho obrigação de trabalhar. Vou aproveitar esse momento de indignação e pararei junto com os professores de diversas escolas na quarta dia 13. Aproveito para pedir a você PROFESSOR EFETIVO que se mobilize com nossa causa porque acredito que nós somos apenas um, uma única classe com os mesmos problemas. A única diferença é que você não está desesperado por falta de dinheiro para comprar a merenda de seu filho. Quem assina essa carta é uma professora indignada, desiludida e muito decepcionada.

Como podemos observar, a intencionalidade de registrar a carta na íntegra, teve como objetivo não perder de vista os pontos centrais descritos pelo(a) autor(a), no sentido de oferecer

a opinião pública, especialmente os cidadãos da cidade, uma dimensão da situação vivenciada pelos professores naquela época, onde precisaram se mobilizar para superar esse momento difícil de desrespeito a categoria pelo gestão municipal. O autor(a) professor(a) expressa-se, por meio de um conjunto de sentimentos e situações reais, decepção, tristeza, falta de respeito, indignação, percepções essas que não deveriam estar presente no dia a dia do professor. A opção pelo o anonimato pode ser entendida como uma estratégia de proteção individual e, ao mesmo tempo, pode revelar uma ação coletivamente orquestrada. Continuando a análise, podemos identificar também que os professores estavam preocupados em chamar os efetivos a se juntar aos demais colegas contratados, pois ao que tudo indica esse grupo não estava com os salários em atraso.

O segundo ato, é determinado pela necessidade de estabelecer uma comissão de acompanhamento e gestão do plano do magistério e do plano cargos e salários. A partir desse momento, reacende a necessidade de novo segmento de representação do quadro docente em defesa dos interesses coletivos. Tal tese será discutida mais a frente, depois que o sindicato passou a ter uma direção com apoio da associação e tem início as divergências de posições entre as ASPEC e o sindicato dos servidores favorecida pela representação da referida comissão.

Somado à toda essa dinâmica desfavorável aos professores da rede municipal, especialmente aqueles que dependiam do contrato temporário, ocorre a eleição municipal de 2008 que também é marcada por uma forte efervescência política. As alianças do Partido dos Trabalhadores, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e outros conseguem eleger Maria Angélica Juvenal Maia de Queiróz, do PMDB, para o período entre 2008 e 2011, encerrando um ciclo de oito anos da gestão de Antônia Magalhães.

É nesse contexto que surge a ASPEC, nova entidade representativa dos professores de Candeias/Ba. O professor Hamilton de Ferreira de Assis, presidente da associação na época, nos conta como essa história começou.

A segunda associação, da qual eu fiz parte, surgiu depois de um período de muitos embates. Meses antes, um grupo de professores da Escola Yeda Barradas havia conclamado uma manifestação de rua. Era o começo do governo da ex-prefeita Maria Maia, a manifestação acabou atraindo profissionais da educação de outras escolas, além de outras categorias de servidores municipais. (Hamilton ASSIS 2021, p. 05)

Toda essa movimentação dos professores chamou atenção de outras categorias específicas, a exemplo, dos vigilantes e agentes de saúde que desde a gestão anterior já

ensaiaram algumas reivindicações e foram reprimidos pela gestão central anterior, conforme depoimento dos entrevistados Juscelino Santos – vigilante e Marta Silene Santos Silva Marinho – Agente de Saúde.

É importante registrar que, além da abertura da ASPEC, o clima político favorável aos movimentos sociais e sindical levaram a um novo contexto de disputa pela direção do sindicato, após a tentativa frustrada descrita anteriormente, em que a chapa organizada pelas docentes ganhou a eleição, mas não conseguiu assumir a direção do sindicato de fato. Pressionado agora por uma categoria mais unida, segundo o Professor Hamilton Assis, o SISEMC foi obrigado a realizar uma assembleia com todos os servidores municipais, aceitar a formação de uma comissão provisória para acompanhar suas ações e tempos depois formar uma comissão permanente de avaliação. As duas comissões conseguiram apontar uma série de irregularidades, reitera o professor Hamilton Assis. Pena não termos conseguido qualquer informação sobre o desenrolar dessa solicitação, ficamos apenas com registro importante do depoimento do referido professor.

A ausência de documentos atas, diários oficiais, jornais, dados estatísticos dos censos tem se revelado como um problema recorrente em Candeias, a desorganização e a falta de conservação do acervo documental, necessário para esta investigação e pesquisas futuras, está disperso e mal conservado em diferentes setores da administração pública secretaria de educação, prefeitura, biblioteca pública, arquivo municipal, das instituições sindicato e associações e, em alguns casos, só podem ser acessado a partir de acervos pessoais.

Retornando a auditória no sindicato, mesmo assim, a existência de duas comissões era uma situação nova que abria diversas possibilidades. A iniciativa pioneira dentro no contexto da disputa que se iniciava organizava e unia o movimento dos vigilantes, dos agentes de saúde e dos professores. De acordo como os entrevistados sugerem aquela foi uma iniciativa decisiva para concretizar a mudança na gestão do sindicato, vindo a se configurar, junto com a associação docente, em uma ferramenta importante na luta dos servidores municipais e dos professores, em particular, explicam os entrevistados animados com a conquista.

Determinados mais uma vez a mudar a direção do sindicato os professores e demais servidores compreendem que a luta não era individual e sim coletiva. No dia 15 de julho de 2009, os vigilantes de Candeias, motivados pela iniciativa dos agentes de saúde e endemias e apoiados pelos professores, fundaram a Associação dos Vigilantes, Vigias, Guarda Municipal e Agentes de Portaria da Prefeitura Municipal de Candeias (AVIMUCAM).

Com a aproximação do pleito, algumas práticas antigas voltam a reaparecer. De acordo com os entrevistados, a direção do sindicato desfilou servidores e candidatos de forma irregular para não perder a eleição. É o que nos conta em detalhes Marta Cilene Santos, atualmente, vice-presidente do SISEMC.

Foi uma luta árdua, só foram duas chapas que concorreram. Para a gente conseguir foi uma demanda tremenda, uma luta porque a gente é se filiava e ele desfilava, a gente se filiava e ele desfilava, eu já era filada e ele me desfilou, Adailson fez parte da chapa e ele desfilou, então tinha Washington de Passé, que a gente se juntou com o professor Hamilton Assis também que era da época, a professora Valdelice Lisboa e nós começamos essa luta de conseguir documentação, de ver como é que a gente fazia, se todos eram filiados! Se tinha tempo de filiação! Então foi uma luta muito árdua, teve de juntar toda papelada tudo direitinho pra poder a gente montar uma chapa. (Marta, SANTOS, 2020 P, 04)

Exatamente por isso, é possível ter uma noção do campo em disputa, as medidas desfiliação sem justificativa apontavam, mais uma vez, para uma prática de manipulação do resultado da eleição. Em 2010, o sindicato de Candeias passa a ter uma nova diretoria, o resultado de eleição tem um presidente eleito egresso do movimento dos vigilantes, Juscelino Santos e Magno Souza de Santana, na condição de vice, representante dos professores. Apesar de não ter o número exato de profissionais da educação e vigilantes no sindicato, esses dois grupos são maioria.

Já de imediato, a diretoria tem pela frente o desafio de fortalecer o movimento pela aprovação do plano da carreira dos professores e do estatuto do magistério junto com a associação docente. Na realidade a lei do piso mostrar aos professores a necessidade de criar uma nova associação docente para tratar das questões específicas dos professores, tal fato representou, um marco para a retomada do processo pela valorização dos profissionais do magistério e a partir de 2008 os professores começaram a estabelecer novas reuniões com esse intuito. É o que nos conta o professor Hamilton Assis.

Então era assim, a gente se reunia, a gente ia para a guerra na Câmara Municipal para você ter uma ideia as reuniões para discutir o estatuto do magistério e o plano de carreira na câmara começava 8, 9 horas da manhã e só terminava 3 horas da tarde, sem almoço, sem lanche, sem porcaria nenhuma. As vezes a gente saía lá da câmara de noite. (Hamilton ASSIS 2021, p. 11)

Na época, os professores Hamilton Assis e Paulo Tipiniquim, que não eram efetivos da rede mais tinham atuação na educação, Luiz Cesar Miranda, professor de formação com atuação sindical no SITTICAN e Valdelice Lisboa professora efetiva da rede e Adeilda Souza que já tinha atuado na diretoria da APC e participou do processo de dissídio coletivo junto ao TRT e

tinha entrando com o mandato de segurança sobre sua exoneração foi reintegrada em 2012 e outras lideranças tempos depois fundaram a ASPEC e começaram a pressionar a Câmara Municipal sobre a lei do piso e da necessidade de valorizar os profissionais da educação, através da criação estatuto do magistério e do plano de cargos e salários. Segundo o professor, nos encontros, esse grupo defendia um amplo debate com a categoria e a criação da comissão de gestão do plano que deveria ter um representante da associação ou alguém escolhido pelos professores, com a finalidade de ampliar a participação docente, pois, até então, o único porta-voz representando o professorado era o vice-presidente do sindicato Magno Santana.

Toda essa movimentação não foi bem vista pela vice direção do sindicato, porque em novembro de 2010, já com a nova organização docente em funcionamento, os representantes começaram a pressionar os vereadores e exigir na lei um assento na comissão de gestão do plano.

Isso acabou eclodindo na necessidade de realizar uma assembleia extraordinária lá no Ideal Esporte Clube, porque o vice presidente do sindicato na época entendia que o representante era ele e acabou-se. Ele chegou a negociar isso com o diretor do DRH (Departamento de Recursos Humanos) da prefeitura na época, para que ele fizesse essa defesa na assembleia e que ele saísse de lá como representante. Aí foi o ponto de ruptura total entre mim e ele. Na assembleia houveram discussões acaloradas e a categoria estava lá em peso, consegui fazer o convencimento da categoria e a categoria partiu para o voto. No voto as pessoas puderam se colocar a disposição para concorrer a vaga. Salvo engano 5 ou 6 professores, incluindo ele, se colocaram à disposição para serem representantes da categoria. No momento eu não me coloquei. A categoria aprovou a professora Valdelice indicada pela ASPEC e uma outra professora e ele não. (Hamilton ASSIS 2021, p. 11 e 12)

A necessidade de uma decisão coletiva para a ASPEC, por meio de uma assembleia, foi a alternativa democrática encontrada para legitimar os interesses da associação e não do vice-presidente do SISEMC. Analisando o fala do professor, o argumento utilizado pela associação convenceu a maioria dos professores da necessidade de ampliar a participação, por outro lado não nos passa despercebido a possível engajamento do diretor do RH da prefeitura em uma assembleia de professores, isso pode presumir algum interesse ou alianças futuras como pano de fundo. O desfecho desse episódio ganha um novo contexto em 28 de dezembro de 2010, o município aprova as leis nº 782/2010 que dispõem sobre o Estatuto dos Servidores do Magistério Público do Município de Candeias e dá outras providências, e a lei a Lei nº 783/2010 sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Magistério do Município de Candeias.

Conforme o plano foi aprovado, ficou estabelecido Comissão de Gestão do Plano de Carreira, no formato defendido pela associação, com a finalidade de acompanhar, assessorar e

avaliar a implementação do Plano de Carreira, com a seguinte configuração: a comissão é composta por 7 (sete) membros, 2 (dois) deles representantes da Secretaria Municipal de Educação, sendo 1 (um) representante do Departamento Técnico Pedagógico e 1 (um) do Departamento de Gestão Administrativa, 1 (um) representante dos Professores, eleito em assembleia da categoria profissional, representando os segmentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II, 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação, 2 (dois) representantes do Sindicato dos Professores e 1 (um) representante do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura.

Uma conquista significativa da ASPEC para os entrevistados, sem dúvida, foi a aprovação do segundo estatuto dos servidores do magistério e o plano de carreira do magistério. Convém rememorar que ambos se assemelham ao estatuto aprovado em 1986, estruturação da carreira, cujo o ingresso acontece através de concurso público, jornada de trabalho, remoção estão contempladas nos documentos. As diferenças mais contundentes foram identificadas nos pontos sobre o aperfeiçoamento profissional e na destinação de recursos para democratização da rede situação contemplada nas leis mais recentes.

Um dos grandes avanços no recém-estatuto do magistério aprovado é a organização da jornada de trabalho prevista no Art. 14 - A carga horária do Professor compreende: I - hora/aula, que é o período de tempo em que desempenha atividades de efetiva regência de classe; II - hora/atividade, que é o período de tempo em que desempenha atividade extraclasse relacionadas com a docência, tais como as de recuperação de alunos, planejamento, reflexão educacional, correção de provas, reuniões com a comunidade de ensino e outras programadas pela Secretaria Municipal de Educação, devendo ser prestada na Unidade de Ensino, obrigatoriamente, 2/3 (dois terços) dessas horas. E Art. 15 - O professor, quando na efetiva regência de classe, terá 30% (trinta por cento) de sua carga horária destinada à atividade complementar distribuída na seguinte forma: I – 14 (quatorze) horas/aulas em regência de classe; II – 6 (seis) horas em atividade complementar, sendo 3 (três) na Unidade de Ensino e 3 (três) de livre escolha. E no Art. 16 - Em se tratando de servidor ocupante do cargo de Professor, em efetiva regência de classe, caso não haja aula de sua disciplina em número suficiente para que possa cumprir sua jornada de trabalho apenas na Unidade de Ensino, ou em apenas um turno, a carga horária será complementada em outro turno ou em outra Unidade de Ensino, conforme sua disponibilidade.

Já no plano de cargo de salários as conquistas estão descritas Estrutura da Carreira e nos percentuais de vencimento de cada um dos níveis. Art. 12 - A Carreira do Magistério do quadro permanente, está estruturada em 5 (cinco) níveis e cada nível é subdividido em 6 (seis) classes,

designadas pelas letras de A, até F, e em 15 (quinze) referências, na forma estabelecida no: § 1º - Os níveis de que trata este artigo são os seguintes: I - Nível I – Professor com habilitação específica em nível médio, na modalidade normal; II - Nível 2 – Professor com habilitação específica em grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena, ou com formação superior em área correspondente e complementação nos termos da legislação vigente, Coordenador Pedagógico, com curso de graduação plena em Pedagogia e/ou mais graduação específica; III - Nível 3 – Professor, Coordenador Pedagógico, com pós-graduação em nível de especialização, voltada ao desenvolvimento pedagógico, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas; IV - Nível 4 – Professor, Coordenador Pedagógico, com pós-graduação em nível de mestrado voltado ao desenvolvimento pedagógico; V - Nível 5 – Professor, Coordenador Pedagógico com curso de pós-graduação de doutorado. Parágrafo Único: Fica criado o quadro suplementar que inclui o Professor com certificado de estudos adicionais na área de educação e/ou licenciatura curta, que fazem parte do quadro efetivo do magistério com ingresso até 2002. § 2º - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de diferença entre os níveis em relação ao nível 1 do quadro permanente: quadro suplementar – 25% (vinte cinco por cento); nível 2 – 50% (cinquenta por cento) nível 3 – 66,66% (sessenta e seis vírgula sessenta e seis por cento); nível 4 – 83,32% (oitenta e três vírgula trinta e dois por cento); nível 5 – 99,99% (noventa e nove vírgula noventa e nove por cento);

Entretanto, não podemos deixar de notar que a manutenção nos benefícios que foram alcançados com a provação ganhou destaque em outros setores, pois o plano só atendeu aos profissionais da educação e os demais servidores de outras categorias não foram atendidos. A diferença salarial entre os professores e demais servidores se tornou uma realidade na medida em que os percentuais de aumento passou a adotar os critérios previstos na lei, reajustados anualmente, além da soma dos percentuais de um nível para o outro. Não exagero supor que tantos os vigilantes segundo maior grupo de representação no sindicato, quanto outros menores passaram ou a exigir do sindicato um plano de cargos do município para todos os servidores com o argumento de ter participado da luta dos professores.

Após a provação, a associação organizou um seminário com a finalidade de apresentar o documento a todos os profissionais da educação de rede. De acordo com o Jornal O Cadeeiro de 05 de abril de 2011, “*Aspec reúne centenas de professores em Seminário*”. Mais uma vez, utilizando a sede do Ideal Esporte Clube os educadores da rede pública municipal de Candeias encontraram-se para debater o Estatuto e o Plano de Carreira do Magistério. O objetivo do evento foi instrumentalizar os educadores, ilustrando quais são os seus direitos e deveres

previstos na lei, destacando as penalidades para quem atua de forma errada e as vantagens que os professores podem conseguir, principalmente no que diz respeito ao salário. Ainda segundo a matéria, o encontro contou com a participação mais de 400 professores, um número bem expressivo para uma associação com menos de um ano de fundada, porém é importante registrar que, apesar de nova, a ASPEC surge para dar continuidade ao trabalho interrompido pela primeira associação.

Analisando os registros do jornal, conseguimos identificar que o seminário foi uma retrospectiva sobre a luta dos professores em Candeias, na década de 1980, passando pelo MOVA-SE, até chegar as conquistas mais recentes, a partir de então, passou-se a uma análise detalhada das duas leis importantes para o movimento docente. O relato do professor Hamilton descreve os bastidores do encontro e como se deu a participação dos professores.

Realizamos um seminário para capacitar os professores, gestores e coordenadores quanto ao Estatuto e Plano de Carreira, fornecemos uma cópia dessa legislação para cada unidade escolar, lançamos boletim informativo; identificamos e denunciemos irregularidades em contratações, editais, seleções públicas para professor etc... E tudo isso sem receber um único centavo da categoria: os que se disponibilizaram para dar a contribuição através do desconto em folha (pouco mais de 100 colegas), a prefeitura reteve as fichas e nunca fez qualquer repasse; como estratégia para contornar isso, sugerimos que cada um fizesse depósitos espontaneamente na conta da associação (para nosso espanto, nunca recebemos qualquer depósito). (Hamilton ASSIS, 2020 p.17)

O seminário realizado pela ASPEC foi considerado, por Hamilton, uma aula sobre a trajetória do movimento docente em Candeias, no encontro foram disponibilizados uma cópia dos documentos aos participantes como uma forma de conscientizar os professores de seus direitos, frisando que o tempo era de lutar e reivindicar. O governo municipal respondeu, segundo ele, vetando inclusive o repasse de dinheiro autorizado pelos professores como uma estratégia para enfraquecer a associação.

No entanto, não se pode deixar de trazer à tona algumas conclusões. O período de existência da ASPEC expressa um momento de conscientização política e sindical um pouco mais ampliada, o engajamento dos professores e de outros grupos, seja em eventos construídos informalmente, seja em organizações de classe, nas assembleias e mesmo assim, não podemos deixar de citar os momentos de repressão ou de corrupção sofrida pelas lideranças, o professor Hamilton Assis resume uma proposta que recebeu depois uma ameaça de ampliação da carga horária de trabalho, caso ficasse “quieto”. A postura ética assumida pelo dirigente diante de tal

situação, segundo ele, contribuiu para o fortalecimento da associação e da sua imagem na cidade.

Em 2012, o clima em Candeias voltou a esquentar, ocorreu um episódio político de grande repercussão, a cassação do mandato da prefeita Maria Maia, por determinação do Tribunal Superior Eleitoral. Assumiu a gestão do município Francisco Conceição da Silva, do PMDB, em junho daquele ano, na época ele presidia a Câmara Municipal de Candeias. Em seu segundo mandato, 2014 a 2016 ele filia-se ao Partido Social Democrata (PSD) e terminou o seu mandato sendo afastado do cargo por 180 dias, rivalizando a administração da cidade com o Vice-prefeito Jorge Luiz Tavares Bordoni, do mesmo partido, num ciclo de condução e recondução ao cargo por meio de decisões judiciais.

Na prefeitura, “Sargento Francisco”, como era conhecido, alegando não ter recurso para custear o plano promoveu uma série de modificações nos aprovados em 2010 o que acabou de certa forma dividindo a própria diretoria do sindicato e fragilizando ainda mais a relação com a ASPEC que discordava das mudanças propostas. O professor Hamilton Assis destaca a participação dos professores durante as alterações apresentadas.

Francisco, alegando que a prefeitura não tinha como arcar com as despesas do pessoal de educação faz uma proposta alucinada, ele reduz, eu não me lembro os valores agora, mas algo em torno de 30% da diferença salarial entre cada um dos níveis. Quando isso chega ao nosso conhecimento a gente se posiciona radicalmente contra. [...] Eu me lembro que a ASPEC foi excluída da reunião que discutiam isso com a prefeitura a pedido dos articuladores do prefeito, o sindicato foi, a diretoria inteira. A informação que a gente tem é que lá a diretoria do sindicato ficou dividida. (Hamilton ASSIS, 2020 p.15)

Ao analisar o relato do professor existem sinais de que parte da direção do sindicato aproximou-se da gestão municipal e tomaram para si a responsabilidade de convocar a categoria e discutir as alterações, excluído a participação da associação numa a manobra política ousada. Os professores então foram mobilizados para uma assembleia no mercado cultural, prédio construído na gestão de Francisco Gualberto Dantas Fontes em 1958, primeiro prefeito da cidade, para abrigar a administração pública do município e o centro de abastecimento, tempos depois funcionou a Secretaria Municipal de Educação e atualmente encontra-se desativado.

Segundo o professor Hamilton, os diretores da ASPEC, assim como o vice-presidente do sindicato foram contrários a tais mudanças, a posição tomada por Magno Santana nesse momento pode ser compreendida pelo fato do mesmo ser professor e enxergar que tais mudanças trariam prejuízo a carreira docente e mesmo assim foi voto vencido. O desfecho desse

episódio culmina com ruptura e desmobilização da diretoria da ASPEC, os professores aprovam um pacote de medidas que alteram estatuto do magistério e no plano de cargos e salários aprovados em 2010, além de perderem uma representação importante passando o sindicato a liderar os profissionais da educação.

Não nos passa despercebido que num momento chave como aquele a categoria não tenha adotado um posicionamento mais crítico para não aceitar as mudanças, talvez pelo fato de acreditar que as alterações na lei era o caminho mais propício e representava a evolução das negociações ou por entender que já existia uma divisão dentro do sindicato e associação e que essa disputa não tinha sentido.

Para a ASPEC, mesmo apresentando uma proposta audaciosa para a educação de Candeias de juntar os professores da rede pública e privada numa única organização tem sua história relativamente curta e não consegue efetivamente promover nenhuma ação direcionada aos professores da rede privada. Os objetivos da associação estavam diretamente ligados a ampliação da própria noção de educação e na efetivação de direitos da categoria docente.

Depois desses acontecimentos, de acordo com os professores entrevistados, alguns dirigentes decidiram se afastar do movimento docente para preservar a saúde e a si mesmo, outros, assim com Adeilda Souza que estava envolvida na direção da ASPEC preferiram dar continuidade a luta e mobilizar mais uma vez os professores com o argumento que era necessário compreender como o município aplicava os valores recebidos através do FUNDEB.

4.4 Associação dos Profissionais em Educação de Candeias (ASPECAN)

Na composição desta seção, abordaremos alguns aspectos da luta de um grupo de professoras Edilene Araújo, Margarida dos Santos e Adeilda Souza que, ao longo dos anos, ganharam destaque na rede municipal de Candeias por sentirem na pele o peso de representar o coletivo docente, entrar com um mandado de segurança contrários a sua exoneração e por terem assumido abertamente em rede de televisão denunciar os rumos da educação municipal.

Conforme já observamos até aqui, o processo da luta não é recente, as tentativas de constituir uma organização e promover o fortalecimento no campo educacional é um desafio entre os trabalhadores, desde a criação da primeira associação. O tão esperado engajamento e participação dos professores, ora se fortalecia, ora arrefecia, em um movimento de idas e vindas próprios da esfera política. Por sua vez, a motivação para a criação de mais uma associação de professores parte de algumas reflexões e reuniões e da necessidade de entender como o

município aplicava o recurso do FUNDEB. A professora Adeilda Souza fala disso, dos recursos repassados pelo fundo e da necessidade de ampliar a fiscalização.

Candeias tem muito dinheiro! Por exemplo, tem um aplicativo que você ver o recurso que entra em Candeias do FUNDEB, fez o que com esse dinheiro! Recurso, quem tem que tomar a frente disso é a gente, cadê a fiscalização do FUNDEB na cidade! Termina sendo uma comissão voltada ao prefeito. As pessoas não fiscalizam os recursos o prefeito alega que não dá o aumento porque não tem o dinheiro, mentira! Se você entrar no sistema do governo federal você vai ver o quanto Candeias arrecadou durante o ano, o que Candeias aplicou! O que Candeias não aplicou! O que o FUNDEB repassou! Mais o que que acontece, pra você fortalecer a luta, você tem que fazer com que todo mundo se sinta fiscalizador, e as vezes o colega por ser nomeado diretor vocês que resolvam, como se ele não tivesse nada a haver. Isso pra mim também enfraquece a luta, porque no momento em que todos passam a ser sabedor daquele problema todo mundo vai correr atrás. (Adeilda SOUZA 2020, p. 14)

Conforme podemos observar, através do relato da professora que era necessário ampliar o debate e conscientizar os professores a fiscalizar a aplicação dos recursos da educação na cidade repassados ao cofre público do município. Essa situação reacende mais uma vez a composição da comissão de fiscalização de forma autônoma sem vínculo partidário com a atual gestão e que o papel fiscalizador deveria ser de todos e não restrita a um grupo. As iniciativas não eram das mais promissoras, os professores encontraram resistência dentro da própria categoria, ao que tudo indica um servidor nomeado como diretor, vice ou assumindo um cargo na SEDUC não se sente comprometido em fiscalizar, muito embora, podemos expressar que o ganho fruto de uma atuação séria para qualquer categoria de trabalhadores não se manifesta de forma individual e sim coletiva.

Para compreender como as primeiras discussões sobre o precatório começaram em Candeias é necessário recuar um pouco no tempo. No ano de 1996, é criado o Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental - Lei do FUNDEF (Lei 9424/96), cuja lei foi alterada para anteder à Educação Básica (FUNDEB) que visa garantir a aplicação dos recursos na educação promover melhorias na estrutura de ensino bem como pagamento de salário dos profissionais da educação. Nos anos seguintes, conforme aponta Jesus (2004), o Ensino Fundamental foi uma das etapas da Educação Básica que mais recebeu atenção e investimento das políticas públicas educacionais, a partir dos anos noventa, fruto dos repasses do FUNDEF. Agora com a ajuda do depoimento da professora Edilene Araújo é possível entender como os professores começara a se organizar:

No começo, Joel Câmara enviou vários áudios para várias professoras, alertando sobre o repasse em milhões do precatório do FUNDEF em Candeias, inclusive até para o sindicato. Elisete teve a ideia de formar uma equipe para discutir a possibilidade do

repassa para a categoria. Primeiro fizemos uma vaquinha para trazer Joel para Candeias e pagar o espaço que na época foi quase 600,00. Então tivemos a ideia de eleger um representante de cada escola para fazer a coleta da famosa vaquinha. Como já tinha um representante de cada escola, foi surgindo os problemas das unidades escolares: descontentamento com o sindicato e questões salariais e condições de trabalho. (Edilene SANTOS 2019, p. 09)

De acordo com as informações destacadas acima, as movimentações mais recentes dos professores, bem como, a contratação do professor Joel Câmara que, hoje é advogado e ainda encontra-se trabalhando na APLB, ganhou consideráveis experiências nos temas relacionados à legislação educacional, direito à educação e investimento. Ele retornou à cidade a convite das professoras para advogar as questões do precatório. Mais à frente, o papel desempenhado pelos representantes das escolas que já manifestavam insatisfações com a nova diretoria do sindicato, cobrava uma atuação mais direta na melhoria das escolas foi decisivo no envolvimento dos professores.

Conforme visto na seção anterior depois da posse da nova diretoria no sindicato mesmo com todos os problemas, há uma certa abertura dentro do SISEMC os professores encontram apoio nessa relação. Ao mesmo tempo foi estabelecido um diálogo com a Secretaria de Educação, na figura do professor Jair Cardoso, que assumiu a pasta e é uma personalidade que tinha reconhecimento e prestígio dentro da categoria.

Não demora muito é o clima amistoso entre a associação, sindicato e SEDUC voltou a ficar tenso, o sindicato contrário ao início do ano letivo começou a mobilizar os professores para deflagrar uma greve, apesar do boicote, ocorreu a Jornada Pedagógica daquele ano. Jair Cardoso na condição de Secretário de Educação do município nos conta o que lembra desse momento específico:

[...] os professores estavam prontos para começar um processo de greve, é tanto que a Jornada Pedagógica de fevereiro de 2016, Juscelino entrou filmando todo mundo e criticando e falando na frente de todo mundo e dizendo assim “vocês estão aqui, né, cara de pau” [...] Juscelino entrou esculhambando e filmando todo mundo. Houve um boicote, não era para **ter** [acontecer a jornada pedagógica, grifos nosso]. (Jair CARDOSO 2010, p. 26)

Contrários à posição do sindicato, a maioria dos professores aderiu à jornada e encerrou esse episódio com a condução do ano letivo. Sobre este fato é interessante destacar que durante a pesquisa não conseguimos identificar o papel assumido pela associação em 2016. Um dos motivos que podemos sugerir para essa atitude é o prestígio social de Jair Cardoso, na condição de secretário da educação, junto ao professorado por manter uma boa relação e ter atuado em

momentos decisivos da categoria, como já citamos anteriormente, na representação jurídica das professoras exoneradas, após a primeira greve de docentes do município. Talvez aqui tenha prevalecido as relações pessoais, individuais ou até mesmo coletiva de garantir apoio do então secretário no lançamento oficial da ASPECAN um ano depois.

No mês de março do mesmo ano, a SEDUC estabeleceu auxílio financeiro a professores e coordenadores que trabalham em unidades escolares de difícil acesso em atenção a uma solicitação antiga dos professores, por meio da aprovação da Portaria 001/2016, ficam estabelecidas as seguintes escolas: Analice Batista Xavier localizada no povoado de Mangabeira, Junqueira Freia no povoado da Pindoba, Silvio Marbak povoado do Massuim, Antônio Martins dos Santos no bairro do Malemba de Baixo, Antônio Cristino dos Santos localidade de Mucunga, no distrito de Passé e a Pasto de Fora povoado Vila Esperança.

Logo em seguida, foi aprovada a lei que aprimora os níveis dos professores da rede municipal de Candeias. A Lei Municipal Nº 962/2016 alterou o artigo 12, parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal Nº 783/2010, modificada pela Lei Nº 911/2015, que trata da estrutura da carreira do magistério do quadro permanente. A nova carreira passou a ser composta por cinco níveis, sendo cada um subdividido em seis classes e referências.

Nível 1 – Professor com habilitação específica em nível médio, na modalidade normal;

Nível 2 – Professor com habilitação específica em grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena ou com formação superior em área correspondente e complementação nos termos da legislação vigente, Coordenador Pedagógico, com curso de graduação plena em Pedagogia e/ou mais graduação específica;

Nível 3 – Professor, Coordenador Pedagógico, com pós-graduação em nível de especialização, voltada ao desenvolvimento pedagógico, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

Nível 4 – Professor Coordenador Pedagógico, com pós-graduação em nível de mestrado voltado ao desenvolvimento pedagógico;

Nível 5 – Professor, Coordenador Pedagógico, com curso de pós-graduação de doutorado.

Além da gratificação concedida de 20% aos servidores do magistério com carga horária de 40h semanais em caráter de dedicação exclusiva. Vale frisar, que foram essas mudanças em curso que garantiram a continuidade do ano letivo sem a greve. Todas essas ações abriram caminho para um novo desenho na rede e no fortalecimento da nova associação. Passaremos a discutir a configuração da rede após o concurso público de 2016.

Outro acontecimento que altera a rede municipal de Candeias foi o concurso público realizado em 2016. Durante a pesquisa de campo havia o interesse pessoal em identificar quando aconteceu o primeiro processo de seleção pública em Candeias na área de educação, entretanto a falta de documentação comprobatória junto ao volume das informações desencontradas nos deixaram com certa limitação em relatar de forma mais precisa quando o processo seletivo ocorreu. Em consulta ao arquivo da Câmara Municipal em março de 2021, não foi possível localizar essa informação, bem como na consulta a biblioteca municipal.

O primeiro concurso público de Candeias que se tem registro com homologação final, aconteceu em 28 de junho de 1995 para diversos cargos, inclusive educação. Os documentos analisados mostram o registro da posse de uma servidora em, 06 de maio, de 1996, para o cargo de Professor(a) Nível I, após esse período um outro concurso é realizado em 2002. Essa tese da falta de concurso público em Candeias é reforçada pelo relato do professor, Hamilton Ferreira, ele nos conta que:

Na verdade, naquele período não existia REDA aqui em Candeias, não. Havia o que o pessoal chama de contrato, que na verdade não assinava contrato, era indicação. O relato do professor mostrar como a administração municipal trata o serviço público. Não é por acaso que o município ficou 14 anos sem realizar um concurso público para a educação, nesse período a contratação de pessoal seguiam outros critérios. (Hamilton ASSIS, 2020 p.15)

Esse tipo de situação inclusive caminha em desacordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, conforme o artigo 67. Determina que os Sistemas de Ensino promovam a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos Estatutos e dos Planos de Carreira do Magistério Público, o ingresso exclusivamente por meio de concurso público de provas e títulos, aperfeiçoamento profissional continuado, garantindo o licenciamento periódico remunerado para esse fim, piso salarial profissional, progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, na avaliação do desempenho, período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho e condições adequadas de trabalho.

O edital do concurso foi destinado ao preenchimento de 255 vagas do quadro de cargos públicos efetivos da área de educação: Auxiliar de Classe, Coordenador Pedagógico, Professor Educação Infantil/Creche, Professor Educação Infantil/Pré-escola, Professor Ensino Fundamental 1º ao 5º ano, Professor Fundamental 6º ano 9º ano todas as áreas. Dado a necessidade de novos profissionais na rede, aparentemente o concurso teve sua execução em um tempo relativamente curto, de fevereiro a agosto de 2016, todos os candidatos aprovados

dentro do número de vagas já tinham sido nomeados. O resultado desse processo culmina com o ingresso na rede de novos servidores. Vale frisar que parte desse grupo ingressa pela carreira profissional, enquanto servidor, trazendo nova expectativa para a educação municipal e continuidade da luta do movimento docente de Candeias.

Os recém aprovados foram logo rotulados de “novos concursados” uma expressão até um pouco natural para identificar quem chega, com o passar do tempo esse apelido ganhou um tom depreciativo, sendo utilizado em determinado momento para expressar alguém que não tinha muita experiência, que não conhece a realidade, muito menos a realidade da educação de Candeias, as tensões, os conflitos que existem dentro do movimento docente e nas relações que foram sendo forjadas no sindicato, as disputas por espaços e posições estratégicas na cidade.

De um lado, a separação se constituiu em momentos de tensão entre os grupos, na medida em que, a partir daquele momento desenvolveu-se uma luta de caráter divergente, aparentemente existe uma resistência de ambos até os dias de hoje. Por outro lado, o ingresso de novos profissionais e a aproximação deles principalmente com as lideranças do movimento docente, alterou a estrutura da rede, pois havia um questionamento sobre os antigos privilégios, as trocas de favores, pode-se dizer que a renovação do quadro de professores, sem exagero, trouxe um certo questionamento para práticas clientelistas, por vezes, naturalizadas. A Professora da Educação Infantil Ane Carine Conceição Rosa relata o seguinte:

Tudo partiu quando a gente entrou no município. Houve uma tentativa de retirar o transporte e começaram as articulações para que a gente mantivesse esse direito garantido que historicamente a prefeitura já fornecia esse transporte para quem não era da cidade. Então, os novos concursados foram a Secretaria de Educação pleitear a manutenção desse direito. Logo depois disso, aconteceu uma assembleia na Câmara de Vereadores e pediram para que alguém do concurso representar os “concursados novos” e aí eu participei da mesa da assembleia e esse foi o meu primeiro contato, minha primeira atuação enquanto movimento sindical, assim, apensar de não estar ligada ainda ao sindicato ou qualquer tipo de associação porque não existia na época. (Ane Rosas, 2021 p.01)

De certa forma, é possível afirmar que há mudanças, contudo, essa alteração não rompe com as práticas desenvolvidas dentro da administração pública candeense, o que fragiliza em certo ponto os serviços públicos oferecidos. Esse momento marca inclusive a aproximação desses dois grupos formados por professoras mais antigas de rede, que já reivindicavam melhorias, e estavam inseridas no sindicato, movimentam a associação e tinham se consolidado como liderança, e os novos servidores que ansiavam por contribuir com a educação de Candeias, por acreditarem que possuíam uma visão diferente da educação fruto da própria da formação acadêmica.

Retomamos aqui o fortalecimento da associação, após o ingresso de novos servidores rede, no qual alguns deles foram convidados a fazer parte da nova diretoria da organização. Em 31 de outubro de 2017, quando houve o lançamento oficial da ASPECAN¹². A nova associação procurou refletir os erros e acertos do passado e criar uma instituição atrelada ao sindicato, porém com espaço próprio, autonomia inclusive financeira para discutir os rumos da educação municipal, tanto no que diz respeito a valorização dos profissionais da educação de forma ampliada, quanto as questões relacionadas aos processos pedagógicos. O diferencial aqui apresentado poder ser adesão de novos membros engajados no movimento docente com possibilidade reais de renovação.

Em 2018, o sindicato através da ASPECAN, apresentou para a Comissão da Educação Municipal um plano de aplicação do FUNDEB e, desde então, o trabalho da associação tem concentrado esforços em garantir o rateio do recurso na justiça, além de outras ações para os profissionais da educação, licença prêmio para os funcionários efetivos com mais de 10 anos; progressão na carreira vertical e horizontal aos servidores com tempo de serviço e aos profissionais com pós-graduação lato senso e stricto sensu (especialização, mestrado e doutorado), eleição direta para gestores escolares e contratação de pessoal através de concurso público.

¹² O registro oficial da Associação dos Profissionais em Educação de Candeias (ASPECAN) aconteceu no dia 23 de março de 2021, data excedente ao período em estudo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo investigar trajetória do movimento docente em Candeias, por meio da organização em associações docentes, em diferentes contextos, a partir da década de 1980 do século passado, período que indicou as primeiras movimentações. Conforme pode ser observado no decorrer da dissertação, foi considerado relevante pesquisar também o papel do sindicato dos servidores municipais de Candeias nesse processo de fortalecimento das lutas dos professores.

Assim, procuramos retomar algumas questões que julgamos necessárias para uma melhor compreensão das considerações aqui apresentadas. O primeiro aspecto diz respeito às categorias analisadas, elas evidenciaram um caráter multidimensional do fenômeno investigado e proporcionou muitos aprendizados. Assumir as categorias: participação, associativismo e sindicalismo, numa perspectiva orientadora para a condução da pesquisa sobre o movimento docente de Candeias, resultaram na construção de um olhar mais crítico sobre as narrativas analisadas, tanto nas fontes escritas, quanto nas fontes orais, bem como foi possível manter a atenção para as próprias contradições empíricas sobre o arcabouço conceitual mobilizado.

Sobre a hipótese inicial, que possibilitou as primeiras incursões e diálogos com a orientadora durante a construção e desenrolar da dissertação, a ideia da importância da participação e influência dos petroleiros no surgimento do movimento docente, as análises acabaram nos revelando um outro desenho para compreender as formas de luta, participação e mobilização da categoria de professores. Essa premissa inclusive reacende a discussão a partir do primeiro título proposto educação e petróleo numa perspectiva de aproximação entre os dois termos, se o petróleo jorrou em Candeias em 1941 e conseguiu penetrar em diferentes lugares, era oportuno pensar como essa interação aconteceu na educação pública municipal.

Ao observar a luta dos professores e as articulações feitas na cidade não encontramos nenhuma evidência que pudesse destacar a relação dos petroleiros com a luta dos professores da rede, indicando a necessidade de pesquisas futuras que possam trazer novas questões para esse debate. As relações de apoio mútuo identificadas apontam para a relação dos professores e o apoio da APLB-BA e, posteriormente, com o SITTICAN, sindicato que representava os trabalhadores terceirizados.

Ainda sobre essa questão das articulações, observamos o papel da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base, palco das primeiras experiências de participação política e democrática, tanto das lideranças que organizaram o movimento docente, quanto do

SITTICAN. Entre os anos de 1970 até o final da década de 1990, o movimento católico teve papel decisivo na formação de lideranças egressas das comunidades periféricas e Candeias também viveu esse momento.

Tomando como referência o nosso percurso investigativo, atualmente é possível perceber que o processo de organização dos professores apresenta uma realidade significativa na Rede Municipal de Educação Candeias. Hoje apesar de toda tensão e contradição, o calendário letivo e o reajuste de salário são discutidos com a associação, o sindicato e o gestor municipal, mostrando a força da trajetória do movimento e a sua representatividade junto aos antigos e novos professores.

No que tange aos diversos cenários econômicos, políticos e educacionais que estiveram envolvidos na criação e atuação das associações, podemos destacar que a história da educação em Candeias é marcada por cada um deles. Do ponto de vista econômico no contexto baiano, a cidade ocupa a 5ª posição no ranking econômico, ficando somente atrás da capital baiana e das cidades de Camaçari, São Francisco do Conde e Feira de Santana, no entanto o salário do professor em Candeias é o menor de todas essas cidades. No que diz respeito à política local nos últimos 20 anos todos os gestores públicos que governaram a cidade responderam a vários processos relacionados diretamente com a má gestão do dinheiro público ou foram afastados do cargo por determinação da justiça sobre acusação de compra de votos, abuso de poder econômico.

Toda essa instabilidade política gerou um clima de insegurança e de descontinuidade no projeto de governança para a cidade e repercutiu nas dificuldades dos professores em terem reconhecidos seus direitos ou mesmo implementadas na prática as conquistas que obtiveram com a aprovação de leis importantes para o aperfeiçoamento da carreira, por exemplo.

No campo educacional, mesmo a APLB não se constituindo como uma seção sindical ou sindicato municipal de professores em Candeias, a aproximação do movimento docente com a associação estadual foi decisiva, conforme já sinalizado, em algumas conquistas, a exemplo do primeiro estatuto do magistério em 1986 e do protagonismo dos professores em liderar a zonal da Indústria, responsável por 10 municípios situados no polígono industrial mesmo sabendo que nessa conquista não conseguimos obter maiores informações ou desdobramentos em Candeias.

Ainda sobre a educação, um dos aspectos a serem considerados foram os constantes atrasos de salários, que resultaram na greve de 1988 e mostrou pela primeira vez a força da organização do movimento docente e possibilitou a realização de diversas outras formas de

mobilização e participação dos professores, muitas delas descritas ao longo do trabalho, por fazerem parte da memória dos entrevistados.

No que concerne à legislação educacional de Candeias, o movimento docente conquistou a aprovação de leis importantes, o plano de carreira, o estatuto do magistério, o PME, por meio delas, aconteceram propostas mais concretas de reestruturação da carreira docente, e, inclusive, o reconhecimento da necessidade de apoiar melhor os professores que atuam em escolas de difícil acesso, muito embora algumas mudanças não tenham saído do papel, conforme expectativa de quem lutou e desejou as necessárias transformações requeridas.

Em relação ao papel das lideranças, não é demais registrar, quanto o depoimento dos professores e professoras entrevistados foram fundamentais para a apresentação dos resultados deste trabalho. Certamente, em trabalhos futuros de maior monta, valeria a pena ouvir os professores que não estiveram à frente das associações ou sindicato para conhecer outros olhares para o que descobrimos, até o momento, com esta investigação.

Ao aprofundar os estudos sobre o movimento dos professores em Candeias outros hiatos foram localizados, especialmente no que diz respeito à importância da participação feminina na educação local e, principalmente, na organização do movimento docente. As professoras Edilene Araújo, Adeilda Souza e Margarida Sacramento ao longo dos anos se consolidaram como lideranças importantes na organização das associações e nas estratégias de luta em prol dos docentes e sentiram de forma direta o peso de assumirem a representação de um grupo, as perseguições políticas e as relações de poder vivenciadas por elas nesses espaços podem ser estudadas e certamente enriqueceu as análises apresentadas neste trabalho.

Por ora, parece-me fundamental dizer que findamos esta dissertação com muito entusiasmo com os resultados apresentados, visto que a pesquisa ocorreu em um momento desafiador para todos os pesquisadores, visto que os riscos atravessados durante a pandemia Covid-19, que culminou em diversas adaptações e momentos de medo de não conseguir concluir o trabalho, ainda nesse contexto soma-se o desinvestimento no campo da ciência e tecnologia, em um momento político desfavorável em nível nacional, permeado por descontinuidades e desrespeito aos movimentos sociais e sindical e principalmente as universidades públicas no corte anual de seus orçamentos.

Esperamos que as contribuições da luta dos professores da rede municipal possam continuar sendo empreendidas em Candeias/Ba, com vistas à ampliação da **participação** da categoria nas lutas pela melhoria da carreira, das condições de trabalho, do salário e,

principalmente, do reconhecimento da importância do papel transformador dos professores e, conseqüentemente, da emancipação da categoria organizada em **associações** e **sindicato**.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Juçara Ana Bastos da Costa. **Alimentação escolar e aquisição de alimentos da agricultura familiar: um estudo no estado da Bahia. Dissertação** (Escola de Nutrição) Universidade Federal da Bahia. Bahia/Salvador. 2014, 80 f.

ALMEIDA, Danusa Mendes. “**Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962-1992)**” Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos -SP. 2015.

_____, Danusa Mendes. **A formação do movimento sindical cearense: da criação da APEOC/ Sindicato e do SINDIUTE**. In: Anais do I Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, IUPERJ, 2009. Disponível <https://redeaste.irice-conicet.gov.ar/sites/default/files/Almeida.pdf> . Acesso em 26 junho 2019

_____. **O papel da APEOC/Sindicato e do SINDIUTE na construção do projeto de gestão democrática nas escolas públicas estaduais cearenses**. In: Anais do Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, IUPERJ, 2010. Disponível em <https://redeaste.irice-conicet.gov.ar/sites/default/files/Almeida1.pdf>. Acesso em 26 junho 2019

ALMEIDA, Felipe Mateus de. **O Conceito de Trabalho nos Clássicos da Sociologia**. Disponível em < <https://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/176>> Acesso em: 28 Jan 2020.

ANDRADE, H. S. **A Associação Tipográfica Baiana: o mutualismo entre os tipógrafos baianos (Salvador - séculos XIX e XX)**. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/113810?locale-attribute=es> > Acesso em: 13 Jan 2020.

AMADO, João. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. 3ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2013.

ASSMAN, Hugo. **Reencantar a Educação: Rumo à Sociedade Aprendente**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2004.

Araújo Filho, José Gonçalves de. **O sentido do sindicalismo na tradição marxista: a educação da classe trabalhadora na fronteira das lutas econômicas, políticas e ideológica**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação. Ceara/Fortaleza. 2015, 110 f.

BAHIA. Lei nº 327, de 27 de outubro de 1950. **Considera de utilidade pública a Sociedade Unificadora de Professores Primários**. In. Diário Oficial do Estado da Bahia, Poder Executivo, Salvador/BA, 1 de novembro de 1950, Seção Atos do Poder Legislativo, p. 2337.

BARBOSA, Fabiane Machado. **Comunidades eclesiais de base na história social da Igreja Cariacica (1973-1989)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória/Espirito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007, 193 p.

BARBOSA, Jonei Cerqueira. Abordagens teóricas e metodológicas na Educação Matemática: aproximações e distanciamentos. In: OLIVEIRA, Andréia Maria Pereira de; ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho. (Orgs). **Abordagens teóricas e metodológicas nas pesquisas em educação matemática**. Brasília: SBEM, 2018.

BASTOS, Maria Helena Câmara, **As conferências pedagógicas dos professores primários do município da corte: permuta das luzes e ideias (1873-1886?)**. XXII Simpósio Nacional de História ANPUH. Paraíba /João Pessoa, 2003. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177543_b4a13cd653aa9af3cc235fbfe474aa64.pdf. Acesso em 27 de dezembro 2021.

BAUER, C; MATOS, A. R. **Marx, Engels e o sindicalismo docente**. Revista Espaço acadêmico, v. 10, n. 114, p. 154-164, 2010.

BIOTO, Armando Junior. **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. In NORONHA, Eduardo. **A explosão das greves na década de 80**. Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

BOITO JÚNIOR, Armando (Org.) RODRIGUES. M.L, BIOTO. A, NORONHA.E, RODRIGUES.I. J, NOVAES.R.R. **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 196 p.

BRITO, Giane Florentino Rodrigues. **Royalties do petróleo e educação: empoderamento docente, reversão compensatória e comunidades petrolíferas**. In Circulo virtuoso e poder docente nas comunidades petrolíferas. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, SE. 2018.

BORGES, Celma. **Movimento dos professores estaduais da Bahia: as lutas dos anos 80**. CADERNO CRH, v.10, n. 26, 1997.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20/12/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)**. Disponível em <http://www.mec.gov.br>.Data de acesso em 24/08/2016.

_____. **Lei n. 11.494** de 20 de junho de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: jun. de 2015.

_____. **Lei nº 13005 de 25 de junho de 2014**. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Acesso em: jun. de 2015.

_____. **Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17398.htm. Acesso em 22 de dez. 2021.

_____. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 22 de dezembro 2021.

_____. Lei nº 13.647, de 13 de junho de 2012. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 13 maio de 2020

_____. **Lei nº 88.374 de junho de 1983** (Altera dispositivos do Decreto nº 87.043, de 22 de março de 1982, que regulamenta o Decreto-Lei nº 1422, de 23 de outubro de 1975, o qual dispõe sobre o cumprimento do art. 178, caput, da Constituição por empresas e empregadores de toda natureza, e dá outras providências). Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88374-7-junho-1983-438124-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 18 julho de 2021.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CANDIDO, Antônio Professor, escola e associações docentes. Pro-Posições, v. 14, n. 2 (41) - maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2202/41-diversoeprsa-candidoa.pdf>. 03 de dezembro de 2021.

CARA, Daniel. **Tudo que parecia solido se desmanchou no ar: o desmonte das políticas educacionais**. In: CRUZ, Rosana e SILVA, Samara (orgs). Gestão da Política nacional de educação: desafios contemporâneos para a garantia do direito à educação. Teresina: EDUFPI, 2016. Versão E-book.

CARON, Marcos Macedo Fernandes. **Á Esquerda de Tordesilhas: uma experiência democrática popular de educação no município de Barra do Graça - Mato Grosso.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Brasília. Brasília/DF. 328f.

CARVALHO, Ana Lúcia Borges de; et, al. **Mudanças na dinâmica demográfica de Salvador e sua Região Metropolitana na segunda metade do século XX.** In: *Revista Bahia Análise e Dados*. Leituras da Bahia II. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2000.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método.** *Inf. & Soc. Est.*, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_ba8d5805e9_0000018457.pdf>. Acesso em 20 ago.2018.

CHAUÍ, M. S. **Cultuar ou cultivar. Teoria e Debate.** n. 8, p. 50-56, out./nov./dez, 1989.

CRISÓSTOMO, Elayne Lins. **Um estudo histórico sobre a Associação Catarinense de Professores criada em 1952.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

CRUZ, Rafael Almeida. **“Associações mutualista e o mundo do trabalho: os trabalhadores e a organização no Rio de Janeiro (1861-1882)”.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2015.

CRUZ, Helvia Leite. **Condições históricas do sindicalismo docente de educação básica.** 2008. 301f. Tese (Doutorado em Sociologia): Universidade de Brasília: Brasília, 2008.

CRUZ, Rafael Almeida. **“Associações mutualista e o mundo do trabalho: os trabalhadores e a organização no Rio de Janeiro (1861-1882)”.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2015.

DAL ROSSO, Sadi (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas.* Brasília: Paralelo 15, 2011a.

DANTAS, Vanessa Amorim. **Aspectos históricos e políticos da Associação de professores do estado do Maranhão (1979 a 1989).** Dissertação de Mestrado, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016.

ERLANDO, Da Silva Rêses. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor.** Dissertação - Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Brasília - UNB, (2008), 308p.

FERNANDES, C. M. B. **Bases epistemológicas e pedagógicas da construção pedagógica do conhecimento.** Texto de discussão na disciplina Metodologia do Ensino Superior do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

FREITAS, Fernando. **Parceiros na vitória: administração participativa no mundo.** São Paulo, Cultura Editores Associados, 1991.

DIAS, A. L. M. **Profissionalização dos professores de matemática na Bahia: as contribuições de Isaías Alves e de Martha Dantas.** Publicatio UEPG, Ponta Grossa, v. 16, n. 2, p. 243-260, dez. 2008. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/641/623>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

ESPIÑEIRA, Maria Victória. **O partido, a igreja e o estado: nas associações de bairro em Salvador.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador/Ba. 1991. 227 f.

FIGUEIREDO, Adiel Tito. **O Estado Novo e a Educação no Maranhão.** São Paulo: Loyola, 1984, p. 135.

FERRAZZA, Tais, **A função social do sindicato na atual sociedade.** Monografia Universidade do Vale do Itajai – UNIVAL, 2010.

FREITAS, Fernando. **Parceiros na vitória: administração participativa no mundo.** São Paulo: Cultura, 1991.

GADOTTI, Moacir. **Estado e Sindicalismo Docente: 20 anos de conflito.** Revista ADUSP. São Paulo/SP. Dez. 1996, p 14 – 20. Disponível em <https://www.adusp.org.br/files/revistas/08/r08a02.pdf>. Acesso em: 23 dezembro 2020.

GAZIER, Bernard. **A Crise de 1929.** Porto Alegre: L&PM Editores, 2009.

GÍNDIM, Julián. **Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011).** Educar em Revista, Curitiba, n 48, p. 75-92 abr./jun. 2013. Editora UFPR.

GODINHO, Luís Flavio Reis. **Sentidos do Trabalho docente.** Cruz das Almas/Ba: Editora UFRB, 2018. Versão E-book. Disponível em: <https://abecs.com.br/wp-content/uploads/2018/12/sent.-do-trab.-docente-1.pdf> . Acesso 20 setembro 2021.

GONH, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Editora Vozes, 2019, Rio de Janeiro 1ª ed.

GOHN, Maria da Glória, **Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina**. In Política e Sociedade. Revista de Sociologia Política. Rio de Janeiro. Volume 10, nº 18, abril de 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/21757984.2011v10n18p233/17542> . Acesso em 13 de nov. de 2021

GUIMARAES NETO, Altamiro Gomes. **Entre o formulado nos planos e a visão dos docentes: formação, profissão e valorização docente na rede pública municipal de educação em bela vista de goiás**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Goiás. Goiás/Goiânia. 2018. 161 f.

HONÓRIO, José Bezerra, SOUTO-MAIOR, Joel e OLIVEIRA, Rodrigo Cesar Reis de. **Participação em perspectiva: uma reflexão a partir das teorias organizacionais**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Disponível em https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1400_Participacao-ModeloSeget-pronto.pdf. Acesso em 13 de nov. de 2021.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. In Novos Estudos Sobre a História Operária. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra 1998, p 17.

IVO, Alex de Souza. **Uma história em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do Petróleo (1949-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador/Ba: Universidade Federal da Bahia, 2008, 183 p.

JESUS, Marta Lícia Teles de. **“Saberes necessários ao professor: uma aproximação do conceito de autonomia e de suas implicações para o desenvolvimento da profissão docente”**. Dissertação de Mestrado Universidade Federal da Bahia, 2004.

JESUS, Ronaldo Pereira de. **Mutualismo e Desenvolvimento Econômico no Brasil do século XIX**. Revista OIDLES, Vol. 1, Nº 1, setembro de 2007. Disponível em: https://www.eumed.net/rev/oidles/01/Pereira.htm#_ftn1. Acesso outubro de 2021.

LOSOVSKY, D. Marx e os sindicatos. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1989, 212p
LUZ, José Augusto Ramos da. **Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)**. Dissertação (Mestrado Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Federal da Bahia. Salvador/Ba. 2009, 174 f.

LUZ, Silvia Letícia D'Oliveira da. **Sindicalismo e educação no estado do Pará: as repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente** – Belém, 2017.

NASCIMENTO, Daniela Nunes. **Ouro negro”: gênero, trabalho e prostituição em Candeias/Ba (1960-1985)**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Filosofia e Ciência Humanas. Bahia/Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014, 212 f.

MARQUES, Glaucia Fabri Caneiro. **As condições do trabalho docente e o processo ensino-aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental (2010)**. Dissertação - Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz - UFJF, 2010, 110p.

MARTINS, Heloisa, Helena Teixeira de Souza. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MATOS, Alessandro Rubens de. **Trajatória do sindicato dos profissionais em educação no ensino municipal (SINPEEM): (1986 – 2004)** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Nove de Julho. São Paulo/SP. 2010. 113 f.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca**. Lutas Sociais (1998).

MATIAS, Lilian de Souza Lima. **Reflexões sobre os caminhos da História Social do Trabalho e o conceito de classe trabalhador**. Disponível em <<http://erevista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/14946>>. Acesso em: 13/Jan/2020. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Daniela Nunes. **Territorialidades Candeenses: do polo de atração a religiosa cidade petroleira**. XXIX Simpósio de História. Brasília – DF. 2017.

OLIVEIRA, Dalila. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanência**. RBPEA - v.25, nº 2.p.197 – 209, mai./ago.2009.

OLIVEIRA, Victor Fernando Ramos de. **Sindicalismo docente: a participação sindical dos professores da rede municipal de Castanhal-PA no SINTEPP**. Dissertação (Mestrado) Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará. PA/Belém. 2019, 142 f.

ORIÓN, Alvarez A. **Participação dos cidadãos no governo municipal**. Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, v.35, n. 187, abr./jun., 1988.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?** In: BASTOS, João Baptista (Org.). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 57-72. (2. ed. em 2001).

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **A presença da história social do trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas.** Simpósio Nacional de História. XXVI, 2011, Associação Nacional de História – ANPUH.

PINTO, Flávia Virgínia Melo. **Práticas informacionais na organização político-sindical dos professores da rede municipal de Belo Horizonte.** Tese de Doutorado (Mestrado Ciências da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais/BH. 2012 328 f.

Prefeitura Municipal de Candeias. Lei nº 276 de 30 de junho de 1897. **Estatuto do Magistério Público do Município de Candeias e outras providências.**

_____. **Lei nº 933 de 25 de junho de 2015.** Plano Municipal de Educação.

_____. **Lei nº 276 de 30 de junho de 1987.** Dispõe Estatuto do Magistério Público do Município de Candeias e outras providências.

_____. **Lei nº 782/2010 De 28 de dezembro de 2010** - Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Magistério Público do Município de Candeias e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.diariooficial.org.br/sites/Municipios/contasPublicasCategoriaSitesExternos.cfm?varCodigo=153&cboAno=2012> Acesso em: jun. de 2015.

_____. **Lei nº 783/2010 de 28 de dezembro de 2010** - Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores do Magistério do Município de Candeias. Disponível em :
<http://www.diariooficial.org.br/sites/Municipios/contasPublicasCategoriaSitesExternos.cfm?varCodigo=153&cboAno=2012> Acesso em: jun. de 2015.

RODRIGUES, Isabel Cristina. **Gestão escolar e protagonismo docente na EJA: elementos para uma relação democrática.** Disponível em: <http://proec.ufabc.edu.br/ejaecosol/gestao-escolar-e-protagonismo-docente-na-ejaelementos-para-uma-relacao-democratica/>, acesso em 22.04.2020, às 1h20.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil.** São Paulo, SP: Símbolo, 1979.

RODRIGUEZ, M. V.; FERNANDES, M. D. E. **Professores e sindicatos: do associativismo corporativo à organização autônoma.** Educar em Revista, Curitiba, n. 48, p. 131-147, abr./jun. 2013.

ROSSO, Sadi, CRUZ, Hélvia, RÊSES, Erlando. **Condições de emergência do sindicalismo docente**. Disponível
m:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072011000200009
acesso em 15/10/2019.às 20h30.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 25 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

SANTOS, Gleigivaldo, Pereira dos. **Comando de Luta e a Educação Municipal em Goiânia (2010-2014)**. 2017. 97f. Dissertação de Mestrado em História – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

SANTOS, Jair Cardoso. **Candeias: História da Terra do Petróleo**. Salvador: Gráfica Salesiano, 2008.

SANTOS, Jair Cardoso. **Candeias: História de Fé e Trabalho**. Salvador: ed. Quarteto, 2020.

SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. **Mulheres professoras: memórias da organização docente**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras Artes. Departamento de Ciências Sociais – Natal, RN, 2006.

SANTOS, N. M. **Movimento dos Professores da rede pública na Bahia (1952-1989)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

SARTORELLI, Anderson. **Transações e estrutura de governança em organizações cooperativas na atividade leiteira do território Cantuquiriguaçu**. Dissertação (Mestrado Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RS/Porto Alegre. 2017. 153 f.

SILVA, Robson Santos Camara. **“O Sindicalismo Docente da Educação Básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato”** Tese de Doutorado, Universidade de Brasília (UnB) DF. 2013.

SILVA, M.H.G.F. **Saber docente: Contingências culturais, experienciais, psicosociais e formação**. In: Anais da 20ª Anped, 1997 (disq.).

SOUZA. Aparecida Neri de. **O trabalho em movimento reestruturação produtiva e sindicato no Brasil**. In Movimento sindical docente difícil trajetória. Cap. 03, Campinas São Paulo: Ed. Papirus.1997, (org) Leite, Maria Paula. Pág. 113-166.

SOUZA, Cristiane Santos. **“Percepção e produção estética: Configuração do modo de vida em Novos Alagados no Subúrbio Ferroviário de Salvador”**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2002.

_____. **Trajetória de migrantes e seus descendentes: transformações urbanas, memória e inserção na metrópole baiana**. Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, SP. 2013.

RÊSES, Erlando da Silva. **De Vocação para Profissão: Organização Sindical Docente e Identidade Social do Professor**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, 2008.

_____. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**. 2009. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ) Grupo de Trabalho: Sindicato, Trabalho e Ações Coletivas. 2009.

ROSSO, Sadi Dal; CRUZ, Hέλvia Leite; RÊSES, Erlando da Silva. **Condições de emergência do sindicalismo docente. Pro-Posições**, v. 22, n. 2 (65), p. 111-131, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: a maldição de Adão**. In Exploração Cap. 01, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.vol 2, pág. 11 -38.

TROYANO, Annez Andraus. **Estado e Sindicalismo**. São Paulo, SP: Símbolo, 1978.

ZANETTI, Lorenzo. **O novo sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios**. Fase, 1995, 62p.

ZANETTE, M. S. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 65, p. 149-166, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n65/0104-4060-er-65-00149> acesso em: 18 jul 2020

FONTES:

Biblioteca Pública Municipal Professora Dalila Baptista

Acervos pessoais:

Jair Cardoso dos Santos (documentos e jornais)

Edilene Araújo dos Santos (documentos, jornais e fotos)

Periódicos:

Jornal A Tarde; março de 1986, setembro de 1997, março de 1998

Folha do Recôncavo; outubro de 1986, fevereiro de 1988, março de 1988, março de 1997

Jornal a Voz de Candeias: março de 1988

Jornal o Candeeiro: maio de 2009 e abril de 2011

Informativo da Prefeitura Municipal de Candeias, agosto de 1986

Informativo Alarme, abril de 2001

Boletim Informativo MOVA-SE, setembro de 1997, novembro de 1997, fevereiro de 1998

Fontes Orais:

Adeilda Santos Souza

Alfredo de Souza Filho

Ane Carine Conceição Rosas

Edilene Araújo dos Santos

Juscelino Santos

Magno Souza de Santana

Jair Cardoso dos Santos

Hamilton Ferreira de Assis

Luiz Cezar dos Santos Miranda

Joel de Santana Câmara

Marta Cilene Santos Silva Marinho

APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE EM CANDEIAS/BA:
ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E LUTA
(1980-2018)**

Roteiro de Entrevista

Identificação do interlocutor(a)

Como você se chama?

Qual o seu vínculo profissional com o município? Servidor efetivo ou cargo comissionado?
Morador de Candeias?

Sindicato

Como e quando você começou a se envolver/participar do sindicato?

Como você o define?

Conte um pouco sobre a história do sindicato?

Conte um pouco da história da luta de vocês?

O que mudou na sua vida após sua inserção no sindicato?

Quais eram os seus principais parceiros de lutas? Estão vivos? Vocês mantêm contato?

Qual (is) as principais reivindicações/lutas de vocês?

Quais as principais dificuldades enfrentadas por vocês?

Como é participação dos servidores?

Como é participação dos servidores da educação?

Quais as conquistas? E as derrotas?

Como você vê o sindicato hoje?

O que mudou na organização atual do sindicato?

Como o sindicato apoiou a reabertura da associação?

Você ou já foi filiado a algum partido político?

Você participou de algum movimento social antes?

Teve influência de alguém da família

Perspectivas atuais e futuras

E a luta hoje como é?

Há uma maior participação?

Quais os projetos para o futuro?

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE EM CANDEIAS/BA:
ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E LUTA
(1980-2018)

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa

Endereço: Rua 8 de novembro, nº 51 E, bairro Pirajá – Velha, Cep.: 41.290-200

telefone (71) 98848-1596

Email: haroldobarbosa@ymail.com

O senhor (a) _____ está sendo convidado a participar da investigação intitulada: Trajetória do movimento docente em candeias/ba: organização, mobilização e luta (1980-2018). Para participar é necessário que o senhor(a) leia este documento com atenção.

O presente estudo refere-se à pesquisa da minha Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. objetivo investigar a trajetória da Associação de Professores de Candeias (ASPECAN), procurando identificar os diversos aspectos históricos, políticos, econômicos e educacionais que permearam o processo de criação, extinção e reabertura da referida associação.

O propósito deste documento é informa-lo (la) sobre a pesquisa e. se assinado contem seu consentimento em participar desta etapa. Sua decisão em participar é voluntaria o senhor (a) pode recusar-se a participar como também poderá retirar-se a qualquer momento.

Declaração de Consentimento

Eu, _____, li e discuti com o entrevistador os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper a minha participação no estudo, através desta entrevista, a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento; tive a oportunidade para fazer perguntas, as quais foram respondidas.

Recebi uma cópia datada deste documento de Consentimento.

Local e data: _____

Entrevistado: _____

Entrevistador: _____

ANEXOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
EDUCAÇÃO E PETRÓLEO: ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E LUTA DOS
PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE CANDEIAS (1980-2018)

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa
Endereço: Rua 8 de novembro, nº 51 E, bairro Pirajá – Velha, Cep.: 41.290-200
telefone (71) 98848-1596
Email: haroldobarbosa@ymail.com

O senhor (a) está sendo convidado a participar da investigação intitulada: Trajetória do movimento docente em candeias/ba: organização, mobilização e luta (1980-2018). Para participar é necessário que o senhor(a) leia este documento com atenção.

O presente estudo refere-se à pesquisa da minha Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. objetivo investigar a trajetória da Associação de Professores de Candeias (ASPECAN), procurando identificar os diversos aspectos históricos, políticos, econômicos e educacionais que permearam o processo de criação, extinção e reabertura da referida associação.

O propósito deste documento é informa-lo (la) sobre a pesquisa e se assinado contem seu consentimento em participar desta etapa. Sua decisão em participar é voluntaria o senhor (a) pode recusar-se a participar como também poderá retirar-se a qualquer momento.

Declaração de Consentimento

Eu, Adeilda Santos Souza, li e discuti com o entrevistador os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper a minha participação no estudo, através desta entrevista, a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento; tive a oportunidade para fazer perguntas, as quais foram respondidas.
Recebi uma cópia datada deste documento de Consentimento.

Local e data: Salvador, 12 de junho de 2020

Entrevistado: Adeilda dos Santos Souza

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE EM CANDEIAS NA BAHIA:
ORGANIZAÇÃO MOBILIZAÇÃO E LUTA 1980 - 2018

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa
 Endereço: Rua 8 de novembro, nº 51 E, bairro Pirajá – Velha, Cep.: 41.290-200
 telefone (71) 98848-1596
 Email: haroldobarbosa@ymail.com

O senhor (a) ALFREDO DE SOUZA FILHO, está sendo convidado a participar da investigação intitulada: **A Trajetória do Movimento Docente em Candeias na Bahia: Organização Mobilização e luta 1980 – 2018**. Para participar é necessário que o senhor(a) leia este documento com atenção.

O presente estudo refere-se à pesquisa da minha Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. objetivo investigar a trajetória da Associação de Professores de Candeias (ASPECAN), procurando identificar os diversos aspectos históricos, políticos, econômicos e educacionais que permearam o processo de criação, extinção e reabertura da referida associação.

O propósito deste documento é informa-lo (la) sobre a pesquisa e. se assinado contem seu consentimento em participar desta etapa. Sua decisão em participar é voluntaria o senhor (a) pode recusar-se a participar como também poderá retirar-se a qualquer momento.

Declaração de Consentimento

Eu, ALFREDO DE SOUZA FILHO, li e discuti com o entrevistador os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper a minha participação no estudo, através desta entrevista, a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento; tive a oportunidade para fazer perguntas, as quais foram respondidas.
 Recebi uma cópia datada deste documento de Consentimento.

Local e data: Candeias, 13 de junho de 2020

Entrevistado: Alfredo de Souza Filho

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE EM CANDEIAS NA BAHIA:
ORGANIZAÇÃO MOBILIZAÇÃO E LUTA 1980 - 2018

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa
 Endereço: Rua 8 de novembro, nº 51 E, bairro Pirajá – Velha, Cep.: 41.290-200
 telefone (71) 98848-1596
 Email: haroldobarbosa@ymail.com

O senhor (a) ANE CARINE CONCEIÇÃO ROSA, está sendo convidado a participar da investigação intitulada: **A Trajetória do Movimento Docente em Candeias na Bahia: Organização Mobilização e luta 1980 – 2018**. Para participar é necessário que o senhor(a) leia este documento com atenção.

O presente estudo refere-se à pesquisa da minha Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. objetivo investigar a trajetória da Associação de Professores de Candeias (ASPECAN), procurando identificar os diversos aspectos históricos, políticos, econômicos e educacionais que permearam o processo de criação, extinção e reabertura da referida associação.

O propósito deste documento é informa-lo (la) sobre a pesquisa e, se assinado contem seu consentimento em participar desta etapa. Sua decisão em participar é voluntaria o senhor (a) pode recusar-se a participar como também poderá retirar-se a qualquer momento.

Declaração de Consentimento

Eu, ANE CARINE CONCEIÇÃO ROSA, li e discuti com o entrevistador os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper a minha participação no estudo, através desta entrevista, a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento; tive a oportunidade para fazer perguntas, as quais foram respondidas.
 Recebi uma cópia datada deste documento de Consentimento.

Local e data: Candeias, 11 de junho de 2021

Entrevistado: ANE CARINE CONCEIÇÃO ROSA

Entrevistador: HAROLDO SILVA BARBOSA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
EDUCAÇÃO E PETRÓLEO: ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E LUTA DOS
PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE CANDEIAS (1980-2018)

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa
Endereço: Rua 8 de novembro, nº 51 E, bairro Pirajá – Velha, Cep.: 41.290-200
telefone (71) 98848-1596
Email: haroldobarbosa@ymail.com

O senhor (a) está sendo convidado a participar da investigação intitulada: Trajetória do movimento docente em candeias/ba: organização, mobilização e luta (1980-2018). Para participar é necessário que o senhor(a) leia este documento com atenção.

O presente estudo refere-se à pesquisa da minha Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. objetivo investigar a trajetória da Associação de Professores de Candeias (ASPECAN), procurando identificar os diversos aspectos históricos, políticos, econômicos e educacionais que permearam o processo de criação, extinção e reabertura da referida associação.

O propósito deste documento é informa-lo (la) sobre a pesquisa e, se assinado contem seu consentimento em participar desta etapa. Sua decisão em participar é voluntaria o senhor (a) pode recusar-se a participar como também poderá retirar-se a qualquer momento.

Declaração de Consentimento

Eu, Edilene Araújo dos Santos, li e discuti com o entrevistador os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper a minha participação no estudo, através desta entrevista, a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento; tive a oportunidade para fazer perguntas, as quais foram respondidas.
Recebi uma cópia datada deste documento de Consentimento.

Local e data: Candeias, 19 de outubro de 2019

Entrevistado: Haroldo Silva Barbosa

Entrevistador: Edilene Araújo dos Santos

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE EM CANDEIAS NA BAHIA:
ORGANIZAÇÃO MOBILIZAÇÃO E LUTA 1980 - 2018

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa
 Endereço: Rua 8 de novembro, nº 51 E, bairro Pirajá – Velha, Cep.: 41.290-200
 telefone (71) 98848-1596
 Email: haroldobarbosa@ymail.com

O senhor (a) **Hamilton Ferreira de Assis** está sendo convidado a participar da investigação intitulada: **A Trajetória do Movimento Docente em Candeias na Bahia: Organização Mobilização e luta 1980 – 2018**. Para participar é necessário que o senhor(a) leia este documento com atenção.

O presente estudo refere-se à pesquisa da minha Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Objetivo investigar a trajetória da Associação de Professores de Candeias (ASPECAN), procurando identificar os diversos aspectos históricos, políticos, econômicos e educacionais que permearam o processo de criação, extinção e reabertura da referida associação.

O propósito deste documento é informa-lo (la) sobre a pesquisa e, se assinado contem seu consentimento em participar desta etapa. Sua decisão em participar é voluntaria o senhor (a) pode recusar-se a participar como também poderá retirar-se a qualquer momento.

Declaração de Consentimento

Eu, **Hamilton Ferreira de Assis**, li e discuti com o entrevistador os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper a minha participação no estudo, através desta entrevista, a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento; tive a oportunidade para fazer perguntas, as quais foram respondidas.
 Recebi uma cópia datada deste documento de Consentimento.

Local e data: Candeias, 19 de fevereiro de 2021

Entrevistado: Hamilton Ferreira de Assis

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa

**TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE EM CANDEIAS/BA:
ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E LUTA**

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa

Endereço: Rua 8 de novembro, nº 51 E, bairro Pirajá - Velha, Cep.: 41.290-200
telefone (71) 98848-1596
Email: haroldobarbosa@ymail.com

O senhor (a) **Jair Cardoso dos Santos** está sendo convidado a participar da investigação intitulada: Trajetória do movimento docente em candeias/ba organização, mobilização e luta (1980-2018). Para participar é necessário que o senhor(a) leia este documento com atenção.

O presente estudo refere-se à pesquisa da minha Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia - UFBA, objetivo investigar a trajetória da Associação de Professores de Candeias (ASPECAN), procurando identificar os diversos aspectos históricos, políticos, econômicos e educacionais que permearam o processo de criação, extinção e reabertura da referida associação.

O propósito deste documento é informa-lo (la) sobre a pesquisa e, se assinado contém seu consentimento em participar desta etapa. Sua decisão em participar é voluntária o senhor (a) pode recusar-se a participar como também poderá retirar-se a qualquer momento.

Declaração de Consentimento

Eu, **Jair Cardoso dos Santos**, li e discuti com o entrevistador os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper a minha participação no estudo, através desta entrevista, a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento; tive a oportunidade para fazer perguntas, as quais foram respondidas.
Recebi uma cópia datada deste documento de Consentimento.

Local e data: Candeias, 08 de dezembro de 2020

Entrevistado:

Jair Cardoso dos Santos

Entrevistador:

Haroldo Silva Barbosa

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE EM CANDEIAS NA BAHIA:
ORGANIZAÇÃO MOBILIZAÇÃO E LUTA 1980 - 2018

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa
 Endereço: Rua 8 de novembro, nº 51 E, bairro Pirajá – Velha, Cep.: 41.290-200
 telefone (71) 98848-1596
 Email: haroldobarbosa@ymail.com

O senhor (a) **Joel de Santana Câmara**, está sendo convidado a participar da investigação intitulada: **A Trajetória do Movimento Docente em Candeias na Bahia: Organização Mobilização e luta 1980 – 2018**. Para participar é necessário que o senhor(a) leia este documento com atenção.

O presente estudo refere-se à pesquisa da minha Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Objetivo investigar a trajetória da Associação de Professores de Candeias (ASPECAN), procurando identificar os diversos aspectos históricos, políticos, econômicos e educacionais que permearam o processo de criação, extinção e reabertura da referida associação.

O propósito deste documento é informa-lo (la) sobre a pesquisa e, se assinado contem seu consentimento em participar desta etapa. Sua decisão em participar é voluntaria o senhor (a) pode recusar-se a participar como também poderá retirar-se a qualquer momento.

Declaração de Consentimento

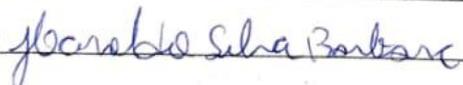
Eu, **Joel de Santana Câmara**, li e discuti com o entrevistador os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper a minha participação no estudo, através desta entrevista, a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento; tive a oportunidade para fazer perguntas, as quais foram respondidas.

Recebi uma cópia datada deste documento de Consentimento.

Local e data: Candeias, 16 de janeiro de 2021

Entrevistado: 

Entrevistador: 

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE EM CANDEIAS NA BAHIA:
ORGANIZAÇÃO MOBILIZAÇÃO E LUTA 1980 - 2018

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa
 Endereço: Rua 8 de novembro, nº 51 E, bairro Pirajá - Velha, Cep.: 41.290-200
 telefone (71) 98848-1596
 Email: haroldobarbosa@ymail.com

O senhor (a) JUSCELINO SANTOS, está sendo convidado a participar da investigação intitulada: **A Trajetória do Movimento Docente em Candeias na Bahia: Organização Mobilização e luta 1980 - 2018**. Para participar é necessário que o senhor(a) leia este documento com atenção.

O presente estudo refere-se à pesquisa da minha Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia - UFBA, objetivo investigar a trajetória da Associação de Professores de Candeias (ASPECAN), procurando identificar os diversos aspectos históricos, políticos, econômicos e educacionais que permearam o processo de criação, extinção e reabertura da referida associação.

O propósito deste documento é informa-lo (la) sobre a pesquisa e, se assinado contem seu consentimento em participar desta etapa. Sua decisão em participar é voluntária o senhor (a) pode recusar-se a participar como também poderá retirar-se a qualquer momento.

Declaração de Consentimento

Eu, JUSCELINO SANTOS, li e discuti com o entrevistador os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper a minha participação no estudo, através desta entrevista, a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento; tive a oportunidade para fazer perguntas, as quais foram respondidas.
 Recebi uma cópia datada deste documento de Consentimento.

Local e data: Candeias, 05 de MAIO de 2022

Entrevistado: Juscelino Santos

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE EM CANDEIAS NA BAHIA:
ORGANIZAÇÃO MOBILIZAÇÃO E LUTA 1980 - 2018

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa
 Endereço: Rua 8 de novembro, nº 51 E, bairro Pirajá – Velha, Cep.: 41.290-200
 telefone (71) 98848-1596
 Email: haroldobarbosa@ymail.com

O senhor (a) **Magno Souza de Santana**, está sendo convidado a participar da investigação intitulada: **A Trajetória do Movimento Docente em Candeias na Bahia: Organização Mobilização e luta 1980 – 2018**. Para participar é necessário que o senhor(a) leia este documento com atenção.

O presente estudo refere-se à pesquisa da minha Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. objetivo investigar a trajetória da Associação de Professores de Candeias (ASPECAN), procurando identificar os diversos aspectos históricos, políticos, econômicos e educacionais que permearam o processo de criação, extinção e reabertura da referida associação.

O propósito deste documento é informa-lo (la) sobre a pesquisa e. se assinado contem seu consentimento em participar desta etapa. Sua decisão em participar é voluntaria o senhor (a) pode recusar-se a participar como também poderá retirar-se a qualquer momento.

Declaração de Consentimento

Eu, **Magno Souza de Santana**, li e discuti com o entrevistador os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper a minha participação no estudo, através desta entrevista, a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o proposito descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento; tive a oportunidade para fazer perguntas, as quais foram respondidas.
 Recebi uma cópia datada deste documento de Consentimento.

Local e data: Candeias, 08 de dezembro de 2020

Entrevistado: *Magno Souza de Santana*

Entrevistador: *Haroldo Silva Barbosa*

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE EM CANDEIAS NA BAHIA:
ORGANIZAÇÃO MOBILIZAÇÃO E LUTA 1980 - 2018

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa
 Endereço: Rua 8 de novembro, nº 51 E, bairro Pirajá – Velha, Cep.: 41.290-200
 telefone (71) 98848-1596
 Email: haroldobarbosa@ymail.com

O senhor (a) MARTA SILENESS MARINHO está sendo convidado a participar da investigação intitulada: **A Trajetória do Movimento Docente em Candeias na Bahia: Organização Mobilização e luta 1980 – 2018**. Para participar é necessário que o senhor(a) leia este documento com atenção.

O presente estudo refere-se à pesquisa da minha Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. objetivo investigar a trajetória da Associação de Professores de Candeias (ASPECAN), procurando identificar os diversos aspectos históricos, políticos, econômicos e educacionais que permearam o processo de criação, extinção e reabertura da referida associação.

O propósito deste documento é informa-lo (la) sobre a pesquisa e, se assinado contem seu consentimento em participar desta etapa. Sua decisão em participar é voluntaria o senhor (a) pode recusar-se a participar como também poderá retirar-se a qualquer momento.

Declaração de Consentimento

Eu, MARTA SILENESS MARINHO, li e discuti com o entrevistador os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper a minha participação no estudo, através desta entrevista, a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento; tive a oportunidade para fazer perguntas, as quais foram respondidas.
 Recebi uma cópia datada deste documento de Consentimento.

Local e data: Candeias, 05 de maio de 2022

Entrevistado: Marta Silene Santos S. Marinho

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
EDUCAÇÃO E PETRÓLEO: ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E LUTA DOS
PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE CANDEIAS (1980-2018)

Entrevistador: Haroldo Silva Barbosa

Endereço: Rua 8 de novembro, nº 51 E, bairro Pirajá – Velha, Cep.: 41.290-200
telefone (71) 98848-1596

Email: haroldobarbosa@ymail.com

O senhor (a) está sendo convidado a participar da investigação intitulada: Trajetória do movimento docente em Candeias/BA: organização, mobilização e luta (1980-2018). Para participar é necessário que o senhor(a) leia este documento com atenção.

O presente estudo refere-se à pesquisa da minha Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Objetivo investigar a trajetória da Associação de Professores de Candeias (ASPECAN), procurando identificar os diversos aspectos históricos, políticos, econômicos e educacionais que permearam o processo de criação, extinção e reabertura da referida associação.

O propósito deste documento é informa-lo(la) sobre a pesquisa e, se assinado, contém seu consentimento em participar desta etapa. Sua decisão em participar é voluntária o senhor (a) pode recusar-se a participar como também poderá retirar-se a qualquer momento.

Declaração de Consentimento

Eu, Luiz Cezar dos Santos Miranda, li e discuti com o entrevistador os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper a minha participação no estudo, através desta entrevista, a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito descrito.

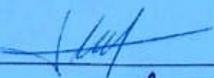
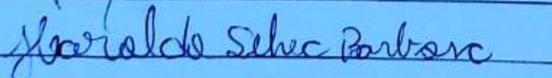
Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento; tive a oportunidade para fazer perguntas, as quais foram respondidas.

Recebi uma cópia datada deste documento de Consentimento.

Candeias, 21 de dezembro de 2020

Entrevistado: _____

Entrevistador: _____

Certificado I Congresso de Professores 1986



Certificado I Congresso de Professores 1987



Jornal a Voz de Candeias – Junho de 1989 Assembleia dos Professores

A VOZ DE CANDEIAS

Deus dirige o destino dos povos

Fundado em 3 de Janeiro de 1950 por Jonas Pinheiro de Matos

LEIA E ASSINE

"A VOZ DE CANDEIAS" O PIONEIRO

ANO XXX
CANDEIAS (BAHIA) Junho de 1989
NÚMERO 68

AGRADECIMENTOS

No período em que estiveram fora de circulação (deuano de 88 à não dano) foram abros da aceção de vários órgãos, os quais nos enviaram as suas publicações que possibilitaram agradecer e nesta oportunidade queremos fazer registr. das mesmas.

Jornal "A Notícia" de João Molevade, Jornal da Abra - Jori - Niterói-RJ, Jornal "AMU" Associação Nacional de Jornais - Recife-PE, Jornal "Correio do Sertão" de Marro do Chapéu-BA, Jornal "Folha do Subúrbio" de Camaçari-BA, Jornal "O Vale" de Juazeiro-BA, Jornal "O Candeeiro" de Candeias-BA, Jornal "O Dez" de Bom Je- sus da Lapa-BA, Jornal "PM" Movimento Político - de Salvador-BA, Planalto - Agência de Artigos e Ilustrações - SP.

AIDF - Associação de Imprensa do Distrito Federal - MAIS - Movimento e Ação Integrada Social - Assessoria Especial da Imprensa para o Interior - Solna do Brasil SP.

Guerra de "espadas" uma tradição de risco

Cruz das Almas (Por Rosane Santana)
—A fabricação de "espadas" nesta cidade, anteriormente feita por experientes ferreiros, e uma atividade de comércio público. Fazendo nove dias para o São João, a população se prepara para a tradicional guerra, que todos os anos desta cidade de centenas de ferreiros e alguns fornos. Na Praça Senador Theobaldos, principal campo de batalha, portas e janelas estão sendo vedadas com folhas de compensado. Foi neste prazo que o ex-secretário de Segurança Pública do estado, coronel PM Luz Arthur, acabou sendo preso por "espadas". Segundo o Sr. Silva Pereira, responsável

30 dúzias até o São João. Sua produção, que deverá render líquido em torno de R\$27.000,00, é quase toda ela exportada para outros municípios, como Senhor do Bonfim, porque, em Cruz das Almas, "espadas" que se praze sabe fabricar sua própria arma.

Uma boa "espada", segundo ele, conhece-se pelo rolo: ninguém segura, e depois de solda não se pode correr dela, pois segue furiosa no vício, perseguindo a quem quer que seja. Todo o material para sua fabricação, de forma artesanal, é adquirido no comércio local, quase que clandestinamente, pois os comerciantes se recusam a dar dados sobre a venda



Os professores de Candeias em assembleia lutando sempre pelos seus direitos. Amplo noticiário na página 4.

Críticas ao

Molequeiros faziam "pegas"

Informativo Prefeitura Municipal de Candeias março e abril de 1987.

informativo 3

Escola participativa: meta do Secretário de Educação

Professor João Gualberto de Souza, novo secretário de Educação, tomou posse no dia 1º de janeiro de 1987, já preocupado com a situação dos alunos sem vagas nas escolas, com o aspecto físico dos prédios escolares, com a qualificação e valorização dos professores com a estrutura administrativa das escolas no que se refere à capacitação de diretores, vice-diretores e secretários, com a própria estrutura administrativa da Secretaria de Educação e com o registro das escolas municipais.

Nos meses de janeiro e fevereiro, o secretário reuniu-se com diretores de escolas, coordenadores de Educação, Conselho Municipal de Educação e com os diretores da secretaria. Dessas reuniões o secretário retirou subsídios para definir um plano de Educação a ser cumprido em 1987: Reciclagem de professores, diretores e secretários das escolas, reestruturação do pré-escolar, das escolas de 1º grau dos níveis I e II e das escolas de 2º grau.

Vizando legalizar os cursos de 2º grau (Contabilidade, Enfermagem e Magistério), João Gualberto centralizou-os no Colégio Professor Dácio José de Souza e o mesmo será entregue ao governo do estado, que por lei, deve gerir o ensino do 2º grau.

Procurando incentivar a participação de todos nas atividades educacionais, o secretário pediu que se desenvolvesse um programa escolar com a participação integral de sua secretaria, Conselho Municipal de Educação, diretores, vice-diretores, funcionários, professores, alunos, pais e associações de bairros, incentivando a instalação de centros cívicos, grêmios e associações de pais e mestres.

Para cumprir um plano de educação mínimo que atenda as necessidades do município, Gualberto pretende administrar o sistema de forma austera e participativa, eliminando o grau de ociosidade nas escolas, qualificando devidamente o pessoal do Grupo Magistério e desenvolvendo atividades educacionais que concorram para a integração de todos.

Já teve início a restauração das escolas e a instalação de novas salas de aula, com a coordenação direta do secretário.

Neste ano já foi realizado o curso de alfabetização, método Casinha Feliz, para os professores do Pape e de algumas escolas particulares. Já foram mantidos com a Universidade Estadual de Feira de Santana e definiu-se os cursos de reciclagem para professores e prática de direção para serem ministrados ainda neste ano.

Também estão sendo mantidos contatos para promover a instalação da Escola Técnica, Escola Oficina e Escola para crianças excepcionais, que são projetos a longo prazo, de acordo com os recursos municipais.

No que tange a alfabetização de adultos está sendo implantado o Projeto Educar e o Projeto Educação Popular, com o mundialmente reconhecido método Paulo Freire, que foi abolido pelos governos da revolução e hoje implantado nos Municípios mais desenvolvidos do País.

Conjunto de ações modificam educação em Candeias

Preocupado com a situação da Educação em Candeias, o prefeito Eliodoro de Jesus procurou dar incentivo à educação, com a criação dos departamentos de 1º e 2º graus, Criação do Conselho Municipal de Educação, com a assinatura de convênios com escolas particulares e regularização dos salários dos professores, além de criar uma política educacional visando não deixar nenhuma criança no município sem escola.

Em síntese, a Secretaria de Educação em 1986 realizou os seguintes trabalhos e serviços:

- Iniciou o ano letivo de 1986, abrindo matrículas para todos os alunos do município, atingindo uma demanda escolar de vinte e quatro mil alunos, onde doze mil foram de novas matrículas;
- Firmou convênios com sete escolas particulares a fim de ampliar-se a oferta de vagas;
- Ampliou a merenda escolar a todas as escolas das áreas urbanas e rural, atingindo-se assim a 100 por cento do alunado;
- Foi ampliado o curso de 1º grau, com a introdução de 5ª a 8ª séries em Roca Grande, atendendo uma reivindicação antiga;
- Implantou os cursos de Contabilidade e enfermagem a nível de 2º grau, no Colégio Julieta Viana;
- Foram contratados 50 professores licenciados para os cursos de 5ª a 8ª séries e 2º grau, visando a melhoria do ensino, haja visto que em 1985, apenas 11 professores eram licenciados em todo o município;
- Foram contratados coordenadores pedagógicos devidamente qualificados para atuarem em todas as unidades escolares do município;
- Regularizou-se os vencimentos dos professores com um aumento salarial superior a 100 por cento.

Encontra-se em tramitação na Secretaria de Educação do estado a documentação para regularização de todas as escolas municipais que até 1985 existiam na clandestinidade.

Foi feito o reaproveitamento dos professores que estavam desvinculados de sua área específica, muitos deles trabalhavam como escrivães, auxiliares de serviços gerais, etc.

As escolas receberam pessoal técnico qualificado e suas diretorias instituídas dentro dos padrões legais de conformidade com a Legislação de Ensino.



Prof. João Gualberto, secretário de Educação

Outro Projeto de grande interesse da Comunidade é o Educação para Todos, que já foi elaborado e encaminhado ao MEC, visando em 1988 qualificar todos os professores do Sistema e dotar as Escolas de toda infra-estrutura Didática e Paradidática para o Ensino do 1º Grau. Outro curso que está em estudos e avaliações de possibilidades para instalação ainda este ano é o Supletivo de 1º e 2º Graus visando dinamizar ainda mais a educação de adultos.

Nos próximos dias, o prefeito Eliodoro de Jesus enviará à Câmara de Vereadores para apreciação e votação o Estatuto do Magistério que prevê o plano de carreira para o professor e a regulamentação do exercício da função, embasado no Decreto-Lei nº 88.374 de 6 de julho de 1983 do Governo Federal, que valorizará o professor e os demais membros do Grupo Magistério, atendendo a uma reivindicação antiga da classe.

Neste ano, está sendo instalado o Curso de 1º Grau, com introdução da 5ª a 8ª Séries em Lobato, o que constitui na ampliação do Ensino do 1º Grau do Município.

Então, a meta do Secretário de Educação é manter um clima de constante integração nas escolas, com decisões justas e seguras para se atingir a melhor assistência educacional que o Município merece.

Mainfestação dos Professores na Praça Dr Gualberto Dantas – Março de 1997



Informativo MOVA-SE – Novembro de 1997

MOVA-SE

CANDEIAS



MOVIMENTO DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDORES PÚBLICOS E DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS - INFORMATIVO NOVEMBRO / 97

Servidor! Você conhece o seu Sindicato?

O Sindicato dos Servidores Municipais de Candeias vem sendo presidido há 8 anos pelo Sr. JALMA, o qual durante sua gestão à frente do Sindicato ainda não disse para que veio. E é por isso que o sindicato, até os dias de hoje, nunca defendeu os interesses dos servidores públicos, mas, sempre esteve a serviço de todos que governam o município.

Além disso, a atual diretoria nunca prestou conta do dinheiro arrecadado pela entidade. Não sabemos quanto desconta do salário dos servidores sindicalizados, e como é gasto esse dinheiro. Para completar, o Sindicato possui duas contas bancárias, uma corrente e outra poupança. Pra quê? Não sabemos, pois os servidores ao longo deste tempo não tiveram nenhuma melhoria.

E o pior é que eles não respeitam o servidor público, e não assina a carteira daqueles que prestam serviços ao sindicato. Será que é esse o presidente que queremos para representar o nosso sindicato? Servidor preste atenção! um Presidente de entidade que pede orientações e determinações à prefeita do município, antes de tomar qualquer atitude é realmente uma marionete.

Queremos um Sindicato combativo e transparente. Estão querendo nos enganar, fazendo eleição na "calada da noite". O presidente nos nega informações sobre essa eleição, prevista para o início de dezembro de 97, mas, não diz o dia em que será realizada a votação, e como de costume deixa para publicar o edital em jornais e locais de difícil acesso dos servidores públicos e interessados.

Não sabemos o porquê de tanto silêncio por parte do presidente do Sindicato. Será que ele quer dificultar a inscrição de uma outra chapa, além da dele que provavelmente já deve estar inscrita?

Servidor, você sabe quando será realizada essa eleição? Onde vai votar? Fique atento e de olhos bem abertos!!



ELEIÇÕES NO SINDICATO

Conheça a Chapa do MOVA-SE SINDICATO PRA QUE?

DIRETORIA
EDILENE - Educação
ADEILDA - Educação
GILBERT - Educação
ROSINHA - Limpeza
MARGARIDA - Educação

CONSELHO FISCAL
JURANDI
ELIANE
IRENE

SUPLENTES: JACIRA, MIRTES, BELMIRA

NOSSAS PROPOSTAS DE ATUAÇÃO

- Plano de Cargos e salários, para todos servidores;
- Adicional noturno;
- Adicional insalubridade;
- Adicional de periculosidade;
- Garantia de transporte digno;
- Assistência Médica-odontológica;
- Ticket Refeição;
- Boletim Mensal do Sindicato;
- Prestação de Contas das receitas e despesas do sindicato;
- Manutenção dos Serviços prestados aos servidores;
- Cartão - Pagamento;
- Cursos e reciclagem para os servidores dos diversos setores

Em qualquer cidade civilizada, as relações entre patrões e empregados são mediadas pelo Sindicato da categoria, que é a entidade representativa dos trabalhadores, para defender os interesses destes. Porém, em Candeias é diferente.

Apesar do atraso dos salários de novembro e dezembro, e o 13º, o corte de 20 horas dos professores que trabalham 40 horas, defasagem salarial (a prefeitura de Candeias paga o pior salário da região), o sindicato dos servidores públicos municipais de Candeias, através do seu presidente, Seu Jalma, nunca se posicionou a favor dos funcionários da prefeitura, muito pelo contrário, sempre mostrou-se um autêntico pelego, capacho, covarde e bajulador do poder.

Por isso o MOVA-SE, está lançando UMA CHAPA DE OPOSIÇÃO AO ATUAL PRESIDENTE DO SINDICATO E TODA SUA DIRETORIA.

Agora chegou nossa oportunidade de mudarmos esse quadro, e elegermos uma diretoria competente e comprometida, com os interesse dos professores, pessoal de saúde, limpeza, vigilância e outros, e resgatarmos a dignidade dos funcionários da Prefeitura de Candeias.

ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO SINDICATO EM DEZEMBRO.

MOVA-SE

CANDEIAS



MOVIMENTO DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDORES PÚBLICOS E DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS - INFORMATIVO NOVEMBRO / 97

Servidor! Você conhece o seu Sindicato?

O Sindicato dos Servidores Municipais de Candeias vem sendo presidido há 8 anos pelo Sr. JALMA, o qual durante sua gestão à frente do Sindicato ainda não disse para que veio. E é por isso que o sindicato, até os dias de hoje, nunca defendeu os interesses dos servidores públicos, mas, sempre esteve a serviço de todos que governam o município.

Além disso, a atual diretoria nunca prestou conta do dinheiro arrecadado pela entidade. Não sabemos quanto desconta do salário dos servidores sindicalizados, e como é gasto esse dinheiro. Para completar, o Sindicato possui duas contas bancárias, uma corrente e outra poupança. Pra quê? Não sabemos, pois os servidores ao longo deste tempo não tiveram nenhuma melhoria.

E o pior é que eles não respeitam o servidor público, e não assina a carteira daqueles que prestam serviços ao sindicato. Será que é esse o presidente que queremos para representar o nosso sindicato? Servidor preste atenção! um Presidente de entidade que pede orientações e determinações à prefeita do município, antes de tomar qualquer atitude é realmente uma marionete.

Queremos um Sindicato combativo e transparente. Estão querendo nos enganar, fazendo eleição na "calada da noite". O presidente nos nega informações sobre essa eleição, prevista para o início de dezembro de 97, mas, não diz o dia em que será realizada a votação, e como de costume deixa para publicar o edital em jornais e locais de difícil acesso dos servidores públicos e interessados.

Não sabemos o porquê de tanto silêncio por parte do presidente do Sindicato. Será que ele quer dificultar a inscrição de uma outra chapa, além da dele que provavelmente já deve estar inscrita?

Servidor, você sabe quando será realizada essa eleição? Onde vai votar? Fique atento e de olhos bem abertos!!



ELEIÇÕES NO SINDICATO

Conheça a Chapa do MOVA-SE

SINDICATO PRA QUE?

DIRETORIA
EDILENE - Educação
ADEILDA - Educação
GILBERT - Educação
ROSINHA - Limpeza
MARGARIDA - Educação

CONSELHO FISCAL
JURANDI
ELIANE
IRENE

SUPLENTES: JACIRA, MIRTES, BELMIRA

NOSSAS PROPOSTAS DE ATUAÇÃO

- Plano de Cargos e salários, para todos servidores;
- Adicional noturno;
- Adicional insalubridade;
- Adicional de periculosidade;
- Garantia de transporte digno;
- Assistência Médico-odontológica;
- Ticket Refeição;
- Boletim Mensal do Sindicato;
- Prestação de Contas das receitas e despesas do sindicato;
- Manutenção dos Serviços prestados aos servidores;
- Cartão - Pagamento;
- Cursos e reciclagem para os servidores dos diversos setores

Em qualquer cidade civilizada, as relações entre patrões e empregados são mediadas pelo Sindicato da categoria, que é a entidade representativa dos trabalhadores, para defender os interesses destes. Porém, em Candeias é diferente.

Apesar do atraso dos salários de novembro e dezembro, e o 13º, o corte de 20 horas dos professores que trabalham 40 horas, defasagem salarial (a prefeitura de Candeias paga o pior salário da região), o sindicato dos servidores públicos municipais de Candeias, através do seu presidente, Seu Jalma, nunca se posicionou a favor dos funcionários da prefeitura, muito pelo contrário, sempre mostrou-se um autêntico pelego, capacho, covarde e bajulador do poder.

Por isso o MOVA-SE, está lançando UMA CHAPA DE OPOSIÇÃO AO ATUAL PRESIDENTE DO SINDICATO E TODA SUA DIRETORIA.

Agora chegou nossa oportunidade de mudarmos esse quadro, e elegermos uma diretoria competente e comprometida, com os interesse dos professores, pessoal de saúde, limpeza, vigilância e outros, e resgatarmos a dignidade dos funcionários da Prefeitura de Candeias.

ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO SINDICATO EM DEZEMBRO.